

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FILIPPE PHILIPPS DE CASTILHO

POPULISMO E BREXIT: UMA ANÁLISE DO ESPECTRO POPULISTA NO
ROMPIMENTO ENTRE REINO UNIDO E UNIÃO EUROPEIA

CURITIBA

2024

FILIPPE PHILIPPS DE CASTILHO

POPULISMO E BREXIT: UMA ANÁLISE DO ESPECTRO POPULISTA NO
ROMPIMENTO ENTRE REINO UNIDO E UNIÃO EUROPEIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, no Setor de Ciências Humanas, na
Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do
título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Eugênio Pereira.

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Castilho, Filipe Philipps de

Populismo e Brexit : uma análise do espectro populista no rompimento entre Reino Unido e União Europeia. / Filipe Philipps de Castilho. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Alexandro Eugênio Pereira.

1. Grã-Bretanha. 2. Populismo. 3. União Européia. I. Pereira, Alexandro Eugênio, 1972-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FILIFE PHILIPPS DE CASTILHO** intitulada: **Populismo e Brexit: Uma análise do espectro populista no rompimento entre Reino Unido e União Europeia**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 01 de Março de 2024.

Assinatura Eletrônica

04/03/2024 10:08:12.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/03/2024 10:44:43.0

RAMON BLANCO DE FREITAS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

04/03/2024 10:14:31.0

GLAUCIA JULIÃO BERNARDO

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcupfpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 342833

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 342833

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Usires, por ter permitido que chegar a este estágio fosse possível.

À Amanda, pelo carinho, amor e confiança inabaláveis que me carregaram incontáveis vezes nesses anos todos de provações acadêmicas e de vida.

Ao Ringo, pelo ronronar constante em cima de mim na feitura deste trabalho, sempre fundamentais.

Ao professor Alexsandro, meu orientador desde a graduação, pela paciência, ensinamento, ajuda, parceria e confiança desde sempre.

À Nossa Senhora da Luz, John Lennon, George Harrison e toda a ajuda que não veio deste plano.

Ao Joe Strummer, por ter me imiscuído na benção e na maldição de querer entender sobre política.

Ao Jürgen Klopp, because now i'm a believer, not a trace of doubt in my mind.

À CAPES e ao programa PROEX. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Stand with me at breaking point as riots hit the
streets

Another toppled government will make the day
complete

There goes another border, here comes a new
world order

It's time to call it quits before the future hits

(The Specials)

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é o de analisar a saída do Reino Unido da União Europeia, no processo conhecido como Brexit, através de um olhar acurado acerca dos elementos populistas da conjuntura do referendo de saída, para poder responder de que maneira os fatores envolvendo o populismo operaram para o resultado favorável à desintegração por parte dos britânicos. Foi realizada primeiramente uma análise do histórico entre Reino Unido e bloco europeu, desde os primórdios da integração, nos anos 1950, até a confirmação do início do rompimento, em 2016, para uma melhor compreensão do caráter sempre peculiar da relação entre britânicos e Europa integrada. Para essa análise foi utilizada a ferramenta metodológica process tracing, que permitiu identificar os mecanismos causais do processo de saída, possibilitando encontrar as causas suficientes e necessárias para o rompimento, além de auxiliar na análise da trajetória como um todo. Isto posto, a dissertação também se propôs a analisar a conjuntura do referendo em si, analisando os elementos de ordem populista do período, compreendido entre o início da campanha, em fevereiro de 2016, e a saída definitiva, em janeiro de 2020. Optou-se por analisar o populismo sob o olhar dos atores fundamentais do período: o Partido Conservador e o UKIP, o Partido da Independência do Reino Unido. Ambos foram analisados através de suas figuras-chave: o Partido Conservador e os primeiros-ministros do período (David Cameron, Theresa May e Boris Johnson) e o UKIP e seu líder no período, Nigel Farage. Todos esses atores, com exceção de David Cameron, se notabilizaram por uma defesa ferrenha da saída, e em todos, podemos encontrar elementos populistas, traduzidos em suas ações e atitudes. O objetivo do trabalho foi o de esquadrihar suas ações e falas, procurando encontrar e demonstrar o papel do populismo dentro do contexto referido, e de como o mesmo locupletou os elementos favoráveis à saída. Os resultados mostraram que o pensamento eurocético e anti-União Europeia foi consequência de um ideal de soberania fomentado pela relação amiúde conturbada entre Reino Unido e União Europeia, e mostraram que o resultado favorável à saída foi açodado pelos elementos da conjuntura política da época da realização do referendo, de razão populista, cujo foco se concentrou no euroceticismo e na anti-imigração.

Palavras-chave: Reino Unido. Brexit. Populismo. Integração. Desintegração.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the exit of the United Kingdom from the European Union, in the process known as Brexit, through an accurate look at the populist elements of the exit referendum conjuncture, in order to be able to answer how the factors involving populism operated for the favorable result of disintegration by the British. First, an analysis of the history between the United Kingdom and the European bloc was carried out, from the beginnings of integration, in the 1950s, until the confirmation of the beginning of the breakup, in 2016, for a better understanding of the always peculiar character of the relationship between the British and integrated Europe. For this analysis, the methodological tool process tracing was used, which allowed the identification of the causal mechanisms of the exit process, making it possible to find the sufficient and necessary causes for the rupture, in addition to assisting in the analysis of the trajectory as a whole. That said, the dissertation also proposed to analyze the conjuncture of the referendum itself, analyzing the populist elements of the period, between the beginning of the campaign, in February 2016, and the definitive exit, in January 2020. We chose to analyze populism from the perspective of the fundamental actors of the period: the Conservative Party and UKIP, the United Kingdom Independence Party. Both were analysed through their key figures: the Conservative Party and the prime ministers of the period (David Cameron, Theresa May and Boris Johnson) and UKIP and its leader at the time, Nigel Farage. All these actors, with the exception of David Cameron, were notable for a staunch defense of the exit, and in all of them, we can find populist elements, translated into their actions and attitudes. The objective of the work was to scrutinize their actions and speeches, seeking to find and demonstrate the role of populism within the referred context, and how it occupied the elements favorable to the exit. The results showed that the Eurosceptic and anti-European Union thinking was a consequence of an ideal of sovereignty fostered by the often troubled relationship between the United Kingdom and the European Union, and showed that the favorable result of the exit was driven by the elements of the political conjuncture at the time of the referendum, of populist reason, whose focus was concentrated on Euroscepticism and anti-immigration.

Keywords: United Kingdom. Brexit. Populism. Integration. Disintegration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 TEORIA, CONCEITO E METODOLOGIA	14
1.1 INTEGRAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO.....	14
1.2 O EUROCENTRISMO.....	19
1.3 O POPULISMO COMO CONCEITO.....	22
1.4 A METODOLOGIA.....	26
1.5 PROCESS TRACING.....	27
1.6 PATH DEPENDENCE.....	29
1.7 CONCLUSÃO.....	30
2 O REINO UNIDO E A UNIÃO EUROPEIA: UMA HISTÓRIA ACIDENTADA	32
2.1 A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA E O REINO UNIDO.....	33
2.2 O REFERENDO DE 1975.....	43
2.3 A GUINADA CONSERVADORA E O CAMINHO DO BREXIT.....	49
2.4 A UNIÃO EUROPEIA SE CRISTALIZA.....	52
2.5 O BREXIT.....	56
2.6 CONCLUSÃO.....	63
3 O ESPECTRO POPULISTA NO CENTRO DO BREXIT	65
3.1 O BREXIT SOB A VISÃO POPULISTA.....	66
3.2 O PARTIDO CONSERVADOR E A GUINADA POPULISTA NO SÉCULO XXI.....	70
3.3 O PARTIDO PELA INDEPENDÊNCIA DO REINO UNIDO.....	87
3.4 CONCLUSÃO.....	98
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	107

1. INTRODUÇÃO

Constituído por Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte, o Reino Unido começou a fazer parte das comunidades europeias em 1973, após anos de recusa e de tratativas inconclusivas, somando-se então à Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, fundadores do bloco europeu. Adentrar ao bloco não significaria necessariamente um pertencimento de fato, visto que os britânicos sempre fariam questão de exercer uma participação de caráter particular. Essa particularidade exercida pelo país seria derivada, em grande parte, da herança de seu passado como império, ainda muito viva em parte da classe política e na opinião pública.

O imaginário popular britânico, principalmente dentro do viés conservador, seria pungente na percepção de povo muito mais britânica que europeia. Tal fato, conjuntamente com questões econômicas e políticas, imiscuídas em discursos populistas utilizados por atores importantes da conjuntura britânica, desaguaria no referendo de saída de 2016. O voto favorável à ruptura dialoga com uma trajetória histórica que remonta primeiramente à negação do país em participar do Plano Schuman no início da década de 1950, fomentando um ideal eurocético em solo britânico (Schutte, 2017) que ganharia força ao longo dos anos.

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: como o populismo operou no referendo que levou ao rompimento entre os britânicos e o bloco europeu? A proposta da dissertação é a de entender como o populismo de direita operou na conjuntura do referendo e no processo de saída, analisando o viés populista no período que culminou no Brexit e na desintegração por parte dos britânicos (entre 2016 e 2020), e também escrutinando os antecedentes do processo, em uma análise da dependência da trajetória que levou à ruptura.

A dissertação, ao analisar os antecedentes históricos da relação entre Reino Unido e União Europeia, procura assim identificar e analisar os mecanismos causais que levaram ao processo de desintegração, visando um melhor entendimento da conjuntura do referendo, marcado por discursos e ações de tom populista dos atores envolvidos. O discurso populista, neste caso, buscou personalizar e moralizar o conflito político, supostamente representando o povo, em conflito com os outros atores, que estariam atuando em benefício de outras instituições, como a União Europeia. Encontramos dentro do bojo populista analisado condições envolvendo valências como povo, elite e crise, fundamentais na análise da conjuntura do referendo e que serão escrutinadas ao longo do trabalho. Para embasar a formulação teórica, foram analisados os conceitos de euroceticismo e populismo, intrinsecamente ligados dentro da

campanha em favor do Brexit. São apresentadas brevemente as teorias de integração e desintegração, visando explicar melhor o processo de entrada e saída a partir dessa seara. Sobre o conceito de populismo, a dissertação apresenta uma pequena revisão de literatura, mas utiliza fundamentalmente, para nível de análise, as formulações elencadas por Ernesto Laclau (2013), Margaret Canovan (1981), Paul Taggart (2000) e Peter Mair (2002). Sobre o euroceticismo, tomamos como base o referencial de Bertoni e Koenig e Paul Taggart (2002). O termo, segundo os autores, geralmente aparece em conjunção com o populismo, em um sincretismo extremamente válido para a metodologia deste trabalho.

Para uma melhor análise empírica do espectro populista dentro da conjuntura, a dissertação também se propõe a fazer uma análise de dois atores de direita fundamentais envolvidos no processo: o Partido Conservador, dono do euroceticismo “oficial” do período, dado que foi o partido que propôs o referendo e operacionalizou-o efetivamente; e o UKIP, símbolo do euroceticismo britânico ao longo de anos. O Partido Conservador será analisado sob a perspectiva dos primeiros-ministros do período (David Cameron, Theresa May e Boris Johnson) enquanto o UKIP é analisado tomando como base a figura de Nigel Farage, o líder do partido entre 2010 e 2016.

As hipóteses de pesquisa da dissertação são: 1) o pensamento eurocético e anti-União Europeia é consequência de um ideal de soberania fomentado pela relação amiúde conturbada entre Reino Unido e União Europeia; e 2) o resultado favorável à saída foi açodado muito por conta dos elementos da conjuntura política da época de sua realização, de razão populista, cujo foco se concentrou no euroceticismo e na anti-imigração.

Dada a importância de uma análise aprofundada sobre um processo traumático e dotado de deliberações que ecoaram e ecoam na esfera europeia e global, a presente dissertação se justifica por esquadrihar questões que encontram similaridades e efeitos por todo o mundo, na área política, ideológica e social. Investigar as raízes políticas de um processo dotado de verniz tão característico ganha contornos cada vez mais importantes e fundamentais, em uma geopolítica imiscuída em um cenário nevrálgicamente polarizado.

O estudo de movimentos de direita contrárias à integração e à imigração, dentro de uma lógica política de fato, visando a análise de seus efeitos práticos, também é dotado de relevância. A importância do estudo, outrossim, encontra vazão na investigação de questões como a da imigração dentro da opinião pública, um tema cada vez mais central nos debates das Relações Internacionais. Dado isso, os fatores que levaram ao Brexit, se analisados isoladamente, não nos permitem ter uma percepção aprofundada do fenômeno em si, já que o processo carrega uma demanda moldada ao longo de anos. Devido a tal complexidade, um

estudo visando compreender os fatores de forma conjugada, passando por suas correlações com outras áreas e variáveis, através de um referencial teórico amplo, faz-se necessário. Encontramos nos últimos anos, por exemplo, o próprio Mercosul enfrentando desafios perante a questão de sua legitimidade, através de críticas advindas principalmente de atores de direita. Aqui reside, portanto, a importância de se esquadriñar um processo potencialmente replicável.

Além disso, o trabalho também pretende contribuir com o uso da ferramenta metodológica process tracing, cuja utilização vem ganhando cada vez mais força ao longo do tempo. Ao empregarmos o método de análise aqui escolhido, pretendemos preencher uma lacuna acerca não apenas do estudo dos mecanismos causais do Brexit, mas também na área da Ciência Política e das Relações Internacionais como um todo, dada a importância de se maturar a metodologia qualitativa com maior rigor científico.

Como metodologia, foi realizada uma pesquisa qualitativa sobre o histórico da relação entre Reino Unido e União Europeia, visando entender como o processo se encaminhou para a ruptura definitiva, utilizando o método do process tracing, à luz do conceito de path dependence, para mapear o caso e verificar as condições suficientes e necessárias para que a saída ocorresse. Para solidificar a teoria envolvida, foi realizada uma revisão da literatura dos conceitos utilizados na dissertação, como os de euroceticismo e populismo. Dentro da dissertação, o process tracing foi utilizado exatamente para mapear os mecanismos causais do Brexit, ao buscar e analisar as causas necessárias e suficientes para a saída do Reino Unido, analisando de maneira minuciosa a trajetória do referendo. A ferramenta ajudou a identificar a relação entre teoria, conceito e a ruptura. Com o auxílio do process tracing, os dados recolhidos foram considerados analiticamente, amparados pelo referencial teórico.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Teoria, conceito e metodologia”, faz um apanhado do componente teórico utilizado na dissertação, bem como explana sobre a metodologia que foi empregada para trabalhar os dados recolhidos, fazendo uma pequena revisão de literatura sobre o process tracing e sobre o conceito de path dependence.

O segundo capítulo, “O Reino Unido e a integração europeia: uma história acidentada”, se propõe a fazer uma revisão histórica da relação entre os britânicos e a integração europeia, procurando mostrar a trajetória do processo e os mecanismos causais que operaram ao longo do tempo, verificando as causas necessárias e suficientes para o resultado do referendo.

Com o auxílio do process tracing, conseguiu-se identificar e analisar as condições necessárias e suficientes para a saída dos britânicos.

O terceiro capítulo, “O espectro populista no centro do Brexit”, por sua vez, faz um apanhado geral do Brexit dentro do escopo populista, e analisa o Partido Conservador e o UKIP dentro da conjuntura do referendo e do processo de saída, procurando mostrar como ambos se utilizaram, durante o período, de discursos e atitudes que podem ser encaradas como populistas, conforme o conceito trabalhado ao longo da dissertação.

1 TEORIA, CONCEITO E METODOLOGIA

Este primeiro capítulo se propõe a explicar os principais conceitos trabalhados na pesquisa, sendo eles os de populismo e euroceticismo, bem como acerca das teorias de integração e desintegração, utilizadas para explicar a formação da comunidade europeia e a posterior saída britânica, respectivamente. Primeiramente será feita uma análise sobre as teorias de integração e desintegração, com o propósito de se estudar as motivações da criação do bloco regional e as vicissitudes e percalços ensejados pelos desafios posteriores, incluindo o potencial da desintegração. Após essa primeira explicação, serão escrutinados os conceitos de populismo e euroceticismo, análise fundamental para entender como os atores da direita operaram na conjuntura do referendo de 2016. Mesmo sendo conceitos similares em sua gênese, podemos entendê-los aqui como complementares um ao outro. Concebendo o populismo como um tipo ideal, temos nessa ideia de antagonismo entre “povo” e “elite” o casulo perfeito para o ideal eurocético britânico, em que o povo, no caso os britânicos favoráveis ao Brexit, rejeitam as elites, representadas pela União Europeia (e por parte do espectro político favorável à permanência, como veremos no decorrer da dissertação). Além disso, temos o conceito de crise. A retórica populista se utilizou sobremaneira de um sentimento de crise, seja migratória ou econômica, para mostrar como a única saída seria a desintegração. Sendo assim, a dissertação trabalhará o populismo, dentro do Brexit, sob esses três pilares fundamentais: povo, que para os atores políticos analisados seria composto pelos britânicos nativos apoiadores da saída; elite, que para esses mesmos atores seria personificada pela União Europeia ou por políticos partidários da permanência; e crise, ensejada, segundo os defensores da saída, pela União Europeia.

Além disso, o capítulo também faz um apanhado teórico sobre o process tracing, a ferramenta metodológica utilizada para analisar a trajetória dos britânicos até o referendo (explorada no segundo capítulo), procurando explicar brevemente sobre a ferramenta em si, e como a mesma foi utilizada na elaboração da pesquisa, na intenção de demonstrar de que maneira a estrutura do trabalho lidou com o material coletado.

1.1 INTEGRAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO

Os processos de integração regional são um ponto fundamental dentro das Relações Internacionais, pois têm mudado paulatinamente a natureza do funcionamento do sistema internacional, conduzindo ao esgotamento de muitas das estratégias de política externa

utilizadas pelos Estados nacionais após 1945 (Oliveira, 2002). A política externa de integração regional é considerada como uma maneira de criar instituições multilaterais com o objetivo de estabelecer normas, criando assim estruturas no seio das quais acordos intergovernamentais podem ser concretizados (Keohane, 1992). Essas instituições multilaterais buscam promover cooperações entre os governos, com o intuito de aumentar a capacidade individual de cada um, fortalecendo os laços para o enfrentamento dos novos conjuntos de problemas emergentes do novo cenário internacional (Oliveira, 2002).

De acordo com Schmitter (2010), o início da integração regional, em qualquer lugar, necessita de um acordo explícito entre os governos, pois é inegável que as instituições e esferas de competência adotadas inicialmente terão um impacto contínuo na trajetória subsequente, sem contar a grande probabilidade de os Estados nacionais que concordam com o tratado fundador contarem com a expectativa de que ele protegerá e até fortalecerá sua soberania, mas não a transformará. No entanto, o que acontece depois de iniciado o processo de integração, gerando consequências previstas e imprevistas, pode ser uma questão inteiramente diferente (Schmitter, 2010).

O processo de integração europeia, decorrente dos tratados fundadores das Comunidades Europeias dos anos 1950 e corporizados hoje na União Europeia, suscitam há tempos vasto debate teórico sobre a sua origem, os seus mecanismos de desenvolvimento e as suas perspectivas de futuro (Ramos, Maior, 2007). Na produção teórica sobre integração europeia destacam-se um primeiro conjunto de teorias ditas clássicas que correspondem à teorização inicial sobre o fenômeno supranacional nascente, sendo concomitantes com o início e os primeiros desenvolvimentos do projeto comunitário. Podemos apontar o funcionalismo como corrente inspiradora e, na sequência, o neofuncionalismo como teoria específica da integração regional; o federalismo, enquanto doutrina e modelo político para as construções supranacionais; o transnacionalismo, inspirado na teorização de Karl Deutsch, além do construtivismo (Ramos, 2005; Ramos, Maior, 2007).

As teorias funcionalistas, datadas do período entre as duas guerras, procuravam abordar a dimensão transnacional das relações mundiais, e correspondiam à busca de soluções pacíficas, no contexto da sociedade internacional (Ramos, 2005). Um dos motes centrais destas teorias é o destaque da primazia do lado da análise econômica, implicando em uma concepção utilitarista e materialista das construções políticas (Rosamond, 2000). Sendo assim, o objetivo primordial da organização internacional seria o bem-estar, com o argumento se baseando no mote de que a economia fora capaz de o fazer durante anos no quadro nacional, mas que esse

quadro se tornara estreito, sendo superado por uma dimensão internacional. As matérias de índole especificamente política, nomeadamente a mudança política, não são alvo de um foco particular no âmbito do funcionalismo. No quadro da integração europeia, assume-se que o problema central não é o da transferência da soberania de estruturas típicas do estado-nação para uma estrutura internacional, mas sim a efetiva perda de pertinência do tema da soberania nacional, claramente sobrelevado por matérias do âmbito econômico e social (Taylor, 1994). Assim sendo e partindo do parâmetro funcionalista de que a forma é sequencial à função, a mudança política é considerada como uma consequência possível de mudanças maiores em setores nucleares da sociedade. A comunidade começaria como um agrupamento de interesses para se transformar, na sequência, em um bloco com maior legitimidade, sendo as alterações políticas deliberadas as respostas aos novos quesitos funcionais (Ramos, 2005).

A abordagem neofuncionalista, sendo uma revisão do funcionalismo inicial, aceita o peso substancial das mudanças ocorridas no nível econômico, mas afirma que as mudanças nos planos social e político não são desprezíveis, existindo atuação humana deliberada para as concretizar. No neofuncionalismo inicial, o conceito de spillover tem um papel deveras importante, ao introduzir a ideia de implicação entre os diferentes níveis da vida social (Ramos, 2005).

As teorias federalistas, que remontam ao período entreguerras, fazem uma leitura política e supranacionalista da construção europeia, quebrando com o paradigma estadocêntrico da tradição realista, ao enfatizar as dinâmicas políticas. O federalismo é encarado como uma solução política para uma governança unitária dentro da diversidade, fazendo da diferença não um empecilho, mas uma oportunidade para soluções políticas outras que não as clássicas. Assume-se a necessidade da criação de um centro supranacional, com poderes constitucionalmente consignados e separados do nível nacional, para as matérias do âmbito regional-supranacional relevantes, o que não significaria o desaparecimento dos estados nacionais, mas sim a reconversão dos seus poderes (Ramos, Maior, 2007).

Já o transnacionalismo evidencia a importância da construção de comunidades para a criação de condições efetivas de paz e segurança, aos níveis nacional e internacional, o que levou Karl Deutsch, pensador fundamental para a teoria, a enfatizar os traços comunitários nos processos de integração. O seu modelo explicativo da construção de comunidades de segurança passa pela consideração dos fluxos de comunicação entre as partes (Estados), ou transações, no quadro do sistema internacional (Ramos, Maior, 2007; Mallmann, Clemente, 2016).

No caso do construtivismo, partimos da afirmação de que a realidade não é estática, sendo socialmente construída através da interação social, inerente a todos os processos sociais, e consideram que a identidade dos atores sociais não é estável, mas sim construída através desse processo. Sendo assim, a UE é um campo específico de interações sociais onde negociadores, políticos e pessoas comuns têm as suas identidades em permanente (re)construção. (Christiansen et al, 2001).

Já a desintegração acontece quando um ou mais estados decidem se retirar do coletivo. Temos vários casos conhecidos de desintegração, como, por exemplo, Tchecoslováquia, União Soviética e Iugoslávia, mas nenhum deles havia ocorrido dentro da União Europeia até então. Há uma série de razões pelas quais a desintegração é indesejável, pois ela afeta tanto o Estado de saída quanto os membros restantes, dadas as barreiras comerciais, perturbando toda uma cadeia de abastecimento internacional (Kristensen, 2019). De acordo com Walter (2018), a desintegração resultará em maiores custos de transação, distorções econômicas e riscos financeiros que surgem com os agentes econômicos se ajustando ao novo ambiente desintegrado. Além disso, uma vasta gama de políticas é afetada, como as relativas à segurança e ao meio ambiente (Walter, 2018). Como resultado do crescente euroceticismo em toda a Europa, o espectro da desintegração vem assombrando a União Europeia (Vollard, 2014). Além do histórico britânico sempre idiossincrático e dos fatores domésticos que influenciaram o resultado do referendo de 2016, o euroceticismo vem sendo uma ideia generalizada em todo o continente, fomentando estudos sobre os fatores explicativos para tal (Vollard, 2014). Acadêmicos que trabalham com a UE ainda estão tentando compreender analiticamente os mecanismos (des)integrativos desencadeados pelo Brexit.

A escolha do Reino Unido em sair da União Europeia, juntamente com o aumento dos movimentos nacionalistas e eurocéticos em todo o continente, contribuíram para a disseminação de uma ampla literatura acadêmica sobre desintegração. Integração e desintegração não poderiam ser entendidos como dois resultados binários de uma relação interestatal, pois ambos os processos compreendem um amplo espectro de arranjos interestatais, incluindo dinâmicas de diferenciação, no que diz respeito ao nível de centralização em diferentes áreas políticas (diferenciação vertical) e ao número de participantes (diferenciação horizontal) (Szucko, 2020). Segundo Szucko (2021), podemos compreender a relação entre Reino Unido e União Europeia por meio de uma proposta de categorização de tipos de (des)integração diferenciada. O Reino Unido já desfrutava de um ambiente interno diferenciado, pensando em integração, devido às suas várias opções de exclusão em relação à

legislação comunitária. Após a eleição de David Cameron em 2015, o Reino Unido procurou renegociar seu status dentro do bloco visando uma proposta de desintegração interna diferenciada de acordo com o Conselho Europeu em fevereiro de 2016. No entanto, com base no resultado do referendo e após o desencadeamento do artigo 50.º do Tratado de Lisboa¹, o Reino Unido embarcou em um processo de transição para uma desintegração diferenciada interna para externa, considerando tanto as negociações do Acordo de Saída quanto um relacionamento futuro com a União Europeia (Szucko, 2021).

Para Andres Malamud, há três tipos de desintegração possíveis: desintegração de membros, desintegração de políticas e desintegração da autoridade. Desintegração de membros seria simplesmente quando o membro de uma organização regional se retira. O Brexit é o caso mais famoso, mas não o único. A Venezuela retirou-se da Comunidade Andina e depois foi suspensa do MERCOSUL. A segunda possibilidade de desintegração é a de políticas. Isto é mais visível no caso da União Europeia, embora tenha acontecido também na América Latina. Por exemplo, quando há uma política específica que aos poucos vai sendo desmantelada ou eliminada. No caso da União Europeia, o que vai sendo cada vez menos financiado é a política agrícola comum, que continua a ser uma parte importante do orçamento, mas muito menor do que já foi. O embrião original da integração europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), por exemplo, não existe mais. Já a terceira forma de desintegração seria a redução da autoridade. Isto aconteceu com a União Europeia com a primeira alta autoridade, que foi perdendo poder quando Charles de Gaulle saiu de cena. A desintegração, então, tem três dimensões: a saída de um membro, a eliminação de uma política, e a redução do poder ou da competência de uma autoridade (Malamud, 2020).

Fica entendido, portanto, a importância de se compreender tanto as teorias que versam sobre o processo de integração, fundamentais para analisarmos com acuidade o início da comunidade europeia (e o relacionamento com os britânicos), como também aquelas que nos explanam acerca do processo de ruptura, ou seja, as de desintegração. Ambas são de vital importância para o restante do trabalho, justamente por esquadriharem os elementos preponderantes que levaram ao Brexit: uma integração sempre diferenciada por parte do Reino Unido, seguida por um processo conflituoso (em nível nacional e regional) de desintegração.

¹ O Artigo 50 do Tratado de Lisboa permite a saída de um país membro da União Europeia. Segundo o artigo, todo Estado membro poderá decidir, em conformidade com suas normas constitucionais, retirar-se da União, notificando sua intenção ao Conselho Europeu.

1.2 O EUROCRETICISMO

Bertoncini e Koeing (2014) nos mostram que em uma revisão das tipologias existentes do conceito de eurocreticismo, podemos encontrar uma categorização com quatro raízes substantivas: democracia; soberania nacional; liberalismo (conjuntamente com a austeridade e solidariedade) e identidade. Aos termos dessas quatro linhas, os eurocéticos criticam ou rejeitam a União Europeia. Os autores mostram que o eurocreticismo é comumente definido como uma ideia de oposição contingente ou qualificada de uma incorporação direta e irrestrita ao processo de integração europeia. O termo, segundo os autores, geralmente aparece em conjunção com o populismo (Bertoncini, Koeing, 2014). Seja por razões econômicas, migratórias ou político-ideológicas, o eurocreticismo tem vindo a ganhar terreno em vários Estados-Membros da União Europeia, o que pode influenciar o futuro da integração regional como um todo. O Brexit seria apenas um exemplo. Nesse sentido, além da crise da UE, houve um movimento das instituições europeias, especialmente a Comissão Europeia, para repensar as prioridades do processo de integração e reformular o projeto europeu.

Segundo John Palmer (2015), os eurocéticos são cidadãos ou políticos que se apresentam como críticos à União Europeia que, segundo eles, retira os poderes do seu governo nacional, representando uma ameaça à sua soberania nacional. Ao mesmo passo em que o advento de uma comunidade europeia foi progredindo para a criação de um bloco europeu após a Segunda Guerra Mundial, emergiram diferentes vertentes pessimistas em relação a esse movimento. Até o final dos anos 1980 não se falava do movimento como algo sólido e bem definido, mas sim sobre países com o enfoque nacionalista, de pensamento gaullista (com ênfase em atitudes nacionalistas) ou de populistas conservadores. O eurocreticismo em si ganha popularidade após um discurso da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher em 1988, que ficou célebre por se opor à Europa unificada (Palmer, 2015), fato que será melhor elencado no segundo capítulo.

Dentro do discurso eurocético, as nações são assumidas como entidades primordiais, e a nacionalidade é identificada como a forma predominante (se não única) e genuína de identidade política. Consequentemente, o "Estado-nação" é visto como sendo a forma natural e legítima de organização política. Em contraste, a União Europeia, como um órgão supranacional, é vista como uma construção política artificial que vai contra a ordem natural,

isenta de um senso de identidade comum necessário para a ação coletiva e para um governo democrático de fato (Hawkins, 2022).

O euroceticismo, portanto, pode ser definido como uma posição crítica ao processo de integração europeia, em geral, e à União Europeia, em particular. Após o discurso de Thatcher em 1988, o termo ganha tónus de fato no período pós-Tratado de Maastricht, e passa a ser utilizado para se referir às posturas de resistência e de oposição ao aprofundamento e ao alargamento das competências comunitárias (Usherwood, Startin, 2013; Szucko, 2020). Segundo Szczerbiak e Taggart (2003, 2008), o euroceticismo pode ser classificado como duro (hard) ou brando (soft). O euroceticismo duro tem como mote uma rejeição dos princípios do projeto de integração e defende a saída imediata da União Europeia, enquanto o brando é contrário a determinadas políticas comunitárias, propondo uma reforma das instituições europeias (Szczerbiak, 2003; Taggart, 2008).

Apesar disso, mesmo vinculado a uma interpretação negativa da integração regional, o euroceticismo pode ser entendido como contrário à União Europeia, mas não à Europa em geral. Como exemplo, Nigel Farage, líder UKIP e ex-membro do Parlamento Europeu, em seu discurso final após a aprovação do acordo de saída do Reino Unido, declarou que o partido amava a Europa, mas odiava a União Europeia (Szucko, 2020). Já o euroceticismo brando esteve majoritariamente presente nas atitudes do Partido Trabalhista e Conservador acerca da intenção de reforma do processo de integração regional, para que o mesmo se adequasse aos interesses britânicos, tratando-se muito mais de uma postura crítica aos rumos da Europa comunitária ao longo dos anos, do que de uma rejeição ao princípio da integração europeia (Szczerbiak, 2003; Taggart, 2008).

Sobre o euroceticismo e a questão de um referendo para tratar do tema, alguns autores entendem essa ferramenta como um ensejo para fortalecer o ideal de nação, de democracia e de engajamento da população no exercício da cidadania através do voto direto. Alguns autores, no entanto, nos falam que o mecanismo foi utilizado sempre que o tema integração parecia causar celeuma dentro dos partidos, impossibilitando um consenso claro nas votações do parlamento. A escolha do primeiro-ministro se faz essencial, pois as bandeiras defendidas por ele são expressas nos votos diretos adquiridos na sua eleição ou reeleição, sendo que a promessa de um referendo sempre foi utilizada como plataforma de votos (Brown, 2017).

Lauren McLaren (2005) mostra que a crescente onda eurocética estaria relacionada com a crescente insatisfação dos cidadãos europeus com o funcionamento de seus governos

nacionais como um todo. Este descontentamento acaba por ser projetado contra a União Europeia, e frequentemente está atrelado com uma falta de conhecimento sobre a União e as suas instituições. Geralmente os mais versados e instruídos (e aqueles que discutem política com maior frequência) tendem a ter uma atitude mais positiva acerca da integração europeia. As explicações que surgem para o crescente sentimento eurocético estariam em consonância com uma falta de legitimidade da UE; com o medo dos Estados-Membros da perda de símbolos e identidade nacionais; e com a relação de custos-benefícios pessoais resultantes do processo de integração europeia (McLaren, 2005). Para Sharon Pardo e Neve Gordon (2018) o euroceticismo seria um termo que expressa desconfiança e oposição em relação ao processo de integração europeia, incluindo atitudes negativas em relação aos princípios, normas, valores, políticas, órgãos e instituições declaradas pela UE (Pardo, Gordon, 2018). Liesbet Hooghe e Gary Marks (2007) mostram que o termo tem como mote a dúvida ou a descrença na Europa e na integração europeia em geral (Hooghe, Marks, 2007).

Sobre o euroceticismo britânico em si, Charles Grant (2008) oferece quatro possíveis causas das dúvidas do projeto de integração europeu e sua estrutura multilateral por parte do Reino Unido: a geografia, pois o território insular do Reino Unido seria distante da Europa; o fator histórico, especialmente após a Segunda Guerra Mundial; a economia, argumentando que a performance acima da média do Reino Unido durante as décadas de 1990 e 2000 até a crise de 2008 ensejou certo desdém pelas políticas econômicas do continente; e, por último, o fator mídia, pois o autor alega que a imprensa britânica seria tradicionalmente eurocética. Ele conclui que estes fatores combinados levaram a manutenção de uma classe política com pouco entusiasmo pela União Europeia (Grant, 2008).

Podemos entender então que, a partir da literatura, as ideias eurocéticas tendem a ter grande impacto na questão da desintegração europeia quando exploradas por movimentos políticos populistas. Além disso, conforme os próximos capítulos pretendem reforçar, encontramos uma associação positiva entre a questão da identidade nacional, do ideal de soberania e do euroceticismo mais forte no Reino Unido do que na grande maioria dos países da União Europeia.

1.3 O POPULISMO COMO CONCEITO

Sobre o conceito de populismo, mote de debate constante dentro da Ciência Política, Margaret Canovan (1981) defende que o termo é de certa maneira vago e refere-se a contextos

e fenômenos distintos e que, por conta disso, os exemplos não devem ser reduzidos a uma única definição, devendo ser analisados conjuntamente com o contexto em que se inserem (Canovan, 1981). Para Ludovico Incisa (1983), podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. O populismo não seria parte de uma tradição compartilhada mais ampla, no que se refere à orientação subjetiva de seus atores. Seu status tipológico, portanto, seria somente analítico, e os movimentos populistas não possuiriam uma tradição comum, e tão pouco consciência de sua lógica interna (Worsley, 1970).

Segundo Edward Shils, o populismo implicaria na adesão a dois princípios básicos: primeiramente na supremacia da vontade do povo em relação a qualquer outro padrão, em relação aos modelos das instituições tradicionais e à vontade de outros estratos da população, identificando a vontade do povo com a justiça e com a moralidade; e em segundo lugar consideraria desejável uma relação direta entre o povo e seus líderes, em uma relação não mediada por instituições, em uma participação popular amíúde acompanhada de uma crença quase religiosa nas virtudes próprias da gente comum, que seria incorrupta e simples, traduzida em uma desconfiança da classe política dominante. Shils classifica sucintamente em dois elementos essas dimensões particulares do populismo: a noção da supremacia da vontade do povo e a noção da relação direta entre povo e governo (Shils, 1960). Além disso, a unidade do populismo não residiria no conteúdo dos “programas” dos diversos movimentos que levam essa alcunha, mas ao contrário: essa unidade se fundaria em um abarcamento de situações semelhantes, visto que para analisar o populismo, precisamos decompor em uma certa quantidade de dimensões relevantes as situações nas quais o mesmo aparece. A unidade constituída pelo populismo encontra-se não nos pormenores de uma série de situações específicas, mas na pauta recorrente de um tipo ideal de relação social (Stewart, 1970).

Em *A Razão Populista*, Ernesto Laclau define o populismo como uma estratégia discursiva de construção de uma fronteira política, dividindo a sociedade em dois campos e apelando para a mobilização dos “excluídos” contra “aqueles que estão no poder” (Laclau, 2013). Pelo fato de o populismo não ser uma ideologia e não ter um conteúdo programático específico em si (tampouco ser um regime político), podemos defini-lo como um modo de fazer política que pode ter diferentes formas ideológicas, de acordo com o tempo e o lugar, compatível com diversas estruturas institucionais. Por exemplo: podemos ter um “momento populista” na situação em que, sob a pressão de transformações políticas ou socioeconômicas,

a hegemonia dominante é desestabilizada por demandas insatisfeitas. Nesse contexto, podemos ter a falha das instituições em garantir a lealdade das pessoas, na tentativa de defender a ordem existente. A deliberação disso seria a de que o bloco histórico que estabelece a base social de uma formação hegemônica é desarticulado, surgindo a possibilidade da construção de um novo sujeito de ação coletiva — o povo — capaz de reconfigurar uma ordem social tida como injusta (Mouffe, 2019).

Baseando-nos na literatura existente sobre populismo, podemos identificar cinco elementos característicos do método populista. Em primeiro lugar, os estudiosos comumente concordam que uma característica primária do populismo é seu apelo ao "povo" contra as "elites", contra o "establishment" político, contra uma "casta" política que supostamente "decepcionou o povo" e perdeu sua legitimidade. Os políticos populistas muitas vezes se apresentam como "outsiders" que, no entanto, sabem o que "o povo" quer, tendendo a negar o conhecimento de especialistas, burocratas, tecnocratas, representantes eleitos e jornalistas (Canovan 1981; Taggart 2000). Os populistas afirmam que eles – e somente eles – representam adequadamente o povo autêntico, adequado e moralmente puro (Müller 2015). Em segundo lugar, o populismo prospera na percepção da crise, explorando os temores de recessão econômica, imigração, decadência moral e injustiça social, e se apresenta como um agente reparador para a mudança e a renovação (Taggart 2000; Moffit, Tormey 2014). O populismo aborda emoções, ansiedades e medos e pode envolver "a fabricação de ameaças de todos os cantos" (Freeden 2017). Em terceiro lugar, em contraste com a complexidade da governança moderna que implica "compromisso, conciliação e incerteza", os populistas são utilitaristas e urgentemente orientados para a ação (Moffit, Tormey 2014; Freedden 2017). Em vez de buscar consenso, simplificam e exponenciam emocionalmente as questões políticas para provocar inimizades, desconfiança e preconceito (Meyer, 2006). Em quarto lugar, os populistas são eficazes no uso de uma comunicação drasticamente simplificada e na adoção de um "estilo tabloide" (Canovan, 1981). Num contexto de crescente "estilização" e "mediatização" da política, o populismo é particularmente eficaz na captação de apoio através do desempenho. Além disso, os populistas costumam aparecer diante das câmeras em situações mundanas ou cotidianas para parecerem pessoas simples. Eles se baseiam em figuras retóricas facilmente identificáveis e persuasivas, utilizando o "politicamente incorreto", os coloquialismos e a disrupção para se distinguirem da linguagem não emocional, racional e tecnocrática advinda do mainstream político (Moffit, Tormey 2014; Freedden 2017). Em quinto lugar, os movimentos populistas são muitas vezes reativos, de curta duração e dependentes de líderes carismáticos

(Taggart 2000; Decker, 2006). Prosperando na oposição, correm o risco de perder seu status de outsider quando entram em cargos políticos, pois isso requer autodisciplina, compromisso e um programa político abrangente (Leach 2015; Judis, 2016; Freedman 2017). Essa característica talvez seja a mais controversa. Müller (2016) argumenta que qualquer esperança de que os populistas no poder se "autodestruam" é uma ilusão, pois os populistas no governo, segundo o autor, buscam estabelecer uma nova constituição populista com base em sua própria interpretação interesseira da vontade do "povo" (Müller, 2016). Podemos dizer que cada uma dessas cinco características apareceu em diferentes graus na campanha do Brexit.

Parte da literatura mostra que o populismo seria o resultado de tendências "antipolíticas" mais profundas: os políticos que respondem à queda de popularidade e ao crescente cinismo público procuram desesperadamente recuperar seu apoio "reconectando-se" com "o povo". No entanto, em vez de uma rejeição geral do engajamento político, a "antipolítica" pode na verdade denotar uma virada para formas não convencionais de participação política (Flinders, 2017). A teoria da "antipolítica" como causa do populismo encontra ressonância no caso britânico: há uma literatura que mostra como grande número de britânicos se sentiu alienado da política tradicional ao longo dos anos, em um sentimento de alheamento advindo da estrutura democrática do país, buscando então movimentos populistas para expressar sua frustração (Stoker, 2011; Flinders 2012; Brandenburg, Johns, 2014).

Para Cas Mudde (2007), o populismo seria, na melhor das hipóteses, uma ideologia "fina", dado que carece de valores fundamentais. O foco da análise populista não residiria necessariamente em seu conteúdo. Como suas ideias e objetivos servem a propósitos pragmáticos para mobilizar apoio em vez de formar visões ideológicas coesas, os populistas tendem a ser como camaleões, sendo o populismo então muito mais um movimento do que uma ideologia. (Canovan, 1999; Taggart, 1998; Laclau, 2005). Assim, seria de bom tom falar do populismo como um "estilo de comunicação política de atores políticos que se refere ao povo" (Jagers, Walgrave 2007), que pode ser explorado por partidos e meios de comunicação de todo o espectro político, aqui representado pela direita. Em termos políticos, é facilitado pela ascensão da antipolítica e pela simplificação do discurso político, fomentando uma mentalidade de "nós contra eles". O método populista compartilha elementos estilísticos comuns que não são em si populistas, mas que se transmutam em combinação com outras ideias (Moffitt, Tormey 2014).

Dentro do espectro populista, podemos notar que nos últimos anos a representação política acabou por sofrer diversas transformações em sua gênese, como, por exemplo, a perda de centralidade dos partidos políticos como organizadores de fato das preferências e identidades eleitorais da população, bem como sua função de agente de integração social e instrumental de diferenciação social e política, partindo da ruptura dos tradicionais vínculos entre partidos e sociedade civil (Bernardi, Costa, 2020). Temos um amálgama entre um aumento exponencial da descrença e desafeto dos indivíduos em relação às instituições políticas, somados a condições econômicas deletérias, resultando em forte instabilidade política. A partir disso encontramos um aumento de manifestações populistas anti-establishment, cujos idealizadores, ao empregar um caráter populista em seus discursos, acabam por tentar solidificar em suas imagens um aspecto de arautos da vontade social (Lavalle, Houtzager, Castelo, 2006)

De acordo com Rydgren (2005) o descontentamento de parte do povo com problemas sociais e econômicos passa a criar uma oportunidade política, no sentido da mobilização de partidos que oferecem um programa que junta populismo anti-establishment aliado a uma busca para retornar ao status quo, baseado em uma necessidade de preservar a identidade nacional. Discursos anti-imigração começam a pulular, dizendo à claque dos descontentes que os imigrantes são os responsáveis por esses problemas econômicos e sociais, fazendo com que as convicções nacionais ao redor do tema ensejem redes de pensamento político e criem partidos de direita. (Rydgren, 2005). No caso do Brexit, Graham Taylor (2017) narra como a crise financeira de 2008 intensificou as questões de desigualdade, marginalização e imigração dentro do Reino Unido, que aliadas às atitudes eurocéticas, intensificaram e fortaleceram o contexto para uma forma de populismo de direita radical que se tornaria a base de apoio para o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), e conseqüentemente, para o Brexit (Taylor, 2017). Sobre isso, Drolet e Williams (2018) nos falam que a nova direita é, com frequência, a grande fomentadora de um populismo mal definido, marcada por traços de vanguarda intelectual respaldadas em uma trajetória histórica de pensamento conservador e nacionalista, em um projeto político com vínculos transnacionais significativos, conjuntamente com questões de política internacional inseridas em seus elementos mais importantes (Drolet, Williams, 2018).

Mueller (2017) nos mostra que algumas características do novo populismo de extrema-direita vêm se mostrando deletérias para com a democracia, principalmente na questão do entendimento sobre quem são as pessoas reais e quem são elites de governo. De acordo com o autor, o novo populismo deve ser entendido não como sendo oposto às elites, mas como uma estratégia de esvaziamento da oposição aliada a um discurso autoritário e segregacionista. Para

Mueller, o político Nigel Farage, líder do Partido da Independência do Reino Unido, pode ser considerado um populista, muito por conta de personificar um discurso que os populistas costumam chamar de “voltado às pessoas reais” ou “a maioria silenciosa.” Como consequência, esse discurso afirma que os outros concorrentes políticos são ilegítimos. Os populistas, nestes casos, buscam personalizar e moralizar o conflito político, supostamente representando o povo, em conflito com outros atores, que estariam atuando em benefício de outras instituições - como a União Europeia, no caso do Brexit (Mueller, 2017).

Com frequência, de acordo com a literatura, o populismo está entrelaçado com o conceito de nacionalismo. Para Angus Stewart, o traço que distingue o nacionalismo populista é sua equiparação entre ‘a nação’ e ‘o povo’. Na imaginação do nacionalismo populista, o povo seria formado pela gente simples, mas na prática, seria composto de fato majoritariamente por aqueles grupos sociais que constituem a base de massas do movimento/grupo, sendo a arma e a vanguarda do nacionalismo populista. Proliferam nesse tipo de nacionalismo as organizações que abarcam todas as facetas da atividade social. Essa rede organizacional pode ampliar-se e intensificar-se quando o movimento chega ao poder (Stewart, 1970). O populismo de direita, portanto, alega que trará de volta a soberania popular e que restaurará a democracia, mas essa soberania é entendida como “soberania nacional” e reservada àqueles considerados os verdadeiros “nacionais”. Os populistas de direita não tratam da demanda por igualdade, mas sim enfocam na construção de um “povo” que exclui diversas categorias, normalmente imigrantes, vistos como uma ameaça à identidade e à prosperidade da nação (Mouffe, 2019)

1.4 A METODOLOGIA

Nesta seção abordaremos a metodologia utilizada no trabalho, procurando explicar a teoria e a prática das técnicas empregadas. De maneira primordial, serão explicados os pormenores do process tracing, a ferramenta utilizada para a análise da trajetória do relacionamento entre Reino Unido e União Europeia. Consideramos importante fazer este pequeno preâmbulo acerca da ferramenta metodológica, visando um melhor entendimento de: 1) como se deu a pesquisa; 2) a utilidade do process tracing para estudos do tipo; 3) uma explicação de alguns dos conceitos amplamente utilizados ao longo do trabalho.

No desenvolvimento da dissertação, primeiramente foi realizada uma revisão da literatura acerca dos conceitos trabalhados na dissertação, como os de euroceticismo e populismo, para um melhor amparo teórico para a análise histórica e para o uso do process

tracing. Isto posto, foi feita uma pesquisa qualitativa sobre o histórico da relação entre Reino Unido e União Europeia, visando entender como o processo se encaminhou para a ruptura, utilizando o process tracing para mapear o caso e verificar as condições suficientes e necessárias para que a saída ocorresse. Após o amparo teórico, conceitual e histórico, foram coletados discursos e entrevistas dos principais atores de direita favoráveis à saída (os primeiros-ministros do Partido Conservador e o UKIP de Nigel Farage) para uma melhor compreensão da abordagem populista que visava a saída. O material foi recolhido de maneira online, através da página oficial do governo britânico e de portais de notícias e jornais.

1.5 PROCESS TRACING

De acordo com Collier e Seawright (2004) e Mahoney (2012), o process-tracing é uma das principais ferramentas da metodologia qualitativa, já que analisa com precisão os processos de mudança e permite descobrir e investigar mecanismos causais em contextos escolhidos, utilizando observações particulares de casos. A finalidade do process tracing seria a de traçar vínculos entre causas possíveis e resultados observados através do exame histórico, com o objetivo de observar se os processos causais de uma teoria são evidentes nas variáveis intervenientes do caso (Castilho, 2022; Pasquarelli, 2014). Para tal, deve-se testar se as diferenças residuais entre dois casos semelhantes são causais ou não na produção das diferenças nos resultados dos casos analisados, ou se o estudo intensivo de um caso desviante poderia dar ao pesquisador critérios teóricos significativos. O process tracing pode gerar novas variáveis ou hipóteses baseadas nas sequências dos eventos observados de modo indutivo (Castilho, 2022; George, Bennett, 2005). O foco analítico não recai sobre as causas e resultados, mas sobre os mecanismos causais intermediários que os vinculam. Seu objetivo é rastrear os vestígios das entidades e atividades que constituem os mecanismos em operação e os processos causais que os conectam dentro de um caso específico (Perissinotto, Nunes, 2023).

Segundo Bennett e Checkel (2015), o método possibilita a análise de evidências nos processos, sequências e conjunturas de eventos num caso visando desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que ensejem a explicação do caso escolhido, procurando identificar a cadeia causal e a conexão entre os mecanismos por meio da observação sistemática (Bennett, 2008; Collier, 2011; Mahoney, 2012; Castilho, 2022). Sua utilização é indicada quando o objetivo do estudo é o de compreender os resultados específicos de um caso, localizado espacial e temporalmente, bem como de conhecer a natureza das relações causais que ensejam os efeitos observados (Bennett; Checkel, 2015).

O objetivo do método não é, em um primeiro momento, identificar variáveis explicativas e o seu impacto na variável dependente, mas sim fazer o mapeamento da ausência ou presença de mecanismos causais que conectam as variáveis explicativas e dependentes, o que torna o process tracing uma ferramenta distinta das demais propostas qualitativas em termos metodológicos e ontológicos. Enquanto os modelos de pesquisa qualitativa geralmente usados em desenhos centrados na comparação de casos assumem uma ontologia da causalidade calcada em uma regularidade de observações, o process tracing parte de um entendimento de causalidade baseado em mecanismos e transferência de forças causais (Beach, Pedersen, 2019). A lógica de inferência do process tracing, portanto, seria distinta de outros desenhos qualitativos exatamente por esse motivo.

Além de compreender o método e os seus objetivos, é fundamental esclarecer o que é o mecanismo causal que se busca identificar e analisar. Para Beach e Pedersen (2019) os mecanismos devem ser compreendidos como a interação entre entidades e suas ações, e não como variáveis que devam ser operacionalizadas. Para os autores, esses mecanismos podem estar presentes no nível macro e no nível micro dos fenômenos sociais (Beach, Pedersen, 2019). O conceito de mecanismo causal é fundamental para a devida aplicação do método, já que a literatura reconhece que sua especificação é um momento crítico da pesquisa baseada em process tracing (Perissinotto, Nunes, 2023). O mecanismo causal é composto por partes que interagem entre si, com cada uma composta de agentes ou entidades com a capacidade de alterar seu ambiente, por possuírem uma propriedade invariante, que, num contexto específico, pode transmitir uma força física ou informação que influencia o comportamento de outros agentes ou entidades (Castilho, 2022; Waldner, 2015). Partindo disso, é seguro dizer que o agente produz um movimento que transmite uma força causal para a próxima parte do mecanismo (Beach, Pedersen, 2019). O movimento do agente gera mudanças em outras partes do mecanismo e essa interação explica os resultados deliberados. O analista deve possuir um conhecimento substantivo dos casos, pois isso também o ajuda a pensar hipóteses mais realistas de mecanismos causais (Perissinotto, Nunes, 2023).

Dentro da dissertação, a ferramenta foi utilizada exatamente para mapear os mecanismos causais do Brexit, ao buscar encontrar e analisar as causas necessárias e suficientes para a saída do Reino Unido, analisando de maneira minuciosa a trajetória do referendo. O process tracing ajudou a identificar a relação entre os conceitos de integração, de desintegração, de populismo e de euroceticismo, e o raciocínio por trás do processo de saída. Com o auxílio do process tracing, os dados recolhidos (envolvendo os passos do processo e o uso do discurso

populista e a sua deliberação nos votos para saída) foram considerados analiticamente, amparados pela teoria. Foi realizado um esquadramento de todo o processo de saída, começando com a relação sempre conturbada entre Reino Unido e União Europeia, passando pelo histórico dos tratados europeus e a abstenção dos britânicos, até o ensejo por parte da direita em relação ao discurso eurocético, para entender quais foram os mecanismos causais históricos que deliberaram na saída.

1.6 PATH DEPENDENCE

Muito utilizado em estudos de comparação histórica, o conceito postula que, numa sequência temporal de eventos, aqueles que ocorrem no início exercem um impacto causal maior sobre o resultado do que os eventos subsequentes (Perissinotto, Nunes, 2023). O conceito de path dependence, portanto, pode ser definido como os fatores num momento histórico que determinam variações nas sequências sociais e políticas, sendo que os eventos passados carregam a capacidade de influenciar o presente, mostrando o impacto dos legados políticos sobre as escolhas vindouras (Kato, 1996; Hall, Taylor, 2003). O conceito dirige a nossa atenção para a importância da narrativa histórica, pois implica que resultados correntes raramente podem ser explicados apenas com referência ao presente ou ao passado imediato (Hall, 2008). Path dependence, no entanto, não significa apenas o que a história mostra, mas também significa que um país que já iniciou determinada trilha, por exemplo, possui custos para reversão dos fenômenos já ensejados. Existem outros pontos de escolha, mas as barreiras de arranjos institucionais fazem com que a tentativa de reversão da escolha inicial não possa ser plena ou factível. Os estudos políticos que se utilizam do conceito de path dependence procuram analisar como as sucessivas decisões dos atores podem criar instituições que deixam legados políticos e econômicos quase irreversíveis (Philipps, 2022; Fernandes, 2007). As opções disponíveis no início, mas não escolhidas, perdem valor à medida que os atores organizam suas estratégias em função do caminho trilhado, de modo que um retorno ao status quo anterior se torna mais difícil com o passar do tempo (Perissinotto, Nunes, 2023). De acordo com Collier e Collier (1991) uma ideia fundamental no conceito de path dependence seria a de noção de conjuntura crítica, que pode ser definida como um período de significativa mudança, que ocorre de modo diferente entre países (ou outras unidades de análise) a partir de rotas estabelecidas no início do processo, que demarcam a produção de legados distintos (Collier, 1991). Assim sendo, a conjuntura crítica é uma transição política ou econômica vivida por países, com contexto de profunda

mudança, que pode se dar de maneira revolucionária ou por meio de reformas institucionais. Durante o momento crítico, o processo ensejado pela mudança acaba por deixar um legado que afeta a escolha e as decisões ao longo do tempo (Fernandes, 2007).

Dentro da dissertação, o conceito de path dependence foi de grande utilidade para um melhor entendimento da importância das escolhas do Reino Unido em relação ao bloco europeu ao longo dos anos. Como o conceito nos diz, o peso de cada opção não escolhida perde valor à medida em que um caminho é trilhado e outras vias são tomadas. Neste caso, por exemplo, a não participação dos britânicos no início da comunidade regional ensejou um impacto preponderante para o restante do relacionamento com o bloco. Podemos entender, por exemplo, como um legado institucional deliberado por uma conjuntura crítica, a própria criação da comunidade europeia, e também o Brexit, cujos efeitos ainda estão por serem sentidos e analisados de fato. Dentro deste trabalho, o conceito nos ajudou a entender o processo no recorte compreendido exatamente entre o início do bloco europeu e a saída definitiva dos britânicos após o referendo de 2016.

1.7 CONCLUSÃO

O objetivo deste primeiro capítulo foi o de fazer, fundamentalmente, um mapeamento e um alicerce sobre as teorias, conceitos e métodos que serão utilizados para o restante da dissertação. A explanação acerca do conceito de populismo, e de como o entendemos, será de grande valia para a análise realizada no terceiro capítulo, que trata justamente da conjuntura populista. Com esse alicerce teórico e conceitual, conseguimos avaliar e visualizar a maneira com a qual os atores de direita do período, favoráveis ao Brexit, se utilizaram de discursos e ações que podem ser entendidas como pertencentes ao espectro do populismo, conforme elencado e trabalhado aqui. O mesmo vale para o euroceticismo: tanto no segundo capítulo, que explana sobre o histórico da relação entre britânicos e bloco europeu, quanto no terceiro capítulo, encontramos uma lógica eurocética facilmente reconhecível nos preceitos apresentados e elencados nesta primeira parte do trabalho. O ideal eurocético sempre permeou a política e a opinião pública britânicas, ganhando especial destaque após os anos 1970. Esse ideal ganharia força justamente na conjuntura populista de 2016, sendo maximizado por questões como aquelas envolvendo a imigração. Além disso, todos esses elementos são permeados por duas questões fundamentais ao processo, também apresentadas aqui: a questão da integração europeia, cujas teorias são de importância ímpar para entendermos a gênese do relacionamento conturbado entre o Reino Unido e o processo

do bloco regional; e a posterior desintegração, vislumbrada vivamente quando da saída definitiva dos britânicos, de maneira conflituosa e conturbada.

Além disso, o capítulo também se propôs a apresentar a ferramenta metodológica utilizada no trabalho, o process tracing. Como já dito anteriormente, entendemos ser de grande importância fazer uma explanação acerca dos principais preceitos do método, para uma melhor compreensão tanto de sua importância, como também de sua utilidade para o trabalho aqui apresentado, além de uma apresentação dos conceitos empregados ao longo da pesquisa, como o de mecanismo causal, por exemplo. Conforme será visto no capítulo seguinte, a ferramenta foi extremamente útil para um melhor entendimento e mapeamento da trajetória do processo envolvendo os britânicos e o bloco europeu.

2 O REINO UNIDO E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA: UMA HISTÓRIA ACIDENTADA

Este segundo capítulo pretende abordar a questão do histórico sempre peculiar entre o Reino Unido e a comunidade europeia, desde o princípio da integração, sem a participação efetiva dos britânicos, passando pela entrada tardia em 1973 (e as idiosincrasias da relação, advindas muito por conta dessa entrada postergada), o primeiro referendo de permanência ou saída, ocorrido em 1975 (em que os britânicos optaram pela integração) até a ruptura definitiva

em 2016. Utilizando a técnica do process tracing, procurou-se identificar os mecanismos causais e as condições suficientes e necessárias que levaram o país a sair da Europa integrada. A metodologia do process tracing possibilitou o uso de uma análise acurada dentro de uma perspectiva histórica para uma melhor compreensão do processo de saída.

Ao explorarmos a dependência da trajetória do Reino Unido para com a União Europeia, podemos identificar diversas escolhas dentro dessa relação que foram de vital importância para os rumos da desintegração ocorrida em 2016. Como o próximo capítulo pretende mostrar, algumas dessas escolhas, causas e mecanismos foram utilizados em discursos e ações de tópicos populista por atores políticos de direita em uma clara tentativa de inflamar a opinião pública para o voto favorável à saída. O capítulo pretende mostrar, também, algumas das peculiaridades do euroceticismo britânico: se o referendo de 1975 é germinado sob o bojo de um primeiro-ministro trabalhista, refletindo a vontade do partido, frente à oposição Conservadora (então pró-Europa), os polos do cenário de 2016 se invertem de maneira quase que total, refletindo inclusive nos votos favoráveis e contrários. Essa inversão se apresenta nas variáveis idade, gênero, região e classe social. A primeira seção irá abordar o início do processo de integração europeu e a participação (ou não) dos britânicos dentro do processo, apresentando as condições suficientes e necessárias dentro desse primeiro momento. A segunda seção irá tratar do primeiro referendo de permanência ou saída ocorrido no país, em 1975, que entendemos como uma causa necessária para o Brexit. A terceira irá analisar a guinada do Partido Conservador, que de uma postura pró-Europa, passa a incorporar uma visão eurocética, principalmente após a ascensão de Margareth Thatcher. O Brexit em si é o tema da quarta seção, que esquadrinha o processo e os pormenores da conjuntura, bem como dos dados da votação. Por fim, as conclusões finais fazem um apanhado do material trabalhado no capítulo, e mostram como o process tracing ajudou não apenas a rastrear o processo, como também ajudou a identificar as causas necessárias e suficientes para a saída.

2.1 A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA E O REINO UNIDO

Os primórdios da relação do Reino Unido com a Europa comunitária datam do início do século XX, época em que já se vislumbrava a possível formação dos “Estados Unidos da Europa”, conforme o extrato do texto de Winston Churchill em epígrafe, publicado no *The Saturday Evening Post* em 15 de fevereiro de 1930. Entretanto, apenas no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando o projeto de integração europeia começou a ser elaborado, o relacionamento passou a ter contornos mais concretos (Szucko, 2021). Encontramos uma

grande influência britânica na reconstrução europeia como um caminho para a paz e a prosperidade no continente, mesmo que, em um primeiro momento, essa influência não tenha se refletido em um envolvimento direto do Reino Unido no movimento integracionista.

Esse movimento integracionista tem sua gênese no trauma das duas grandes guerras, ocasião em que os estados europeus procuravam encontrar uma forma de evitar novos embates e conflitos. Sob a égide da chamada Pax Britannica, as décadas que antecederam a eclosão da Primeira Guerra trouxeram uma intensificação dos laços de interdependência social, econômica, cultural e política que reforçavam a coesão da ordem internacional (Cunha, Suprinyak, 2020). A historiografia das Relações Internacionais comumente associa o século XIX à supremacia britânica, muitas vezes denominando o período entre a derrota de Napoleão e a Primeira Guerra como Pax Britannica. O termo carrega um olhar fundamentalmente europeu sobre aqueles cem anos, entendendo-os como de predomínio da paz no continente, mas ignorando as profundas violências exercidas no período, pois apesar de uma alegada paz, os britânicos não deixaram de recorrer ao uso da força quando acharam necessário, em especial na defesa e expansão de seu império (Passetti, 2016). Para Adam Watson, a Grã-Bretanha, no período, foi a potência dominante nas extensões ultramarinas da Europa, e para explorar essa dominância necessitava de equilíbrio e paz na própria Europa. O autor associa o sucesso britânico ao executar as conquistas territoriais da Era Vitoriana com o uso das armas e a negociação diplomática com as demais potências europeias. A potência em expansão teria investido para compor uma nova situação na qual seus concorrentes continentais se mantinham em paz, possibilitando, talvez sem perceber, tempo e recursos para construir seu império. A Pax Britannica teria sido, portanto, uma estratégia de conquista. (Watson, 2004).

No âmbito do continente, as inovações tecnológicas e organizacionais que marcaram a virada do século XX pareciam colocar em evidência a natureza obsoleta das nações como unidades econômicas independentes, dados os novos rumos da produção em massa, dos transportes de longa distância e das telecomunicações, por exemplo. Muito embora as condições de existência e reprodução da humanidade fossem agora satisfeitas em escala internacional, suas atitudes e instituições permaneciam firmemente atreladas às fronteiras políticas tradicionais. A Primeira Guerra Mundial encerraria qualquer noção de que uma maior interdependência socioeconômica pudesse conduzir à estabilidade da ordem internacional. Por toda a Europa, o nacionalismo voltaria a se afirmar como uma força política e moral, agora potencializada pelos avanços recentes do conhecimento técnico e científico (Cunha, Suprinyak, 2020).

Ao final da Grande Guerra, o presidente dos EUA, Woodrow Wilson, chegou à Conferência de Paz de Paris, em 1919, com seu projeto de uma nova ordem mundial, baseada na transposição dos valores e princípios do liberalismo político para o sistema internacional. Seria criada a Liga das Nações, em que o direito deveria prevalecer sobre o poder, e os processos democráticos sobre os aristocráticos na condução das relações internacionais, com o “equilíbrio de poder” sendo substituído por uma “comunidade de poder”. O estabelecimento da Liga das Nações ocasionou a coexistência do velho e do novo na política internacional. A Liga se arvorava nas fórmulas políticas liberal-democráticas para estabelecer um arcabouço supranacional de resolução de conflitos (Cunha, Suprinyak, 2020). Os Estados Unidos, a nova grande potência do sistema internacional, traziam o idealismo dos valores liberais de sua política doméstica para o campo internacional, enquanto as potências europeias tradicionais, como a Inglaterra, a França e a Alemanha, habituadas às práticas da política do poder, ficavam desconfiadas do novo espírito cunhado, ciosas de seus interesses vitais (Sato, 2003). A constituição da Liga, de tom formal e idealista, apesar de incluir propósitos como a preservação da paz mundial, não introduzia nenhuma tentativa de limitação da soberania das nações-membro, um fator apontado por críticos como E.H. Carr como o principal motivo de seu fracasso em impedir o acirramento das tensões que culminariam na Segunda Guerra (Carr, 2001). Para muitos observadores, o fracasso da Liga das Nações ilustra de maneira vívida que a soberania das nações e a estabilidade da ordem internacional eram objetivos incompatíveis (Cunha, Suprinyak, 2020).

Mesmo assim, após a Segunda Guerra Mundial, a Europa Ocidental passaria a procurar com ênfase uma maneira de evitar novos embates, ao se enxergar como uma entidade com interesses comuns e com mesmos ensejos econômicos. Além disso, podemos dizer que os países reconheceram que a recuperação de sua economia, devastada pelo conflito, só seria possível por meio de incentivos, como por exemplo pela assistência dos Estados Unidos, com o Plano Marshall, aliado a um processo de colaboração no desenvolvimento econômico entre os Estados europeus (Scofield, 2018). Da parte do Reino Unido, em seu relacionamento com o continente europeu no pós-guerra, a maior preocupação era a garantia de sua segurança nacional por meio da promoção da paz e da estabilidade entre os parceiros europeus e da contenção da ameaça comunista soviética (Schnapper, 2000; Gownland, Turner, Wright, 2010). Mesmo com o Congresso de Haia de 1948 servindo como o primeiro passo para uma convergência europeia cada vez mais estreita, Winston Churchill, que dirigiu os trabalhos do congresso, cuja deliberação seria a permissão acerca da criação do Conselho da Europa, justamente em Londres,

no ano seguinte, apelaria à constituição de uma União entre os estados da Europa sem a participação do Reino Unido (Soares, 2019). É importante ressaltar que mesmo com os percalços, Winston Churchill é também considerado como um dos pioneiros do bloco europeu, tendo em vista seu posicionamento favorável à cooperação europeia para recuperação no pós-guerra. Mesmo assim, a escolha da linguagem utilizada por Churchill ao reforçar a diferença entre “estar com a Europa” ou “pertencer à Europa” serviu de base para definir as atitudes e as políticas britânicas em relação ao bloco europeu por décadas (Szucko, 2021). Churchill acreditava que a superação das tensões entre França e Alemanha era fundamental para uma reconciliação do continente e para a formação de uma estrutura de cooperação regional aprofundada. Todavia, o papel do Reino Unido deveria se resumir apenas ao incentivo, juntamente com as duas potências do pós-guerra, Estados Unidos e União Soviética (Szucko, 2021).

A crença na aliança especial com os Estados Unidos e o papel de liderança na Comunidade de Nações foram fatores que atuaram como uma barreira psicológica nos políticos britânicos do pós-guerra, tornando mais difícil a percepção de uma possível participação do Reino Unido nas comunidades europeias (George, 1998). A nostalgia britânica de seu papel mundial acabaria por dificultar o envolvimento do país com a integração europeia. Encontramos elementos constantes no seio da política externa britânica do pós-Segunda Guerra, elementos independentes dos partidos que estavam no poder, sendo eles a prioridade da aliança especial com os Estados Unidos, a rejeição ao princípio de supranacionalidade no processo de integração regional e a promoção do livre-comércio (Schnapper, 2000). Nota-se também a evolução de uma lógica pragmática do Reino Unido na maior aproximação ou distanciamento dos três grandes círculos de poder com o intuito de promover o seu próprio interesse nacional (Szucko, 2021). Em termos gerais, apesar do declínio do Império Britânico nas décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido ainda detinha importantes ativos que corroboravam uma ideia de incremento de poder relativo no sistema internacional (George, 1998; Schnapper, 2000), como um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e poderio militar (destacando-se a tecnologia nuclear e a então maior marinha do mundo), que poderiam funcionar como mecanismos de dissuasão em relação à integração, além do fato de a libra esterlina continuar sendo uma reserva internacional (Szucko, 2021).

Em 1950, Robert Schuman, ministro das Relações Exteriores da França, apresentou a ideia de uma federação europeia visando manter a preservação da paz. Com essa iniciativa, Schuman marcava o começo de uma nova era na Europa (Camargo, 2008). Em 1950, por meio

de um plano que levou seu nome, a Declaração Schuman, estabeleceu-se o marco inicial da integração europeia. Em 1951, por meio do Tratado de Paris, criou-se a Comunidade Europeia de Carvão e Aço (CECA) o primeiro estágio de integração mais consolidado, que tentou unir os mercados de carvão e aço de seus primeiros seis Estados-membros: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda. Seria uma forma de evitar disputas econômicas por conta das matérias primas (Costa, 2017). O Reino Unido, que foi chamado a participar, recusou o convite, muito por conta de questões envolvendo sua soberania nacional. Pesa o fato de que o governo do primeiro-ministro Clement Atlee tinha nacionalizado recentemente ambos os setores, e por isso não estava disposto a submeter o controle de sua produção a uma autoridade comum (George, 1998; Baker; Schnapper, 2015; Castilho, 2023).

Com a Guerra Fria e a nova ordem econômica e ideológica sendo posta em plano mundial, outras organizações para cooperação e integração da Europa seriam instauradas e emergiriam entre os países. A União Europeia Ocidental (UEO) seria fundada em 1954 visando o cenário militar; na frente econômica, para alocar os fundos do Plano Marshall seria criada a Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE) em 1948, tornando-se a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1961 (Costa, 2017).

Em 1955, o Reino Unido seria convidado a integrar a CECA, mas recusaria a oferta, pois a adesão, na visão do país, poderia servir como uma forma de cessão e subtração de sua autoridade e soberania (Scofield, 2018). Para entendermos melhor esse ponto, é necessário analisar o contexto britânico ao término da Segunda Guerra Mundial. Após o conflito, o Reino Unido se viu como uma das três potências mundiais, pois a moldagem da geopolítica mundial estava sendo feita pelos líderes dos EUA, da União Soviética e do próprio Reino Unido, simbolizado, até as eleições de julho de 1945, pela participação de Winston Churchill como um dos líderes do mundo pós-nazista ao lado de Joseph Stalin e Franklin D. Roosevelt (Schutte, 2017). O país teve papel fundamental nas conferências que definiram a reorganização do sistema mundial do pós-guerra, como Ialta e Postdam (George, 1998; Castilho, 2023). Naquele momento, portanto, o país se via mais uma vez com protagonismo em âmbito europeu e mundial, uma situação que não via desde o império. Isso ensejou um sentimento de diferença para com o resto dos países da Europa continental. De fato, o contexto do Reino Unido em meados dos anos 1940 divergia do resto do continente, inclusive animicamente, pois o país não tinha sido ocupado pelos nazistas, por exemplo (Schnapper, 2000; Gowland; Turner; Wright, 2010; Castilho, 2023). A construção da narrativa britânica no pós-guerra enfatizava sua resistência contra as ameaças do fascismo e do nazismo da Europa continental (Szucko, 2020).

O discurso político britânico da época procurava retomar referências históricas para deixar clara a diferença entre a monarquia constitucional britânica frente aos regimes absolutistas e às inclinações tirânicas do continente europeu do último século, de Napoleão a Adolf Hitler. A manutenção de um suposto status de potência global ou “ilusão de grandeza” conferia aos britânicos um relativo senso de superioridade em relação às suas contrapartes continentais (George, 1998; Schnapper, 2000; Liddle, 2014), que é um dos aspectos centrais do euroceticismo no Reino Unido (Szucko, 2021).

Com este cenário, grande parte da elite econômica e política do Reino Unido imaginava ser possível continuar como uma potência global baseada na suposta força econômica da Commonwealth, na Libra Esterlina como moeda de reserva mundial e na sua força militar (Schutte, 2017). A Commonwealth foi oficialmente criada em 11 de dezembro de 1931. Foi concebido como uma organização intergovernamental com um secretariado comum reduzido. Atualmente, conta com 53 Estados-Membros que trabalham com base nos princípios da igualdade e da liberdade, uma vez que não têm qualquer obrigação legal entre si. A Preferência Imperial era o sistema de tarifas ou acordos de livre comércio entre os domínios e colônias do Império Britânico. Foi considerado um método de promover a unidade dentro do Império Britânico e sustentar a posição da Grã-Bretanha como uma potência global, funcionando como uma resposta ao aumento da concorrência da Alemanha e dos Estados Unidos protecionistas no início do século XX. Durante a década de 1920, a Preferência Imperial tornou-se popular novamente quando o primeiro-ministro Baldwin se tornou um apoiador total da criação do Empire Marketing Board. Winston Churchill foi um opositor à ideia, promovendo o livre comércio para aumentar a competitividade britânica em um mundo mais global (Troitiño, Chochia, 2015). Embora a Commonwealth não consistisse em acordos comerciais multilaterais, o comércio entre seus membros foi importante durante sua existência. A entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Econômica Europeia em 1973, como membro pleno do Mercado Comum baseado na Política Aduaneira Comum e na Política Comercial Comum, significou a dissolução prática do Sistema de Preferências Imperiais, uma vez que as Comunidades Europeias atuam como representantes de todos os seus membros em qualquer acordo comercial internacional (Parr, 2006). A ideia de uma área de Livre Comércio entre os membros da Commonwealth foi discutida em várias ocasiões, tornando-se um sonho dos eurocéticos no Reino Unido como uma alternativa ao mercado da União Europeia (Chochia et al, 2018).

Em 1955, durante a Conferência de Messina, os representantes dos seis países da CECA decidiram abandonar a integração “setorial” e ampliar a integração a toda a economia, criando um comitê intergovernamental para formular propostas nessa direção (Costa, 2018). Em 25 de Março de 1957 são assinados dois tratados, o que institui a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o Tratado que instituiu a Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEA ou EURATOM). Esses tratados ficaram conhecidos como o Tratado de Roma e aprofundaram a integração na Europa. Estas duas comunidades eram independentes entre si e independentes da CECA (Cunha, Suprinyak, 2020). A primeira baseava-se na energia atômica e era consequência do lobby exercido por Jean Monnet, conselheiro político e econômico da França, que pensava a energia atômica como a nova fonte de energia do futuro, já que poderia ser produzida localmente na Europa, evitando a dependência do petróleo vindo de outras partes do mundo, além de ser uma fonte de energia relativamente barata. A relação do Reino Unido com a energia nuclear tinha um aspecto de prestígio e poder, além do fornecimento energético, pois já em 1947 o governo britânico decidiu desenvolver seu próprio programa, como medida de segurança e manutenção do status de superpotência para o país. Ernest Bevin, estadista britânico, líder sindical e político trabalhista, foi secretário de Estado das Relações Exteriores (1945-1951) e supervisionou o programa de desenvolvimento nuclear do país, definindo-o como uma questão de prestígio e segurança nacional. No entanto, o custo do programa nuclear britânico era muito alto. No final, o status de superpotência pesou mais que os ganhos econômicos potenciais de um orçamento comum, tecnologia comum e desenvolvimento comum advindos da EURATOM. O Reino Unido era a única potência nuclear mundial ao lado dos EUA e da URSS, e por isso não tinha motivação real para aderir ao tratado (Chochia et al, 2018).

Diferentemente das demais nações europeias naquele período, portanto, o Reino Unido continuava a formular sua política externa em termos globais (George, 1998) aprofundando a relação acidentada com a construção europeia, nunca partindo de uma vontade política real acerca de processos sobre a criação e participação em instituições supranacionais que restringissem de alguma forma sua soberania estatal. A hesitação britânica em assumir um papel central nos processos de integração seria sempre reforçada pela existência dos interesses comerciais e militares dos britânicos no continente europeu e fora dele; para o Reino Unido, os prejuízos da integração a longo prazo não compensariam, se comparados à estabilidade das relações com a Commonwealth e com os Estados Unidos (Liddle, 2014). Sendo assim, para o governo britânico, seria um erro integrar sua economia com a Europa, rompendo as conexões

bem estabelecidas com outras partes do mundo. Um relatório do gabinete britânico sobre as negociações de 1955 mostra e corrobora como o Reino Unido avaliava o avanço das comunidades europeias como embasado em motivações econômicas e políticas, recomendando a não participação como membro efetivo da iniciativa para formação de uma comunidade de energia atômica (UK Government, 1955, Szucko, 2020). O posicionamento britânico também se justificava pela importância das relações econômicas que mantinha com suas colônias e ex-colônias pertencentes a Comunidade de Nações e pela oposição à proposta de uma união aduaneira, que viesse a limitar a política comercial do país. A relação com a Commonwealth era essencial para o Reino Unido e seria afetada negativamente pela adesão à CEE, devido à política agrícola comum prevista no Tratado de Roma. O comércio agrícola entre os membros da Commonwealth era muito importante, e a PAC deveria ser protecionista em relação aos produtores agrícolas internacionais, afetando negativamente as importações da Commonwealth. Isto posto, o Mercado Comum incluía costumes comuns, influenciando os acordos comerciais internacionais de seus membros que posteriormente se tornariam acordos comerciais entre toda a CEE e os parceiros internacionais. Durante as negociações preliminares, o Reino Unido propôs, em vez de um mercado comum, uma zona comercial comum para os bens industriais, excluindo a produção agrícola, e autonomia nacional para negociar acordos comerciais com outros parceiros, a fim de proteger o interesse britânico no mundo (Chochia et al, 2018).

Em suma, o governo trabalhista de Clement Attlee se recusa a participar da criação da CECA em 1951, posição acompanhada pelos gabinetes conservadores de Anthony Eden e de Harold Macmillan, o que ocasiona no não envolvimento direto na formação da CEE e da EURATOM (Szucko, 2020). Esse fato mostra o receio em relação ao processo de integração regional tanto do Partido Conservador como do Trabalhista, fazendo do Reino Unido um observador externo. Em 1956, o primeiro-ministro francês Guy Mollet aborda o governo britânico e sugere a ideia de uma união econômica e política entre a França e a Grã-Bretanha, seguindo o padrão da união anglo-francesa de 1940 (Castilho, 2023). O pedido foi rejeitado pelo Reino Unido, o que acaba por fechar qualquer associação da França com a Commonwealth. Isso faria com que os franceses rejeitassem a premissa britânica de uma zona de comércio livre com o apoio dos outros cinco membros, e a CEE foi criada sem a participação britânica (Chochia et al, 2018).

O Reino Unido, em decorrência desses fatores e para equilibrar as forças, promoveria a criação de um contraponto à CECA. A Associação Europeia de Livre Comércio foi assinada

em 1959 no Tratado de Estocolmo pela Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. O membro líder da associação foi o Reino Unido, que promoveu um mercado europeu alternativo para seus produtos (Gardener, 1990). A Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) foi uma organização intergovernamental criada para promover o livre comércio e a integração econômica em benefício de seus Estados-Membros. O objetivo imediato era proporcionar um quadro para a liberalização do comércio de mercadorias entre os seus Estados-Membros. Ao mesmo tempo, a AELC foi estabelecida como um contrapeso econômico à CEE, mais politicamente orientada (Kaiser, 2001). O medo britânico de ficar isolado da Europa foi superado com a associação com os países ocidentais fora da CEE. No entanto, as relações com a CEE estiveram no centro das atividades da AECL desde o início, pois ainda na década de 1970, os estados membros celebraram acordos de comércio livre com o bloco. O desenho britânico da organização baseava-se em dois pontos principais: reduções tarifárias entre os membros e não comprometimento com a soberania nacional de cada país (Chochia et al, 2018).

Em 1961, no entanto, ao reconhecer os benefícios econômicos da CEE e com a piora das condições de comércio com a Commonwealth e com os Estados Unidos, o Reino Unido inicia tratativas para sua adesão ao bloco, primeiro em 1961, depois em 1967. Entretanto, seu ingresso à organização internacional seria vetado nas duas primeiras tentativas pelo presidente da França, Charles de Gaulle, que enxergava na forte aproximação dos britânicos com os Estados Unidos uma fonte de instabilidade de forças ao bloco (Castilho, 2023). A ideia do líder francês era não só limitar o projeto supranacional, mas também manter a liderança da França dentro do processo de integração regional na Europa. Para isso, os britânicos deveriam, ao menos no início, permanecer fora do projeto de integração europeu (Júnior, 2020). Além disso, a posição dominante da França dentro das Comunidades poderia ser prejudicada com a adesão de uma grande potência como o Reino Unido (Castilho, 2023).

A França tinha muitas preocupações com as verdadeiras intenções dos britânicos e seu compromisso com o processo de integração política (Dinan, 2004). A Alemanha, por sua vez, apoiou totalmente a relutância francesa à adesão britânica motivado pelo ressentimento por conta da divisão do país entre os lados Ocidental e Oriental; os EUA, apoiados pelo Reino Unido, aceitariam a divisão da Alemanha em duas partes. Por outro lado, outros Estados-Membros estavam interessados na presença do Reino Unido na Comunidade, já que tinham importantes ligações econômicas com os britânicos, especialmente os Países Baixos, mas a sua influência não resistiu à rejeição francesa. Outros apoiantes da adesão britânica eram

personalidades importantes ligadas à integração europeia, como Jean Monnet, o chamado pai da Europa, mas nada podiam fazer contra a combinação das posições francesa e alemã. Os outros Estados-Membros, como os países do Benelux e a Itália, não tinham o poder de contestar a posição francesa. Assim, a França era a principal força política do bloco, sua posição poderia entrar em perigo com a entrada de outro peso pesado como o Reino Unido (Chochia et al, 2018).

Outro fator de discordância residia na Política Agrícola Comum, que ainda estava em discussão, sem a sua forma final. O Governo francês estava preocupado com a alteração das regras desta política por parte do Reino Unido, dado que o setor agrícola britânico era muito diferente do francês e tinha outras necessidades. Qualquer Estado candidato à adesão à União Europeia deveria aceitar a sua totalidade, sem possibilidade de se tornar membro parcial da organização. Uma vez membro de pleno direito do bloco, qualquer Estado-Membro poderia influenciar o desenvolvimento das políticas europeias no terreno comum das instituições europeias. Qualquer alargamento do então bloco europeu exigia a unanimidade dos seus membros, conferindo o direito de veto a todos os Estados-Membros da organização (Chochia et al, 2018). A candidatura britânica de 1961 foi conduzida pessoalmente por Harold Macmillan, um político conservador britânico que serviu como primeiro-ministro do Reino Unido de 1957 a 1963. Macmillan era conhecido pelo pragmatismo e pela capacidade de se adaptar às novas necessidades de seu país, recuperando as relações com os EUA e redesenhando as relações com a Europa continental. Macmillan superou a divisão de seu governo em relação à adesão às Comunidades Europeias com uma grande reorganização do gabinete em 1960 (Ludlow, 1997).

A razão fundamental para o Reino Unido se candidatar à adesão às Comunidades Europeias se deu muito pelo fato de o governo britânico temer que o desenvolvimento das Comunidades Europeias afetasse seu papel na política mundial (Chochia et al, 2018). Os Estados-Membros das Comunidades Europeias cresciam economicamente mais do que a economia britânica devido a diferentes fatores, mas essencialmente às novas possibilidades de um espaço econômico mais vasto que promovesse as relações entre os Estados-Membros. Durante a década de 1960, o PIB francês cresceu a uma média de 5,8% ao ano, enquanto o crescimento britânico ficou apenas na metade do crescimento de Alemanha e França (Headley, 2012). A principal questão, portanto, residia no fato de que os Estados-Membros das Comunidades Europeias cresciam cada vez mais, diminuindo o peso britânico na economia europeia e global e, conseqüentemente, diminuindo a influência do Reino Unido no cenário internacional. Como o status internacional era uma prioridade para Macmillan, a petição para se tornar membro das Comunidades Europeias tornou-se o único movimento lógico para

preservar o poder e o prestígio do Reino Unido no mundo. A relação especial com os EUA também foi prejudicada, muito por conta da liderança americana à nível global, que paulatinamente removeu a influência britânica em muitos lugares do mundo. A relação também foi afetada pelo pleno apoio dos EUA às Comunidades Europeias, uma vez que a perspectiva de uma Europa unida trabalhando em estreita colaboração com os EUA nos assuntos mundiais era mais atraente do que uma Europa fraca e dividida (Chochia et al, 2018).

A estabilidade das Comunidades Europeias também influenciou o pedido de adesão britânico, uma vez que diferentes relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros descreveram as dificuldades do projeto e a elevada possibilidade de colapso num curto período devido às tensões entre os membros. A essência política do bloco não tinha sido revelada durante os primeiros passos da integração, centrando-se nas questões econômicas. Mas a crescente integração da economia evoluiria em algum momento para o desenvolvimento de um quadro institucional (Adam, 2019). Estas instituições teriam de se tornar democráticas porque, de outro modo, a comunidade seria dominada por um conselho de peritos sem legitimidade. Nessa altura, os britânicos esperavam que o nacionalismo dos Estados-Membros do bloco tivesse colapsado a organização. Este erro de previsão revelou a necessidade dos britânicos de se tornarem membros da organização para manter o seu próprio estatuto e influenciar o desenvolvimento do processo a partir de dentro (Chochia et al, 2018). Em julho de 1961, o primeiro-ministro britânico Harold Macmillan comunicou à Câmara dos Comuns as intenções do governo britânico de solicitar a adesão às Comunidades Europeias, publicando em novembro uma carta de intenções que incluía as reivindicações e intenções britânicas (Bulmer, Burch, 1998). Macmillan aceitou oficialmente todas as regras e políticas comunitárias, mas esperava obter exceções para o Reino Unido na forma de protocolos especiais, especialmente em relação às relações com a Commonwealth, ainda mais importante para o Reino Unido em termos econômicos do que o mercado europeu (Romano, 2017). A rejeição comunitária de incluir exceções para os britânicos e negociar apenas com base no Tratado de Roma significou o bloqueio das negociações e o veto final francês (Chochia et al, 2018).

Os britânicos tentam uma nova candidatura em 1967, e mais uma vez não foram aceitos, enfrentando um veto pessoal de De Gaulle (Henderson, 2019). Os negociadores britânicos, Edward Heath e Sir Eric Roll, não foram bem sucedidos em sua tentativa de burlar o veto francês. Edward Heath foi um político conservador que ocupou vários cargos na política britânica, e um defensor da integração da adesão do Reino Unido no mercado europeu. Tentou negociar com base nos já mencionados protocolos especiais para o Reino Unido no interior do

bloco. No entanto, após essas duas candidaturas infrutíferas, com a saída de De Gaulle em 1969, o Reino Unido finalmente torna-se membro da CEE em 1973 (Adam, 2019).

Tais percalços demonstram e corroboram de maneira clara a caminhada sempre errante e marcada por impasses do Reino Unido dentro das relações com a integração europeia. É válido ressaltar que os britânicos adentraram a um mercado comum, visando os laços econômicos, e não a um projeto de união política, que foi ficando cada vez mais estreito, o que poderá ser visto com maior riqueza de detalhes quando da recusa dos britânicos em aderir aos elementos comuns aos países do bloco. O Reino Unido sempre fez questão de deixar clara sua intenção de evitar a construção de um grande bloco europeu unitário (Castilho, 2023).

2.2 O REFERENDO DE 1975

A oposição trabalhista de Harold Wilson havia criticado os termos negociados por Edward Heath para acesso às comunidades europeias, especialmente no que se refere a quantia do orçamento que seria destinada à política agrícola do bloco regional. Muito mais do que uma discordância acentuada quanto ao acordo para entrada do país na Cooperação Econômica Europeia, tratava-se de uma disputa política com o intuito de se contrapor ao governo de Heath. Os trabalhistas então prometeram uma renegociação e um referendo caso ganhassem as eleições em 1974 (Butler, Kitzinger, 1996). O Partido Trabalhista começou seu governo 14 meses após a entrada no bloco, disposto a pôr em prática a renegociação em torno de uma lista de pontos, sendo o principal deles, o problema da contribuição líquida excessiva devido à Política Agrícola Comum (Romano, 2017).

Em 1º abril de 1974, o governo britânico apresentou uma lista de demandas para a renegociação com o bloco europeu. A maioria dos temas elencados na ocasião continuou sendo um ponto de atrito no relacionamento entre o Reino Unido e o bloco nas décadas seguinte. Entre as principais exigências, destacam-se, além do pedido de mudanças na Política Agrícola Comum, a aplicação de métodos mais justos para o financiamento do orçamento comunitário, a retenção dos poderes parlamentares na definição de políticas fiscais e industriais e a garantia dos interesses econômicos dos países em desenvolvimento e da Comunidade de Nações. Os britânicos também destacavam um temor sobre a implementação da união econômica e monetária cada vez mais estreita, assim como um receio dos rumos do projeto de integração previsto para os anos 80 (Szucko, 2020). A proposta de reforma da PAC atendia ao objetivo de equilíbrio dos preços dos produtos agrícolas com o mercado mundial, visando reduzir o

protecionismo do bloco, com o intuito de facilitar a entrada de produtos advindos da Comunidade de Nações (Schnapper, 2000; Gowland, Turner, Wright, 2010). Sobre o orçamento comunitário, o Reino Unido argumentava que o montante enviado pelo governo britânico era muito superior ao enviado pelos outros países, alegando clara desvantagem (Szucko, 2020; Butler, Kitznger, 1996).

O contexto do primeiro referendo foi marcado de um lado pelo impacto do primeiro choque de petróleo, da inflação, do desemprego e de conflitos violentos em torno da Irlanda do Norte e do aumento do separatismo na Escócia e, de outro, pelos interesses econômicos, simbolizados pela campanha “Britain in Europe”. Nesse momento, a imprensa também era a favor da permanência (Schutte, 2017). A única crítica era contra o instrumento de referendo em si, debate que seria retomado em 2016. Havia medo que uma saída pudesse piorar as coisas, economicamente e politicamente. O que foi decisivo naquele momento, ao contrário do que ocorreu em 2016, foi a confiança nas principais lideranças dos dois principais partidos, que faziam coro pela permanência, afirmando que o país poderia aproveitar a abertura do mercado para sua manufatura e para ter acesso aos fundos regionais. O governo britânico, por sua vez, também passou a adotar um tom mais conciliatório e construtivo na renegociação (Schnapper, 2000).

Com a recondução do Partido Trabalhista ao poder nas eleições de outubro de 1974, o processo de renegociação foi peremptório. As renegociações encerraram-se em março de 1975 em uma reunião do Conselho Europeu em Dublin, cujo mote central foi a revisão dos termos de adesão do Reino Unido à Cooperação Econômica Europeia. As concessões feitas ao Reino Unido tinham o objetivo de evitar que o governo trabalhista optasse pela saída do bloco, que naquela ocasião, teria compreendido as realidades da política britânica e o sentimento generalizado na opinião pública de que a filiação do país não havia sido legitimada politicamente, assim como as restrições intrapartidárias enfrentadas pelo governo (Szucko, 2020) Em 1974, Harold Wilson já havia se decidido pela permanência na Comunidade Europeia, mas ainda precisava apresentar o resultado das negociações, visando lidar com as divisões internas do próprio partido, assim como para se diferenciar do Partido Conservador (Szucko, 2020; George, 1998; Schnapper, 2000).

A campanha em favor da permanência na Comunidade Europeia começou antes do fim das negociações, baseada em uma coleção de mudanças de políticas e garantias não tão consolidadas (Szucko, 2020, Liddle, 2014). Esse processo de renegociação era parte de uma estratégia do Partido Trabalhista para que a integração regional pudesse ser aceita e absorvida de modo decisivo e peremptório pela população britânica, de maneira lenta e paulatina (George,

1998). Mais do que os resultados em si, a renegociação impactou no panorama geral da trajetória entre Reino Unido e bloco europeu.

Em um primeiro momento, a realização do referendo de 1975 seguiu um processo similar ao observado no referendo de 2016, com o governo britânico renegociando alguns termos da relação, em particular trechos do tratado de acesso e, na sequência, convocando um referendo para que a população decidisse pela permanência ou não no bloco. A grande diferença, conforme a dissertação tentará atestar no capítulo seguinte, seria a da conjuntura da época de realização dos referendos e da dependência da trajetória do processo. Se em 1975 ficar na Europa, com renegociações e concessões, significaria uma valência positiva no que concerne à economia, em 2016 o bloco europeu seria visto como um empecilho financeiro para os britânicos. Além disso, em 1975, o euroceticismo ainda não tinha a força que posteriormente teria ao longo dos anos, advinda inclusive da classe política, principalmente dos conservadores, então favoráveis à integração.

Em 9 de abril de 1975, o tema seria colocado em votação no parlamento britânico, e mesmo com a orientação governista favorável à permanência no bloco com base nos termos renegociados, mais da metade dos parlamentares trabalhistas foi contrária à continuidade. Em contrapartida, a maioria dos conservadores votou pela permanência no bloco europeu, reiterando o posicionamento do governo anterior de Edward Heath (Szucko, 2020). Margaret Thatcher, que recém havia sido eleita líder do Partido Conservador, apontou fatores como paz e segurança, fontes seguras para o suprimento de alimentos e o futuro papel do Reino Unido no mundo como motivos pungentes para a permanência (George, 1998).

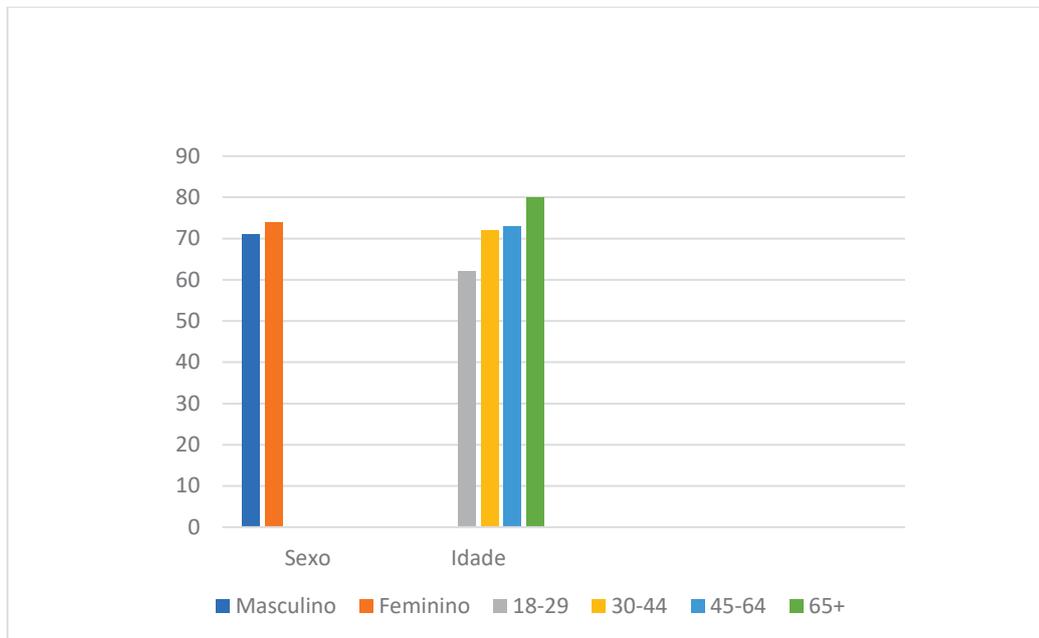
Podemos observar então que a temática da integração europeia acabaria por superar as divisões partidárias existentes entre trabalhistas e conservadores no Reino Unido, e isso desde antes da entrada no bloco, mesmo que encontremos, em alguns momentos, posicionamentos eurocéticos de ambos os lados. Esses posicionamentos, mesmo contando com elementos basilares do euroceticismo britânico, estavam muito mais relacionadas com o jogo político interno do Reino Unido do que com uma análise das vantagens e das desvantagens do pertencimento ao bloco europeu, sendo a própria lógica quase binária do sistema político britânico (e o mecanismo de votação *first-past-the-post* para o Parlamento²) um elemento

² No sistema britânico há eleições dentro de cada uma das 650 circunscrições eleitorais, em turno único, para escolha dos membros da Câmara dos Comuns. O candidato que receber mais votos em uma circunscrição é eleito. A expressão *first-past-the-post*, segundo alguns, é emprestada do turfe, onde o cavalo vencedor era aquele que primeiro ultrapassasse o poste que marcava a linha de chegada. A expressão destaca o fato de que apenas um candidato é eleito (Lundberg, 2018).

fundamental para as posturas ambíguas dos dois partidos (Szucko, 2020). Se em 2016 a polarização parecia cristalina, em 1975 o panorama era diferente.

Em 5 de junho de 1975, enfim, os cidadãos britânicos responderam ao seguinte questionamento: “Você acha que o Reino Unido deveria permanecer na Comunidade Europeia?”. Cerca de dois terços da população britânica acompanhou a recomendação do governo. Com uma taxa de comparecimento de 64,6% do eleitorado, aproximadamente 67,2% votaram em favor da permanência no bloco europeu (George, 1998). O maior voto “Sim” foi na Inglaterra (68,7%), seguido pelo País de Gales (64,8%), Escócia (58,4%) e Irlanda do Norte (52,1%) (Gowland, 2017).

GRÁFICO 1 – PORCENTAGEM DE VOTOS FAVORÁVEIS À PERMANÊNCIA NO BLOCO EUROPEU EM 1975, POR SEXO E IDADE

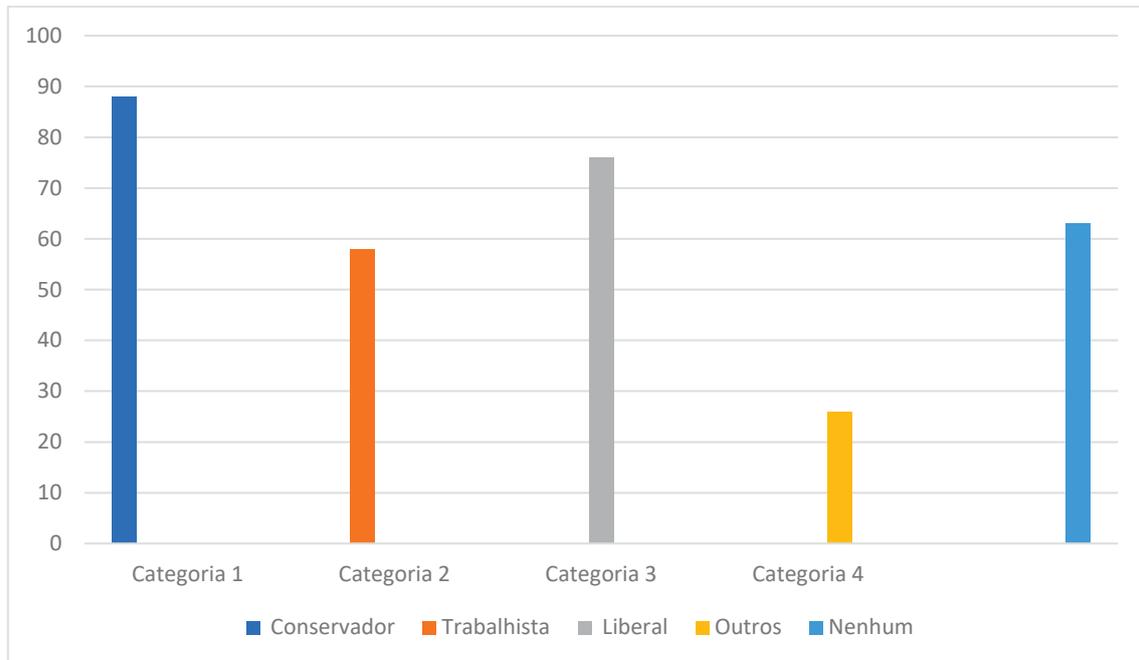


FONTE: Clements (2017)

A análise dos dados mostra como diferentes grupos demográficos e apoiantes partidários votaram no referendo de 1975. Os resultados da tabela são baseados na análise do corte transversal de outubro de 1974 e na reentrevista dessa mesma amostra por meio de uma pesquisa postal realizada após o referendo. Com base em fatores demográficos – mostrados na Figura 1 – 71% dos homens votaram para ficar, assim como 73% das mulheres. O padrão de votação entre as faixas etárias mostrou que o apoio à permanência na Comunidade Econômica Europeia era realmente maior entre as faixas etárias mais velhas: 80% das pessoas com 65 anos ou mais votaram a favor da permanência, em comparação com 73% e 72%, respectivamente,

daqueles com idade entre 45-64 e 30-44, e foi menor em 62% das pessoas com idade entre 18-29 anos.

GRÁFICO 2 – VOTOS PELA PERMANÊNCIA NO REFERENDO DE 1975 POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA



FONTE: Clements (2017)

Com base em uma medida de identificação partidária solicitada no estudo postal após o referendo, como mostrado na figura 2, podemos ver que 88% dos partidários conservadores disseram que votaram para permanecer no bloco europeu, assim como 76% dos partidários liberais. O apoio à permanência na Comunidade Econômica Europeia era muito menor entre os partidários dos trabalhistas – embora ainda fosse a maioria, com 58% – e apenas 26% entre os que apoiavam outros partidos, como os nacionalistas escoceses e galeses. Entre aqueles sem filiação partidária, 63% apoiaram a adesão à Comunidade Econômica Europeia. Os partidários trabalhistas tinham mais de três vezes mais chances de votar pela saída do que os partidários conservadores e quase duas vezes mais do que os partidários liberais. O locus do sentimento anti-mercado comum estava centrado na esquerda da política britânica nos anos que antecederam o referendo. O euroceticismo trabalhista estava enraizado nas preocupações de que a Comunidade Econômica Europeia era um clube capitalista, que traía os laços da Commonwealth, além de ser uma entidade deletéria para os países mais pobres, tirando dinheiro das prioridades domésticas.

Outro fator interessante concentra-se na votação com base em questões sociais ou morais, onde não encontramos um padrão consistente, com as diferenças sendo geralmente de menor magnitude entre direita e esquerda, com pouca variação com base nos pontos de vista em relação à igualdade de sexo, igualdade racial e violação da lei. Com base nas opiniões em relação à imigração – especificamente, se era importante ou não para o governo repatriar imigrantes – o apoio à adesão situou-se em 68% daqueles para quem isso era importante, 73% entre aqueles que não tinham certeza e 74% daqueles que disseram que não era importante (Clements, 2017).

Ainda que todas as unidades constituintes do Reino Unido tenham votado majoritariamente pela permanência nas comunidades europeias, os maiores percentuais favoráveis concentraram-se na Inglaterra e no País de Gales, ao contrário do que veremos no referendo de 2016. No entanto, o resultado do referendo foi inequívoco, mas não entusiasmado, dado que o apoio à associação era amplo, mas não profundo. O resultado favorável à permanência não significava necessariamente o início de uma nova era no relacionamento entre o Reino Unido e a Europa comunitária, visto que a atitude relutante e ambivalente seria mantida nas décadas seguintes (George, 1998). Isso pode ter sido motivado pelo fato de que, apesar dos anseios de que a permanência pudesse dar um maior impulso à economia britânica, o desempenho real ficaria abaixo do esperado.

Em suma, podemos notar que para os trabalhistas, em 1975, e para os conservadores, em 2016, os referendos serviram muito mais como um mecanismo para lidar com as divisões internas dos partidos e para consolidar uma posição oficial com base na consulta popular (Castilho, 2023; Szucko, 2020). O referendo de 1975 serviria para demarcar uma divisão que ficaria mais clara no contexto de 2016, visto que após 1975, encontramos um tom mais conciliatório no bojo dos trabalhistas para com o bloco europeu, enquanto que em 2016, o Partido Conservador se arvorou no euroceticismo refletido no resultado final (Castilho, 2023).

Podemos entender o referendo de 1975 como uma causa necessária para resultado do referendo de 2016. Mesmo que o resultado da consulta popular de 1975 tenha sido favorável a permanência, o primeiro referendo ajudou a fomentar um grau considerável de desconfiança e ilegitimidade advinda da opinião pública britânica perante a Europa, que aumentaria paulatinamente ao longo dos anos, com um desempenho econômico abaixo do esperado e com a consolidação da integração europeia cada vez mais pungente, para o desagrado dos britânicos.

2.3 A GUINADA CONSERVADORA E O CAMINHO DO BREXIT

Em 1974, os chefes de estado decidiram reunir o Conselho Europeu três vezes ao ano para determinar amplas diretrizes da política europeia e para iniciar um processo de cooperação política. No mesmo ano, a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional deixou claro que a Comunidade não era apenas um mercado, mas também uma área de solidariedade financeira entre os estados membros e regiões. Na Cúpula de Brema, em julho de 1978, a França e a Alemanha Ocidental propuseram a volta da cooperação monetária com a criação do Sistema Monetário Europeu (SME). Criado em 1979, o objetivo do SME era garantir a estabilidade das moedas europeias para que o mercado único permanecesse funcional. Foi criada a Unidade Monetária Europeia como a moeda representativa da Comunidade. As primeiras eleições do Parlamento Europeu por sufrágio universal também foram realizadas em 1979. Nesse mesmo ano, Margareth Thatcher se torna a primeira-ministra britânica, eleita pelo Partido Conservador. Logo de cara, Thatcher já apresentaria uma mudança de discurso, antes pró- Europa. Argumentando que a contribuição do Reino Unido para o orçamento do bloco europeu era demasiado elevada, a primeira-ministra colocou o assunto no topo da agenda do Conselho Europeu, em confronto com o líder alemão Helmut Kohl e o presidente francês François Mitterrand. Thatcher inclusive chegou a ameaçar retirar seu país do bloco se suas preocupações não fossem atendidas (Gowland et al, 2010).

Margaret Thatcher é um símbolo para o pensamento eurocético britânico. Do final da década de 1970 até o início da década de 1990, Thatcher e sua atitude deletéria em relação à UE foram o ponto central das relações entre o Reino Unido e o bloco europeu. Thatcher sempre fez questão de lutar por um desconto orçamentário proporcional para o país e, devido a essa batalha política, um acordo finalmente foi alcançado em uma reunião do Conselho Europeu de Fontainebleau em junho de 1984 (Castilho, 2023; Westlake, 2017). Thatcher ainda é um símbolo para os eurocéticos, vista por eles como uma defensora da soberania nacional e da independência dos Estados-Membros da UE frente aquilo que chamava de ditadura das instituições europeias (Buller, 2000). O cerne de suas ideias residia na lealdade popular e no enfrentamento da transferência de soberania do nível nacional para o europeu, que segundo Thatcher seria uma utopia que poderia pôr em risco as sociedades, as liberdades e o modo de vida europeu. Para Thatcher, os séculos de história tinham feito dos Estados nacionais o destinatário natural da lealdade popular e, portanto, o defensor natural da liberdade dos povos, e não seria orgânico transferir essa lealdade para um nível superior (e artificial) criado nas Comunidades Europeias por funcionários públicos burocratas, em um claro ataque ao federalismo e ao neofuncionalismo dentro da esfera da integração europeia (Castilho, 2023; Chochia et al, 2018).

No entanto, Margaret Thatcher votou favoravelmente à permanência nas comunidades europeias no referendo de 1975, enfatizando alguns dos benefícios dessa participação, como o acesso aos mercados europeus (Gowland; Turner; Wright, 2010). Todavia, nunca adotou uma atitude entusiasta à integração regional (Schnapper, 2000). Muito por conta disso, seu posicionamento pragmático contribuía para um bom trânsito e diálogo para com os diversos setores do Partido Conservador. Com base nessa abordagem mista, o manifesto do Partido Conservador para as eleições gerais de 1979 vislumbrava uma política de maior comprometimento com os parceiros europeus, com o intuito de resgatar a influência britânica no continente e exercer um papel mais proativo no bloco (Conservative Party, 1979). Ao mesmo tempo, o texto de 1979 ressaltava a necessidade de reformas em algumas políticas comunitárias, a exemplo da PAC, do orçamento e da política de pescas (Castilho, 2023).

No que se refere ao relacionamento com o bloco europeu, Thatcher tendeu a adotar o posicionamento tradicional do Partido Conservador, isto é, prioridade para a relação com os Estados Unidos, em detrimento da Europa comunitária; oposição a uma integração de viés supranacional que objetivasse a união política e monetária; interesse pela ampliação do mercado comum e pela aplicação dos princípios do livre-comércio à integração europeia; e postura crítica quanto à contribuição para o orçamento comunitário (Schnapper, 2000). Nesse sentido, tentou evitar inclinações aos setores mais extremistas, buscando manter a unidade interna do partido, ao menos até os anos finais de seu governo, quando a tendência eurocética se fortaleceu. Por se tratar de um longo período, podemos elencar três períodos do governo Thatcher: de 1979 a 1984, em que o foco esteve centrado em resolver a questão da contribuição britânica para o orçamento do bloco; de 1984 a 1989, quando se almejou propor novos direcionamentos alinhados à perspectiva britânica para a Comunidade Europeia; e de 1989 a 1990, que remete ao declínio de sua liderança e eventual renúncia (Szucko, 2021).

Temos, antes do fim de seu mandato, talvez o momento mais ilustre e significativo de seu euroceticismo. Tal momento, aliás, seria preponderante para os rumos do ideal eurocético britânico. O discurso de Thatcher em Bruges, em 1988, seria a pedra basilar para os rumos do Partido Conservador ao longo dos anos, impactando significativamente no referendo de 2016. A guinada conservadora do partido pode ser exemplificada por esse discurso, que entendemos ser uma condição necessária dentro do processo. O Brexit provavelmente não teria ocorrido caso os conservadores não tivessem adotado o euroceticismo como ideia central em relação à integração. No discurso, Thatcher afirma que:

(...) Gostaria de começar por eliminar alguns mitos sobre o meu país, a Grã-Bretanha, e a sua relação com a Europa e, para isso, devo dizer algo sobre a identidade da própria Europa. A Europa não é a criação do Tratado de Roma. A ideia europeia também não é propriedade de qualquer grupo ou instituição. Nós, britânicos, somos tão herdeiros do legado da cultura europeia como qualquer outra nação. As nossas ligações com o resto da Europa, com o continente europeu, foram o fator dominante na nossa história (...). A Comunidade Europeia pertence a todos os seus membros. Deve refletir as tradições e aspirações de todos os seus membros (...). A Comunidade não é um fim em si mesma. Tampouco é um dispositivo institucional a ser constantemente modificado de acordo com os ditames de algum conceito intelectual abstrato. Também não deve ser ossificada por uma regulação sem fim. A Comunidade Europeia é um meio prático através do qual a Europa pode assegurar a prosperidade e a segurança dos seus povos num mundo em que existem muitas outras nações e grupos poderosos. Nós, europeus, não podemos dar-nos ao luxo de desperdiçar as nossas energias em disputas internas ou debates institucionais arcanos. Eles não substituem uma ação efetiva (...). Esta noite, gostaria de definir alguns princípios orientadores para o futuro que, creio, garantirão que a Europa seja bem sucedida, não apenas em termos económicos e de defesa, mas também em termos de qualidade de vida e de influência dos seus povos (...). O meu primeiro princípio orientador é o seguinte: a cooperação voluntária e ativa entre Estados soberanos independentes é a melhor forma de construir uma Comunidade Europeia bem sucedida. Tentar suprimir a nacionalidade e concentrar o poder no centro de um conglomerado europeu seria altamente prejudicial e poria em risco os objetivos que pretendemos alcançar. A Europa será mais forte precisamente porque tem a França como a França, a Espanha como a Espanha, a Grã-Bretanha como a Grã-Bretanha, cada nação com os seus próprios costumes, tradições e identidade. Seria uma loucura tentar encaixá-los em uma espécie de personalidade identitária europeia (...). Trabalhar mais estreitamente em conjunto não exige que o poder seja centralizado em Bruxelas ou que as decisões sejam tomadas por uma burocracia nomeada. Com efeito, é irónico que, precisamente quando países como a União Soviética, que tentaram gerir tudo a partir do centro, estão a aprender que o sucesso depende da dispersão do poder e das decisões para longe do centro, haja alguns na Comunidade que parecem querer avançar na direção oposta. Não conseguimos inverter as fronteiras do Estado na Grã-Bretanha, apenas para as ver reimpostas a nível europeu, com um super-Estado europeu a exercer um novo domínio a partir de Bruxelas. Queremos, sem dúvida, ver a Europa mais unida e com um maior sentido de objetivo comum. Mas deve ser de uma forma que preserve as diferentes tradições, os poderes parlamentares e o sentimento de orgulho nacional no próprio país; pois estes têm sido a fonte da vitalidade da Europa ao longo dos séculos (...). Que a Europa seja uma família de nações, entendendo-se melhor, apreciando-se mais, fazendo mais em conjunto, mas apreciando a nossa identidade nacional não menos do que o nosso esforço europeu comum (Thatcher, 1988).

O discurso foi proferido por Thatcher ao Colégio da Europa no Campanário de Bruges, Bélgica, em 20 de setembro de 1988. O discurso mostra uma oposição a qualquer movimento para a transição da Comunidade Económica Europeia para uma Europa federal, que retiraria poderes de seus membros, segundo a primeira-ministra. Ela considerava o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, um defensor da federalização, e entraria em conflito com ele publicamente em algumas ocasiões (Tieskey, 2001). No início de 1988, Delors reafirmou o seu compromisso de que a CEE assumiria um papel mais preponderante no estabelecimento de uma legislação económica, fiscal e social europeia, o que Thatcher considerou como provocação. Thatcher foi convidada a falar no Colégio da Europa em Bruges e decidiu fazer do seu discurso uma resposta à fala de Delors. O discurso de Thatcher pontua a história da Grã-

Bretanha e a sua estreita ligação com a Europa e apela à CEE para que resista ao movimento de centralização do poder (Campbell, 2010).

Apesar do seu compromisso de que a Grã-Bretanha trabalharia dentro da CEE visando uma reforma, o discurso foi visto como anti-Europa, e expôs uma divisão no Partido Conservador entre aqueles favoráveis à federalização e os contrários à mesma. O Grupo de Bruges, um think tank eurocético britânico criado em 1990 e muito popular nos anos seguintes, recebeu seu nome em homenagem ao discurso (Dixon, 2018). Após Bruges, o euroceticismo se consolidaria definitivamente no Partido Conservador. Isto criaria dificuldades durante as negociações para aprovar o Tratado de Maastricht, o documento fundador da União Europeia, ao abrigo do qual foram concedidos poderes acrescidos às instituições europeias (Startin, 2015). Um acordo foi finalmente alcançado e a Grã-Bretanha aprovou o tratado, embora tenha mantido uma opção de exclusão do Capítulo Social, até este ser abandonado pelo primeiro-ministro trabalhista Tony Blair em 1997 (Campbell, 2010).

Todos esses argumentos corroboram a ideia de que as ações políticas do Reino Unido encontram em seu cerne basilar o direcionamento fundamentado no nacionalismo britânico, nos ideais de soberania e na autonomia do país frente ao projeto de integração europeia (Perisic, 2010). O fomento necessário para que os eurocéticos pudessem fundamentar e dar ensejo ao caminho de saída da União Europeia (Castilho, 2023).

2.4 A UNIÃO EUROPEIA SE CRISTALIZA

Em âmbito regional, em 1985, com base em uma proposta franco-germânica, o Conselho Europeu lançou uma reflexão sobre uma revisão do Tratado de Roma com o objetivo de concluir o mercado interno e codificar a cooperação política existente nas margens dos tratados. Em 1986, Espanha e Portugal passaram a fazer parte da CEE e, naquele ano, foi celebrado um novo tratado, o Ato Único Europeu (AUE). Foi assim denominado devido à inclusão, em um único texto, de uma revisão do Tratado da CEE (em especial, a criação do mercado interno até 31 de dezembro de 1992) e codificação da cooperação política externa ao Tratado da CEE. O Ato Único Europeu visava promover a integração europeia tanto para resolver os problemas institucionais da comunidade como para satisfazer necessidades essenciais dos Estados-Membros. Teve muitos contributos de diferentes fontes, mas centrou-se essencialmente na criação de um mercado único na Europa. O Mercado Comum não conseguiu resolver os múltiplos obstáculos que restringiam o comércio no interior do espaço comunitário.

A reunião do Conselho Europeu na França, em 1984, convocou um comitê para debater diferentes propostas e recomendações de uma reforma. A comissão foi presidida por James Clement Dooge e o seu relatório tornou-se a base para um novo tratado e para a criação do Mercado Único Europeu (Maynard, 1988). O relatório final da comissão identificou os principais obstáculos à criação de um verdadeiro mercado europeu comum funcional.

A década de 1980 foi um período crítico para a Comunidade Europeia, desafiando os esforços de integração de várias maneiras. Se as demandas britânicas foram temporariamente atendidas pelos acordados firmados, outras crises, como a Grécia se opondo à adesão de Espanha e Portugal, tornaram evidente que os processos de tomada de decisão do bloco necessitavam urgentemente de uma reforma (Keedus et al, 2018). Devido ao princípio da unanimidade, era demasiado fácil e provável que um membro colocasse exigências a outros, ameaçando vetar uma decisão. Isto significava que um único Estado-Membro poderia paralisar todo o processo de alargamento no momento em que a Comunidade tencionava expandir-se. Com a adesão de mais países à organização, como Espanha e Portugal, era cada vez mais provável que o alargamento pudesse ser dificultado pelo comportamento negativo de qualquer Estado-Membro, independentemente da dimensão da sua população ou da sua economia. Além disso, a adesão da Espanha e de Portugal constituiu uma mudança significativa para a Comunidade e pôs em evidência a necessidade de reformas. Devido à complexa situação política e econômica de ambos os países — ambos haviam saído recentemente de ditaduras e sofrido com economias agrícolas e industriais ultrapassadas —, as negociações de adesão tornaram-se prolongadas e repletas de dificuldades (Mc Allister, 2009).

Para construir um mercado interno funcional era também necessária a cooperação fiscal. No entanto, isso ainda estava sendo paulatinamente gestado, e tornar-se-ia um dos principais passos da integração política europeia nos próximos anos. Margaret Thatcher foi uma defensora do mercado único e da abolição das ainda numerosas barreiras ao comércio livre entre Estados. No entanto, ela tinha pouco interesse na integração política de fato, sendo hostil à ideia. Nesse sentido, dado que a integração do mercado europeu conduziu finalmente à moeda comum e, indiretamente, também contribuiu para a expansão do sistema de maioria qualificada e para a concessão de mais poder às instituições da UE, o seu apoio ao mercado parece contraditório e surpreendente. Mesmo que Thatcher tenha de fato obtido o desconto britânico, isso parece ser apenas uma pequena compensação pela perda parcial de soberania do Parlamento britânico. O apoio de Thatcher também poderia ser explicado por um erro de cálculo das ramificações políticas do que parecia ser um tratado meramente econômico, ou por um erro

de cálculo sobre qual era o tamanho de sua influência. Além disso, outras implicações e desenvolvimentos políticos se desenrolaram depois que Thatcher passou o cargo de primeira-ministra, e seus sucessores não usaram seus vetos para bloquear a integração política (Keedus et al, 2018).

O período após a criação do AUE foi marcado por preparações para a entrada em vigor do mercado interno, que necessitava da adoção de 310 normas europeias para substituição dos padrões nacionais. O documento técnico sobre o Mercado Único Europeu listava essas normas e estabelecia uma espécie de agenda legislativa para o período de 1987 a 1992. Na verdade, a estratégia de adotar padrões europeus a fim de organizar todos os aspectos do mercado doméstico era, basicamente, restritiva demais devido às incertezas do processo de tomada de decisões. Ela foi gradualmente perdendo força, sendo substituída pelo “reconhecimento mútuo” dos padrões (Costa, 2017).

Em fevereiro de 1992, o Tratado de Maastricht revisaria o Tratado de Roma, o que estabeleceria finalmente o que hoje conhecemos como União Europeia (UE), em uma evolução das formas e conteúdos anteriores, contando agora com cooperação intergovernamental em política externa e de segurança, de justiça e assuntos domésticos. A UE se baseia no estado de direito, ou seja, seu funcionamento é operado e fundamentado através de tratados, que são acordados de forma voluntária e democrática pelos países membros do bloco. Dado o grau de parlamentarização constante da UE e da institucionalização do Conselho Europeu, hoje é possível descrever de maneira clara e peremptória o sistema institucional da UE como uma estrutura quadripartite. (Costa, 2018).

A estrutura do tratado possui três “pilares”: a Comunidade Europeia, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Cooperação em Justiça e Assuntos Internos (JAI). O Tratado de Maastricht também originou a União Econômica e Monetária (UEM), que além de instituir a moeda única, também ampliou os poderes do Parlamento Europeu e criou a cidadania europeia, podendo assim ser observado, segundo Costa (2018) uma “politização” dupla da integração europeia, por meio do exercício de poderes soberanos supranacionais reservados aos estados-membros, e por meio da afirmação da natureza política do funcionamento da União. O Tratado de Maastricht e o Mercado Único entraram em vigor em 1993. Segundo Costa (2018) houve uma renovação dos debates entre as grandes teorias da integração europeia, que considera o período pós-Maastricht peculiar, considerando uma politização acerca da integração desde a sua efetivação, deliberando maior engajamento da opinião pública. Além disso, o espaço de manobra dos governos foi ficando cada vez mais limitado. O contexto pós-Maastricht seria

caracterizado como um período de dissenso restritivo, pois os governos nacionais estariam de mãos atadas no que diz respeito à solução das questões europeias, dado que agora precisavam considerar mais a opinião pública eurocética (Costa, 2018).

O Reino Unido continuou a fazer questão de exercer um papel particular para com a UE, dando prosseguimento ao que já fazia anteriormente, ao escolher as matérias em que almejava obter maior integração com os outros países europeu, e se abstendo sem cerimônias de outras. Em outubro de 1997 é assinado o Tratado de Amsterdam, que vislumbrava uma área de liberdade, segurança e justiça como novos objetivos da União Europeia. O Reino Unido não participa (Castilho, 2023; Scofield, 2018). Outro acordo a não contar com a participação dos britânicos foi o Acordo de Schengen, firmado em junho de 1990 com o objetivo de abolir os controles fronteiriços entre os estados-membros da Comunidade, contando com vinte e seis países, dentre eles, vinte e dois membros da União Europeia (Costa, 2018). Mesmo sem a participação dos britânicos, o Espaço Schengen seria pauta da discussão futura acerca do Brexit (Castilho, 2023).

Fortalecendo os compromissos do Tratado de Maastricht, em 1996 é estipulado o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que especifica regras de coordenação para que os países orientem suas políticas orçamentais para manter a estabilidade do bloco, contando com as obrigações de convergência econômica para a adesão da moeda comum. Em 2002, com a ativação do Euro, 12 países o adotam como moeda, sendo eles Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Portugal e Finlândia. O Reino Unido opta por não aderir, por meio de uma cláusula de não participação (Tupits, 2018). Encontramos então um aumento na integração diferenciada exercida pelos britânicos, tão diferenciada que chega aos limites de um potencial de desintegração. Se a isenção da zona do Euro já seria um exemplo proeminente de diferenciação, enfraquecer a livre circulação de pessoas questionaria a própria ideia do projeto de integração europeia (Szucko, 2021; Riedel, 2018). A integração diferenciada, nesse caso, teria reflexo no potencial de desintegração apresentado pelos britânicos no decorrer do processo (Castilho, 2023).

2.5 O BREXIT

Em 2013, o manifesto do Partido Conservador prometia um referendo de entrada ou saída caso vencessem a eleição. David Cameron, o líder do partido no momento, falava sobre a vontade de renegociar os acordos com a União Europeia novamente, para depois dar aos

britânicos a escolha entre permanecer ou sair do bloco (Soares, 2019). Os efeitos da crise de 2008 e um crescimento abaixo do esperado fizeram com que o país decidisse, mais uma vez, apelar para a consulta popular, mas em um contexto totalmente diferente. A notícia seria bem recebida pelos eurocéticos que há muito faziam campanha pela saída do bloco (Castilho, 2023). A crise de 2008 tem suas origens ainda em 2006, com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, agravada pela ausência de mecanismos de regulação do mercado e do setor financeiro. Rapidamente alcançou uma escala global, deliberada tanto pela crise no sistema financeiro como pela desaceleração econômica global, que se reforçaram mutuamente, gerando contração econômica severa e níveis de débitos sem precedentes (Castilho, 2023; Dhameja, 2010; Pecequilo, 2014). A crise financeira seria um reflexo do desequilíbrio entre o crescimento dos setores reais e financeiros, que a disponibilidade fácil de empréstimos mobiliários levou a níveis de débito sem precedentes. Como consequência da crise, um rápido declínio no consumo foi seguido por um declínio de demanda de exportação e de investimentos, além de agravar questões sociais tais como de desigualdade social e nas esferas de investimento em saúde e educação (Dhameja, 2010).

A crise impactou em duas ondas a UE: em 2008, o boom imobiliário nos Estados Unidos se espalhou por todo o mundo, em especial para a Europa; e em 2010, houve o choque financeiro das dívidas de títulos públicos dos países do bloco. Nas duas situações tivemos uma ineficácia na atuação da UE para resolver a situação de forma efetiva. Medidas austeras foram empregadas, mas estas não fluíram de acordo com o avanço da crise (Adam, 2019). Tudo isso se refletiria no Reino Unido, provocando grande celeuma no país. Para parte da opinião pública, a UE seria a principal responsável pelas medidas inefetivas e atrasadas visando a recuperação econômica (Scofield, 2018). Conforme será explorado e explicado mais a frente, entendemos a crise de 2008 como uma condição necessária para a saída, muito por conta de seu papel como efeito catalizador para a conjuntura de 2016, pois teria dado o ensejo para os desdobramentos populistas do período do referendo, ao entregar um cenário cujas valências seriam amplamente utilizadas pelos defensores da saída, que culpavam de maneira ferrenha o bloco europeu pelas adversidades deliberadas. David Cameron, nesse cenário, reavivou o debate acerca da possibilidade de um referendo sobre a continuidade no bloco.

Durante as trocas de perguntas e sabatinas do primeiro-ministro no Parlamento, o líder trabalhista Ed Miliband acusou Cameron de estar "assustado" com o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), que paulatinamente angariava mais e mais adesão.³ A conjuntura

³ <https://www.bbc.com/news/uk-politics-21148282>

mostrava um aumento do euroceticismo, sobretudo entre os conservadores. Para o partido, se o Reino Unido não fazia parte do núcleo duro que na prática estava tomando as decisões, e se o país não coadunava com o ideal geral do bloco, talvez fosse melhor ficar de fora (Schutte, 2017).

David Cameron, em um primeiro momento, tentou negociar com o bloco, exigindo uma série de demandas visando um fortalecimento da soberania britânica perante o bloco, assim como havia acontecido em 1975, tais como o Reino Unido podendo impor limites nos benefícios sociais obtidos pelos imigrantes, maiores poderes ao Parlamento britânico (para que ele pudesse ter a prerrogativa de impedir a internalização de qualquer legislação comunitária), e exigia que a União Europeia não tivesse uma política deletéria para com os Estados-membros que não adotassem o Euro como moeda. Também previa algumas emendas em tratados para mostrar de maneira peremptória que a cláusula feita aos países-membros de buscarem uma união cada vez mais próxima entre si não se aplicaria aos britânicos. Ou seja, um amálgama do que já havia sido visto anteriormente. Praticamente uma atualização das demandas passadas (Castilho, 2022; Soares, 2019; Kristensen, 2019).

Em fevereiro de 2016, uma minuta do acordo seria elaborada, concedendo ao Reino Unido um status especial no bloco. Nesse ínterim, começaria pelo país a campanha sobre a permanência ou saída. Os defensores da saída elencavam tópicos baseados na soberania do país, tais como a necessidade de o Reino Unido ter maior controle sobre suas fronteiras, para assim proteger o sistema de seguridade social e os empregos, além de uma diminuição da imigração, tema sempre sensível e ligado à questão econômica e social. Também defendiam taxas comerciais mais vantajosas, alegando pagarem pesadas tarifas ao bloco, alegações semelhantes àquelas encontradas em 1975. A diferença, dessa vez, foi que a pressão para a realização do referendo partiu dos conservadores (Castilho, 2023; Scofield, 2018).

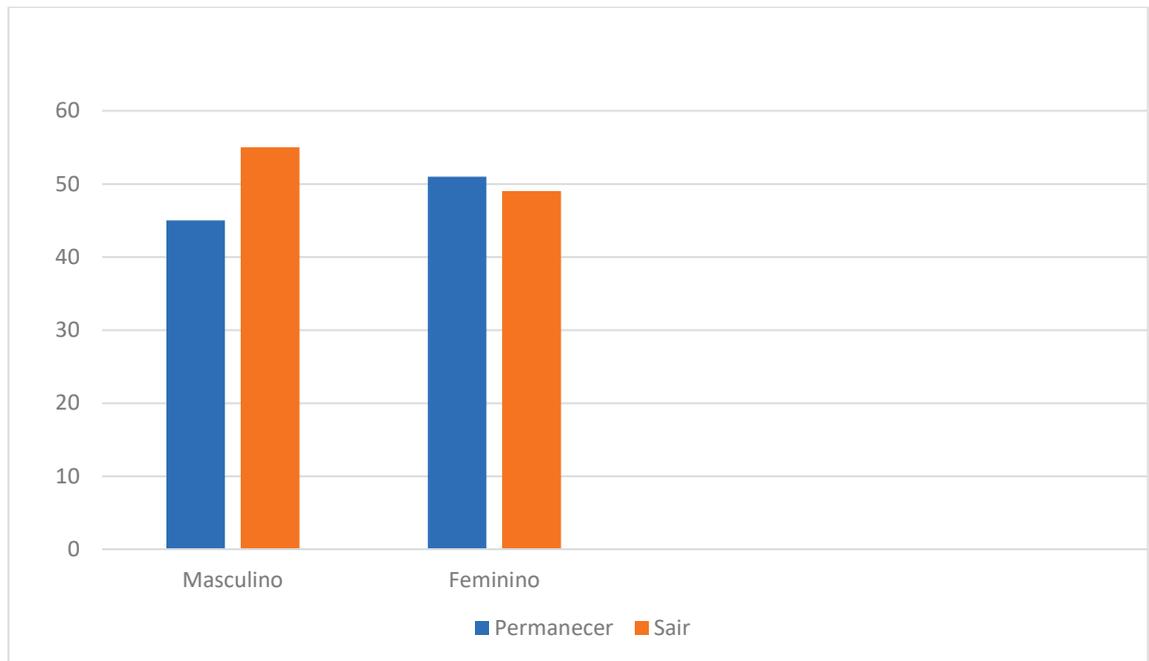
Já a favor da permanência, os defensores alegavam que a saída causaria impactos deletérios na economia britânica, dificultando a imigração de britânicos para outros países membros da UE. Além disso, a saída poderia levar à perda de diversas vagas de emprego. Também defendiam que os gastos e taxas para com a UE não seriam tão negativos frente aos inúmeros benefícios que o livre comércio e a participação no bloco traziam à nação (Castilho, 2023; Molder, 2018).

Em 23 de junho de 2016 seria realizado o referendo, contando com uma participação de 71,8% (30 milhões de pessoas) de eleitores, trazendo como resultado a vitória dos partidários pela saída do bloco. O Brexit recebeu 51,9% dos votos, enquanto 48,1% votaram pela permanência. Uma margem apertada, porém significativa, em termos de impacto. Inglaterra e

Gales apoiaram majoritariamente o Brexit, enquanto Escócia e Irlanda do Norte optaram pela permanência, assim como grandes cidades inglesas como Liverpool, Manchester e Londres. Por conta do resultado e da crise iniciada no país, como uma queda vertiginosa da Libra Esterlina imediatamente após o resultado, o primeiro-ministro David Cameron anunciaria a renúncia do cargo, seguindo o que já tinha prometido anteriormente. Cameron, mesmo sendo o postulante do referendo, não era seu defensor (Castilho, 2023; Alves, Almeida, 2021).

O referendo revelaria uma profunda divisão de interesses nas diferentes regiões do Reino Unido. Além de a Escócia votar majoritariamente pela permanência, junto com a Irlanda do Norte e a região de Londres, outros fatores correlacionariam os votos, com destaque para o grau de escolaridade e a faixa etária (Castilho, 2023; Statista, 2016)

GRÁFICO 3 – VOTOS DO REFERENDO DE 2016 POR GÊNERO



FONTE: Statista (2016)

GRÁFICO 4 – VOTOS DO REFERENDO DE 2016 POR IDADE



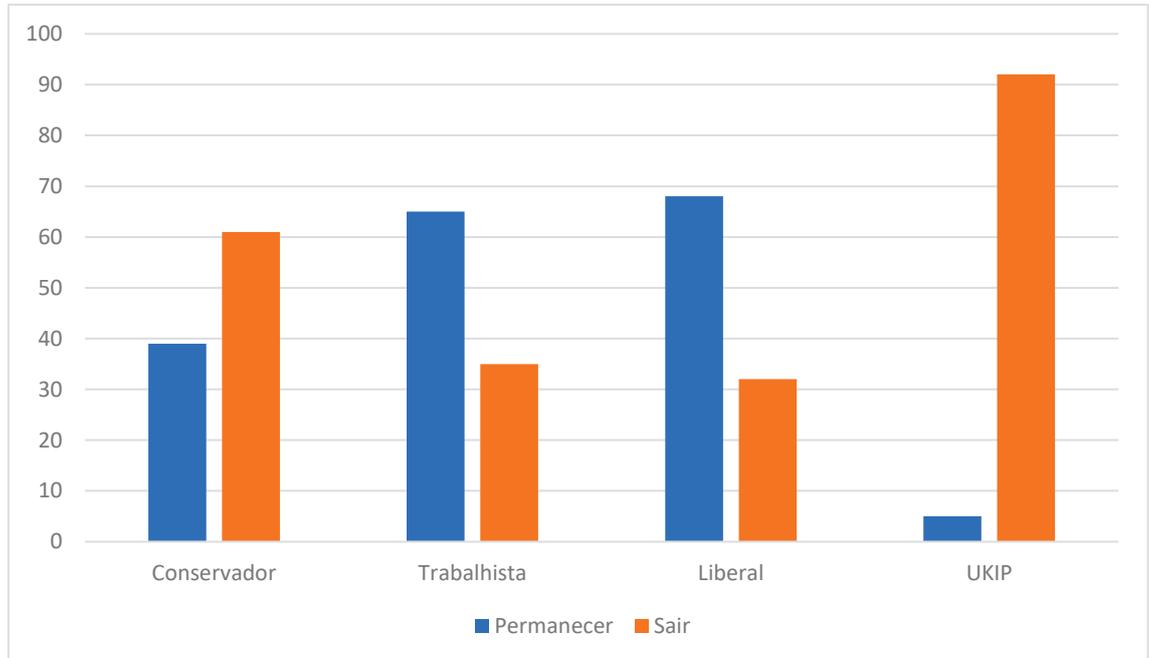
FONTE: Statista (2016)

Pessoas com mais de 65 anos tiveram duas vezes mais chances de votar pela saída da União Europeia do que as pessoas com menos de 25 anos, mostrando uma tendência dos votos favoráveis à saída dentro de faixas etárias mais elevadas. 70% dos eleitores cuja escolaridade seria apenas até a GCSE (uma qualificação acadêmica obtida em uma matéria específica, geralmente por estudantes aos 16 anos de idade) ou menos votaram pela saída, enquanto 68% dos eleitores com um diploma universitário votaram para permanecer na UE, mostrando uma tendência de aversão à saída nas faixas com maior escolaridade. Os menores de 25 anos tinham duas vezes mais chances de votar em permanecer (71%) do que em optar pela saída (29%). Entre os maiores de 65 anos, o quadro é quase exatamente o oposto, já que 64% dos maiores de 65 anos votaram por sair da União Europeia, enquanto apenas 36% votaram em permanecer. Entre as outras faixas etárias, os eleitores de 24 a 49 anos optaram por permanecer (54%) contra deixar (46%) o bloco europeu, enquanto 60% dos eleitores entre 50 e 64 anos optaram por deixar.⁴ Esse cenário mostra uma clara dicotomia geracional: os mais jovens optando pela União Europeia, e os mais velhos optando pela saída (Castilho, 2023; Alves, Almeida, 2021).

⁴ <https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2016/06/27/how-britain-voted>

As tabelas, extraídas do site yougov, mostram de maneira mais detalhada os votos em porcentagem por partido, idade e grau de educação.

GRÁFICO 5 – VOTOS POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA



FONTE: Yougov (2016)

É possível analisar, através das tabelas, que entre os eleitores dos partidos mais voltados à direita, como o Conservador e o UKIP, a taxa de votos para a opção de deixar a União Europeia foi massiva (61% e 95%, respectivamente), assim como entre os mais velhos (60% de votos entre as pessoas com 50 até 64 anos e 64% para os com mais de 65) além de ser expressiva para com os de menor escolaridade, variando entre 70% dos que contavam apenas com o GCSE ou menos e 50% entre os que contavam com o A-level, e 52% para os com ensino profissionalizante e/ou superior. Entre os jovens, a taxa de escolha para permanecer foi alta, alcançando a porcentagem de 71% entre aqueles entre 18 e 24 anos, e 54% entre a faixa de 25 até 49 anos. Os eleitores de partidos com viés de esquerda ou centro esquerda também registraram porcentagens mais altas para com a permanência, com o Partido Trabalhista registrando 65%, enquanto o Liberal Democrata e o Verde registraram 68% e 80% respectivamente. 68% daqueles com o curso superior votaram por permanecer na UE.

Fora da Inglaterra, o resultado do Brexit apresentou cenários díspares em diferentes regiões. Na Escócia, 62% dos eleitores votaram pela permanência e apenas 38% pela saída, o

que acabaria por dar ensejo ao ímpeto pela independência entre muitos escoceses. A Escócia acabara de passar por um plebiscito em 2014 que acabaria decidindo pela permanência no Reino Unido, com um dos argumentos principais da campanha contra a independência sendo o acesso à União Europeia via Reino Unido. A Irlanda do Norte também votou pela permanência (55% contra 44%). O País de Gales votou pela saída (52,5% contra 47,5%) (Doyle, 2016).

De acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas, áreas com menor concentração de imigrantes tiveram uma tendência pelo voto favorável a deixar a União Europeia. Ao isolar o quartil das áreas com maior crescimento da proporção de imigrantes entre 2010 e 2014, nota-se uma predominância do voto para sair: 76,3% das áreas do quartil opinaram a favor da saída, assim como o quartil das áreas com maior desemprego, no qual 67,6% delas votaram pelo Brexit. Os dados indicariam que a presença recente de imigrantes, conjuntamente com o baixo dinamismo do mercado de trabalho, pode ter contribuído para a posição favorável à saída da UE.⁵

O contraste entre Londres e a maior parte da Inglaterra foi considerável, visto que na capital 60% votaram pela permanência e 40% pela saída. Essa diferença se explicaria em parte pela forte economia da cidade e pela maior presença de estrangeiros. Londrinos tenderiam a aceitar e a valorizar mais a globalização e a diversidade, estando mais acostumados a seus efeitos, positivos ou negativos (Doyle, 2016).

O Brexit foi seguido por um aumento no apoio ao Partido Conservador sob a liderança da sucessora de Cameron, Theresa May. A saída da União Europeia foi adotada como política oficial do Partido Conservador, já que a nova primeira-ministra se comprometeu a negociar a saída com um tom firme, e o Ministério do Interior prometia implementar um controle mais rígido sobre os números de imigração. O manifesto conservador de 2019 prometia reduzir o saldo migratório para abaixo de 100 mil imigrantes por ano (Norris, 2019). Nesse momento, quando o partido decide negociar a saída e assumir uma postura pró-desintegração, o UKIP perde força e mobilização, e já nas eleições de 2017 seus eleitores mudam em massa para os conservadores. Já o Partido Trabalhista continuou dividido sobre a Europa, se envolvendo em uma batalha interna sob a liderança de Jeremy Corbyn, que tentava mover o partido em uma direção mais radical (Castilho, 2023; Antonucci et al, 2017). Buscando capitalizar a vantagem de 20 pontos nas pesquisas de opinião, na primavera de 2017, Theresa May decide antecipar as eleições (Ross, Mc Tague, 2017). A primeira-ministra esperava garantir uma maioria parlamentar geral mais robusta. No entanto, as habilidades políticas de May não seriam

⁵ <http://dapp.fgv.br/proporcao-de-imigrantes-no-territorio-influenciou-voto-pelo-brexit/>

suficientes. Durante a campanha, a primeira-ministra prometeu repetidamente fornecer uma liderança "forte e estável" e ser dura com a UE nas negociações do Brexit (Norris, 2017). Desde seu discurso na conferência do Partido Conservador em 2015, como Ministra do Interior, ela havia defendido limites mais rígidos para requerentes de asilo e imigração, mas pesquisas relataram que essa não era mais uma questão relevante, se comparada aos fatores econômicos (Castilho, 2023).

No entanto, a aposta de Theresa May em garantir uma maioria parlamentar confortável não surtiu efeito, e em vez disso, os conservadores perderam assentos. Embora permanecessem como o maior partido, com 317 deputados, perderam a maioria, resultando em um parlamento suspenso. Os trabalhistas trataram a derrota como vitória, dado seu aumento inesperado nas pesquisas (Dorey, 2017). No final de junho de 2017, um acordo foi fechado com o Partido Unionista Democrático (DUP), linha-dura, que prometeu seu apoio em votações parlamentares importantes, permitindo que May formasse um governo conservador minoritário, que iniciou negociações confusas e nebulosas visando a saída (Norris, 2019), que serão detalhadas com maior esmero no capítulo seguinte. Após diversas tratativas, o país oficialmente deixa a EU, no dia 31 de janeiro de 2020. O primeiro-ministro Boris Johnson, sucessor de Theresa May, que renuncia em 2019, declarava que aquela data era o "começo de uma nova era" para o país, prometendo uma "verdadeira renovação nacional" depois de 47 anos como membros da União Europeia.⁶

Em conclusão, o principal debate na conjuntura do Brexit foi motivado principalmente por queixas econômicas entre os mais pobres, dado que os empregos e os salários estavam estagnados nas áreas economicamente mais carentes do Reino Unido, além da desconfiança em relação à classe política britânica, em relação à Europa e à imigração. Ao analisarmos os votos, vemos que a tese econômica foi preponderante em um primeiro momento. Além disso, estudos relataram que questões sobre imigração estão fortemente ligadas ao voto em partidos de direita radical, conjuntamente com o fator econômico, o que pode ser visto no presente caso (Norris, 2019). As teorias da escolha racional mostram que no caso do Brexit, os eleitores calcularam os benefícios e os custos decorrentes da permanência ou saída da UE, buscando fazer um balanço geral. Profissionais assalariados, empresários e executivos de classe média do setor de serviços, tipicamente universitários e com boa situação econômica, sempre se beneficiaram da adesão à UE por meio dos custos mais baixos dos bens importados e do acesso mais amplo a

⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51335145>

oportunidades de comércio e investimento, ao mesmo tempo em que aproveitavam as oportunidades de viagens internacionais e as possibilidades educacionais e profissionais mais amplas dentro de uma Europa integrada (Castilho, 2023; Goodhart, 2017). Em contraste, no entanto, aqueles com empregos mal remunerados e de baixa qualificação, sem diplomas universitários, se encontraram competindo com trabalhadores advindos da Polônia, Bulgária e República Tcheca, por exemplo. A globalização econômica amiúde tem sido responsabilizada por uma celeuma comercial que afeta a lucratividade da manufatura, os empregos e os custos internos de trabalho (Rodrik, 2017). Tudo isso tem sido associado à crescente proporção de trabalhadores imigrantes não qualificados e com baixos salários, provenientes de dentro e fora da UE, bem como à terceirização do trabalho, à medida que as empresas transferem empregos para o exterior. O impacto cumulativo dessas mudanças econômicas foi considerado responsável pelo apoio da classe trabalhadora ao UKIP nas eleições gerais de 2015 no Reino Unido e pelo resultado da campanha favorável à saída (Castilho, 2022; Colantone, Staning, 2017). No entanto, segundo Evans e Tilley (2017) o impacto da classe social nas preferências de voto do eleitorado britânico, em relação aos partidos, que havia sido a clivagem predominante no pós-guerra, diminuiu gradualmente ao longo de sucessivas eleições, se tornando praticamente insignificante nos últimos anos. A clivagem de classe havia diminuído ou mesmo se revertido na época das eleições gerais de 2015: nessa disputa, alguns grupos da classe média eram mais propensos a votar no Partido Trabalhista do que a própria classe trabalhadora. (Castilho, 2023; Evans, Tilley, 2017). Isso pode ter sido deliberado pelo crescimento da classe média com formação universitária, bem como pelo desenvolvimento de apelos partidários que enfraquecem as campanhas classistas. Esses fatores podem ter contribuído para a erosão da clivagem de classe nas eleições britânicas, inclusive no referendo.

2.5 CONCLUSÃO

Com a utilização do process tracing, foi possível identificar os mecanismos causais que operaram ao longo de toda a trajetória do relacionamento entre o Reino Unido e a Europa integrada. Entendemos que a causa de todo o relacionamento errático entre os britânicos e o bloco tem como causa a questão da soberania britânica, que influenciaria todo o resto da trajetória. A recusa do país em participar da Declaração Schuman em 1950 seria uma causa necessária. Tal decisão acabaria por solidificar um alheamento incontornável por parte do Reino Unido, alheamento este fincado em uma ideia de soberania exacerbada, herança dos tempos de grande império. A entrada tardia no bloco, ocorrida apenas em 1973, seria outra condição

necessária, e não melhoraria a legitimidade da integração por parte dos britânicos, fato corroborado pelo referendo de 1975. Entendemos o referendo como uma causa suficiente para a eventual saída em 2016, posto que a indagação sobre permanência ou saída, mesmo com a causa ganha para a primeira opção, por si só ajudou a fomentar um espírito de desconfiança perante o bloco europeu.

É no pós-referendo de 1975 que temos então a solidificação eurocética e populista que acabaria por ter papel fundamental em 2016. Se antes de 1975 encontramos um euroceticismo não tão bem delineado, compartilhado por trabalhistas e conservadores (com maior ênfase pelos primeiros), é com a eleição de Margareth Thatcher que o pensamento eurocético se finca no bojo do ideário dos conservadores. O discurso da primeira-ministra em Bruges, proferido em 1988, muito além de corroborar e ilustrar a demarcação contra a integração por parte dos britânicos, praticamente alicerça o ideário eurocético, que ganharia mais força ao longo dos anos. É com Thatcher que se dá a guinada dos conservadores rumo ao euroceticismo, bem como é a partir daí que se dá a tomada do discurso contrário à integração por fomentadores populistas, principalmente advindos da direita, conforme será visto no próximo capítulo. Thatcher e o euroceticismo do Partido Conservador, cristalizado com o discurso de Bruges, seria uma condição necessária para o Brexit. Esse discurso encontraria uma amplificação com o pós-crise de 2008, outra condição necessária para a saída, em que a conjuntura seria tomada por tópicos envolvendo a questão da imigração, da falta de empregos e das medidas econômicas austeras. Tais pautas seriam sequestradas por atores da direita de maneira populista e demagoga, conforme será visto a seguir. Um amálgama entre o cerne populista da conjuntura do momento e o velho euroceticismo de outrora.

3 O ESPECTRO POPULISTA NO CENTRO DO BREXIT

O objetivo deste capítulo é o de fazer uma análise do espectro populista dentro da conjuntura do referendo de 2016, baseado na teoria proposta na primeira parte desta dissertação, para um melhor escrutínio dos fatores que envolveram o uso do populismo no contexto do Brexit. Para isso, será realizada uma análise dos principais atores de direita que operaram na campanha pela saída do Reino Unido do bloco europeu, sendo eles: os primeiros-ministros do Partido Conservador durante o período (David Cameron, Theresa May e Boris Johnson), e Nigel Farage, a figura-mor do Partido pela Independência do Reino Unido (UKIP), de notável relevância no processo.

Para corroborar a análise, foram utilizados discursos, artigos e entrevistas dos atores escolhidos, em um período entre 21 de fevereiro de 2016, conhecido como o início não oficial da campanha, e 31 de janeiro de 2020, data em que o país deixou definitivamente a União Europeia. O material, portanto, compreende desde as etapas iniciais da campanha até a consolidação da saída.

Essa análise, mesmo compreendendo um período não tão extenso, servirá para ilustrar o argumento teórico e histórico desenvolvido ao longo do trabalho. Optou-se pelo recorte específico justamente para mostrar como o cerne populista operou de maneira mais vívida ao longo da campanha, após a votação e durante as tratativas de saída, sendo o apogeu de um processo que se desenvolveu ao longo de décadas, como visto no segundo capítulo deste trabalho. Além disso, a análise do material ajudou a capturar as tendências gerais ao longo do período de convencimento da população. Poderíamos desenvolver um trabalho apenas utilizando a análise de discurso envolvendo os britânicos e a celeuma com o bloco europeu, em um período mais vasto e com um material sensivelmente mais extenso, mas para os fins dessa dissertação, optou-se por algo mais concentrado, visando um caráter de exposição e cristalização da ideia. Para encontrar um equilíbrio entre amplitude e profundidade de análise, o conjunto de dados compreende discursos, entrevistas e outras intervenções públicas selecionadas por protagonistas proeminentes da campanha pela saída, mais especificamente do Partido Conservador e do UKIP. O trabalho recolheu o material proposto selecionando-o a partir do conceito de populismo engendrado no primeiro capítulo, calcado em Ernesto Laclau, Paul Taggart, Margaret Canovan e Peter Mair.

Além disso, analisou-se o material coletado identificando-o sob os critérios apresentados como sendo fundamentais ao conceito de populismo trabalhado nessa dissertação, sendo eles: povo, elite e crise. O material foi selecionado com base em vários fatores, como o título do discurso, o assunto descrito nas frases introdutórias, o teor central e a ocasião em que foi proferido. A primeira seção irá tratar do Brexit sob a visão populista de maneira mais abrangente e geral, mostrando como podemos entender o processo dentro de uma configuração baseada em estudos sobre o populismo. A segunda seção irá versar sobre o Partido Conservador, mostrando seu papel na conjuntura do referendo e escrutinando os primeiros-ministros do período, para mostrar de que maneira cada um pode ser encaixado sob as configurações populistas aqui tratadas. Na terceira seção, é analisado o papel do UKIP no período, mais especificamente de Nigel Farage, o líder do partido entre 2010 e 2016, procurando mostrar todo o tônio populista advindo de seus discursos e ações. Por fim, a seção final amarra as conclusões deste capítulo e da dissertação, discutindo os resultados obtidos ao longo do trabalho.

3.1 O BREXIT SOB A VISÃO POPULISTA

Em um esforço para entender a saída dos britânicos, muitos classificaram o Brexit como um fenômeno populista. É, portanto, interessante investigar o populismo não apenas no somatório dos anos anteriores, como também durante a campanha. A análise mostrou que, quando comparados entre si, o Partido Conservador e o UKIP se utilizaram de atitudes e discursos que poderiam ser considerados como populistas em suas performances durante o período do referendo (inclusive no pré e pós), praticando um tipo de retórica semelhante. A diferença basilar residiu no fato de que o UKIP focou na imigração, enquanto o Partido Conservador se concentrou no déficit democrático da UE (embora, é claro, tanto o UKIP apontou o déficit democrático da UE, mesmo que em menor medida, como os conservadores discorreram acerca da imigração). Para Paul Taggart (2020), o papel do populismo no Brexit pode ser definido por dois aspectos primordiais: o primeiro representado pela figura do UKIP e pela pessoa de Nigel Farage, que por anos atuou como uma força populista de direita na política do Reino Unido, vociferando contra a imigração e contra o bloco europeu, e cuja popularidade acabaria por desempenhar um papel importante na redefinição da política do Partido Conservador e das suas decisões sobre a política e a adesão à UE, e o segundo aspecto representado pela forma como os tropos populistas foram usados por partidários da saída e pelo Partido Conservador no pós-2016 (Taggart, 2020).

O pilar central do espectro populista aqui trabalhado reside em uma visão dicotômica entre Reino Unido e União Europeia, com vários atributos constitutivos centrais, principalmente aqueles envolvendo povo, elite e crise. Uma das principais características diz respeito à prática de colocar o povo contra a elite em uma dicotomia polarizadora de "nós contra eles". A legitimidade dos populistas repousa em alegações de que essa posição política representa a vontade do povo (Laclau, 2013). O povo, nesse sentido, sendo os britânicos (nativos). Além disso, há o padrão geralmente associado ao discurso populista de uma posição outsider do jogo político, em um posicionamento fora do sistema, como pode ser visto principalmente no UKIP. Além disso, a problemática em relação à transferência de poderes decisórios nacionais para organizações supranacionais também pertence ao cerne populista aqui trabalhado, conforme identificado na literatura (Taggart, 2000). Dentro desse bojo, encontramos as questões envolvendo a elite (sendo ela a União Europeia) e a crise (migratória, econômica ou de déficit democrático). Nessa toada, se coadunam elementos que versam sobre a questão envolvendo a soberania. O Brexit destaca-se como um caso exemplar de tentativa de uma recuperação de soberania nacional por um país. O Reino Unido, como mostrado no segundo capítulo, nunca se sentiu inteiramente confortável em seu pertencimento às instituições europeias. Encontramos nos atores aqui analisados os ecos da visão britânica sobre como a Europa deve funcionar, expressa de maneira célebre por Margaret Thatcher em seu famoso discurso em Bruges em 1988.

Podemos ver, portanto, ecos de soberanismo no populismo da conjuntura do Brexit. O soberanismo pode ser geralmente entendido como uma resposta à competição econômica, política e cultural desencadeada pela globalização, em um cenário envolvendo o aumento da competição econômica devido à internacionalização do comércio e das finanças e o conseqüente crescimento da interdependência entre economias nacionais, além de uma competição cultural provocada pela mobilidade de diferentes grupos étnicos, amplamente favorecida pelos desenvolvimentos tecnológicos e pela interconexão mundial. No Reino Unido, encontramos as reivindicações soberanistas em oposição à adesão à UE (Baldini, Bressanelli, Gianfreda, 2021). O soberanismo pode residir na esfera econômica, como a oposição à política econômica da UE, na oposição ao processo de integração política ou de aprofundamento da UE (como a transferência para as instituições regionais dos poderes de decisão) e na oposição às elites e instituições europeias, em particular à sua falta de legitimidade e responsabilidade face à "vontade do povo" (Basile, Mazzoleni, 2020).

Além disso, desde o início da campanha do referendo, foi dada ampla publicidade a vozes contrárias à imigração, principalmente advindas do UKIP. No cerne de questões envolvendo democracia, soberania, identidade e economia, encontramos nessa conjuntura uma questão fundamental: a imigração. Isto posto, podemos dizer que o Brexit foi um exemplo preponderante dos impactos culturais, sociais, políticos e econômicos que o populismo pode ter sobre as populações nacionais em vários âmbitos sociais (Guderjan, Wilding, 2018). As ideias populistas e as estratégias políticas do período acabaram por ter efeitos importantes e muitas vezes preocupantes no aspecto social do “mundo real”, dado o aumento de ataques xenófobos logo após o referendo, bem como acerca do fato de cidadãos da UE serem impedidos de se candidatar a empregos e a comprar propriedades no Reino Unido (Travis, 2017). O governo britânico, na conjuntura do referendo, permitiu (ou encorajou) um sério "transbordamento" de uma mentalidade carregada de um forte tom populista (Freedon, 2017). Esse transbordamento encontra seu cerne no aprofundamento do sentimento eurocético germinado durante anos. Enquanto os eurocéticos estiveram durante muito tempo à margem da política institucional de fato, a conjuntura do Brexit mostrou que essas ideias tinham grande aceitação por parte da classe política, principalmente de direita.

Isto posto, podemos dizer que o populismo do Brexit muitas vezes exhibe uma face iliberal, particularmente em questões como nacionalismo, imigração, criminalidade e impostos. Nesse sentido, podemos empregar outro conceito vinculado ao principal, o de 'populismo autoritário', que seria característico do momento presente (Guderjan, Wilding, 2018), termo cunhado pela primeira vez por Stuart Hall e Martin Jacques (1983), que procurou descrever uma tendência para uma política mais coercitiva e disciplinar, surgida no Reino Unido sob Margaret Thatcher. O populismo autoritário é particularmente relevante para o Brexit em seu elemento discursivo: uma retórica de "lei e ordem" e de privilegiar a "segurança" em detrimento da liberdade são partes fundamentais de seu léxico ideológico (Guderjan, Wilding, 2018). Estes traduzem-se frequentemente em apelos a restrições à imigração e implicam uma normalização da linguagem xenófoba e discriminatória, juntamente com o apoio de uma cultura política mais repressiva e disciplinar. Nessa toada, a imigração foi uma preocupação importante para o público britânico, principalmente durante os fatos que antecederam o referendo. O que foi surpreendente na conjuntura foi o sucesso de um partido de direita relativamente pequeno (UKIP), que conseguiu assumir o controle da narrativa sobre a imigração, tradicionalmente uma política conservadora fundamental, e colocá-la no centro do debate político (Dennison, Goodwin 2015).

Segundo Laclau (2013), o populismo surge quando o sistema institucional é incapaz de atender à pluralidade de demandas dentro de uma sociedade. A promessa populista de combater o establishment e satisfazer as várias (e muitas vezes contraditórias) necessidades dos eleitores que se sentem frustrados e negligenciados tem um apelo poderoso que une as pessoas (Laclau, 2013). No entanto, o populismo do Brexit não pode ser explicado apenas por fatores econômicos, uma vez que grande parte da classe média também votou pela saída da UE (Williams, 2016).

O referendo do Brexit trouxe à tona profundas clivagens econômicas e um sentimento generalizado de que os eleitores ingleses se sentiam "deixados para trás" pelas oportunidades da globalização, do comércio internacional e do Mercado Único Europeu (Guderjan 2016). Além disso, o referendo viu correlações estatisticamente significativas entre nível de escolaridade, pobreza, desemprego e a probabilidade de votar contra a integração: algumas das áreas mais pobres da Inglaterra mostraram um apoio particularmente alto à saída da UE (Goodwin, Heath, 2016). A privação de direitos econômicos seria resultado de um fosso crescente entre ricos e pobres, um declínio da classe média e uma redução do bem-estar público (Jennings, Stoker, 2017). Embora as pessoas possam não ser afetadas diretamente pela perda de renda ou emprego, ainda podem se sentir desfavorecidas em comparação com suas expectativas ou em relação a outros grupos sociais (Decker, 2006). No Reino Unido, a pobreza atinge particularmente as minorias étnicas, as crianças, as pessoas com deficiência e as famílias monoparentais. Não são apenas as pessoas sem emprego, mas os "trabalhadores pobres" que sofrem privações, uma vez que um salário mínimo baixo e a prevalência de contratos de trabalho precários criam uma classe de pessoas que mesmo com empregos, não conseguem sobreviver. Essas tendências foram exacerbadas pelas políticas de austeridade que o governo conservador implementou desde a crise financeira de 2008 (Adam, 2019). Apesar da política do governo de incentivar um maior envolvimento individual e comunitário na tomada de decisões, a implementação paralela de políticas de austeridade e privatização restringiu as capacidades das pessoas de participar de processos sociais, políticos e culturais (Guderjan, Wilding, 2018).

O sentimento de insegurança econômica e social produz privação de direitos políticos e perda de controle e representação democrática (Decker, 2006). Estudos argumentaram que o referendo foi um "voto de protesto" desinformado (Darvas 2016), ou um caso de rebelião sem foco. No entanto, no Reino Unido, houve um declínio de longo prazo na confiança nos políticos, nos partidos tradicionais e na participação nas eleições gerais e, ao mesmo tempo, um aumento

considerável do cinismo em relação ao Parlamento e aos partidos, fenômeno coletivamente conhecido como "antipolítica" (Leach, 2015). Seyd (2016) mostra que essa decepção política é uma patologia da política moderna, causada pela mudança das condições sociais, pela evolução das ferramentas de comunicação e informação e pelos níveis de educação. A decepção política ocorre quando as expectativas do que a política deve alcançar não correspondem à realidade (Seyd, 2016). Dentro desse contexto, encontramos um sentimento real de privação de direitos democráticos e políticos na conjuntura do referendo. Esse sentimento pode se expressar de duas maneiras: como apatia e não participação, ou como oposição organizada. No Brexit, foi exatamente isso que ocorreu: uma oposição maciça e organizada contra a adesão do Reino Unido à UE e apoio ao fim da imigração em massa. No Reino Unido, a privação de direitos políticos pode ser entendida como reflexo do modelo de democracia de Westminster, cujo modelo de competição tornaria a política britânica "divisória" (Guderjan, Wilding, 2018). O entendimento democrático na política britânica seria limitado e baseado em uma visão de cima para baixo. Os cidadãos que acreditam que suas ações têm um impacto real são mais propensos a participar de processos políticos, enquanto uma desconfiança geral tende, em média, a levar ao desengajamento (Dermody et al. 2010). Dentro desse bojo, o voto para deixar a UE foi impulsionado principalmente pela política interna e não externa. Para um grande número de eleitores (muitos, inclusive, que não votaram em eleições anteriores), o referendo do Brexit seria uma oportunidade única para se rebelar contra o establishment político (Adam, 2019). Podemos entender que o populismo do Brexit seria apenas superficialmente entendido como uma mobilização do "povo" contra as elites dominantes, caracterizando-se na realidade por um processo baseado em uma ideologia autoritária de direita que encorajou e permitiu a disseminação de visões xenófobas entre a população britânica (Guderjan, Wilding, 2018) Essa visão, aliada ao ceticismo germinado por décadas, encontrou, no discurso aflorado da época da conjuntura, o espaço perfeito para um resultado favorável à saída, dada sua utilização pelos partidários da saída. Isto, inclusive, confirmando a segunda hipótese desse trabalho, como será visto com maiores detalhes a seguir. Adiante, nas duas seções seguintes, será explorado o papel dos dois principais atores de direita da conjuntura, o Partido Conservador e o UKIP, para um melhor entendimento de como se deu a exacerbação do discurso populista e de como a conjuntura acelerou o processo de desintegração dos britânicos perante o bloco. Procuraremos mostrar como o euroceticismo germinado por décadas encontrou na conjuntura permeada de discursos e ações populistas, o fomento para uma tempestade perfeita para o Brexit.

3.2 O PARTIDO CONSERVADOR E A GUINADA POPULISTA NO SÉCULO XXI

No Reino Unido, o referendo de 23 de junho de 2016, organizado pelo Partido Conservador, resultou em 52% dos eleitores decidindo deixar a UE. Já na gênese, a própria ideia de envolver os cidadãos nessa tomada de decisão pode ser interpretada como uma estratégia populista (Canovan, 1981). No poder desde 2010, o Partido Conservador, encabeçado sucessivamente por David Cameron (2010-2016), Theresa May (2016-2019) e Boris Johnson (2019-2022), foi encarregado não só de organizar um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE, mas também de implementar a saída. Se a sucessão de governos conservadores desde 2010 parece ser o destinatário mais apropriado da tese populista da conjuntura, tentaremos entender se o referendo foi o ponto de partida ou a consequência da ascensão de uma visão populista do partido.

A natureza oligárquica dos partidos políticos britânicos em geral foi historicamente combinada com a imagem de um partido interessado em defender os interesses da elite, seja a aristocracia de outrora ou a elite financeira de hoje em dia (Burton-Cartledge, 2021). No entanto, o partido também teve que lidar com questões divisivas importantes, principalmente envolvendo a integração europeia e o viés populista do discurso favorável à saída, que encontra eco com o euroceticismo germinado desde o final de década de 70 (Gifford, 2014). Do ponto de vista da política partidária, o UKIP frequentemente foi apontado e estudado como tendo o monopólio do discurso populista e eurocético no país (Usherwood, 2019). Com base nesse postulado, o Partido Conservador, apesar de ser o partido promotor do euroceticismo “oficial”, dado que estava no poder durante a proposição, realização e implementação do referendo, dificilmente poderia ser visto em um primeiro momento sob essa ótica, embora alguns estudiosos, como Mudde e Kaltwasser (2012) tenham sido receptivos à coincidência entre a virada neoliberal dos anos 1970, encarnada no Reino Unido por Margaret Thatcher, e um aumento do discurso populista por parte dos conservadores (Mudde, Kaltwasser, 2012). Sendo um partido tradicional, com uma tradição de pluralismo e um histórico de defesa dos interesses das instituições estabelecidas e da elite, a associação do Partido Conservador a uma ideologia baseada em uma divisão maniqueísta de mundo entre um povo "puro" e uma elite "corrupta", que se alimenta de sentimentos antipolíticos, seria, em uma primeira vista, algo contraditório (Burton-Cartledge, 2021). Uma parte menor da literatura classifica de maneira peremptória o partido na categoria populista (Norris, Inglehart, 2019). No entanto, a sua radicalização eurocética (Lynch, Whitaker, 2017), que culmina no referendo de 2016, oferece uma oportunidade para explorarmos de maneira mais profunda as correntes populistas do euroceticismo britânico.

Podemos analisar de maneira acurada o Partido Conservador sob a conceitualização formulada por Peter Mair sobre o populismo. Mair, ao analisar a ascensão do que ele chamou de democracia sem partido ou "democracia populista", centra-se em duas variantes do populismo que poderiam ser rotuladas de processuais e substantivas. Por um lado, Mair define o "populismo substantivo" em consonância com a literatura clássica do conceito, em particular com Margaret Canovan (1981), definindo-o, entre outras valências basilares, como um protesto popular contra a elite. Mair infere três características do "populismo substantivo": o protesto emergente, a retórica antissistema e a despolitização (Mair, 2002). Por outra via, Mair discorre acerca de um "populismo processual", parte de um novo fenômeno de despolitização que caracterizaria os partidos tradicionais nas democracias ocidentais. O "populismo processual" poderia ser entendido como um estilo de liderança não mediado que busca uma relação direta com o povo (Mair 2000).

Isto posto, as duas variantes do populismo de Mair se aplicam particularmente bem ao Partido Conservador em relação ao Brexit. A partir deste prisma, podemos ver como o referendo proporcionou à liderança de David Cameron uma oportunidade de se concentrar na tentativa de transformar a relação com o eleitorado conservador através da introdução de novas práticas governativas e reformas partidárias inovadoras e como isso abriu caminho para o ressurgimento de uma forma de "populismo substantivo" que seria potencializada e encarnada por Boris Johnson em 2019.

A primeira fase do Brexit está associada à decisão de David Cameron de realizar um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE. Esta decisão não seria um movimento esperado em uma democracia parlamentar como a do Reino Unido (Qvortrup 2006). Ela surge depois de anos de divisões intrapartidárias e de crescente euroceticismo, que culmina com a promessa feita pelo então primeiro-ministro em 2013 de consultar o povo caso o partido viesse a ser reeleito em maio de 2015 (Collier, 2022). Antes disso, Cameron demonstrava confiança na capacidade de negociação do Reino Unido para impor seus interesses à União Europeia, assim como havia acontecido em 1975, visando obter exceções às políticas comunitárias.

Cameron, naquela altura, defendia que o Reino Unido acreditava nos pilares baseados em uma economia aberta e ativa para com o resto do continente, mas temia a pressão que a livre circulação de pessoas poderia trazer para os benefícios sociais oferecidos pelo governo. De acordo com o então primeiro-ministro, o país, naquele fluxo, caminharia para se tornar o mais populoso da União Europeia por volta de 2050, o que não seria o desejado (Cameron, 2015a). Foi no período que antecedeu as eleições gerais de 2015 que a imigração se tornou o tema mais

relevante na opinião pública. Embora a questão sobre a UE como “causadora dos problemas” ainda não fosse tão clara para o eleitorado, a falta de controle da imigração foi principalmente enquadrada como uma consequência da liberdade de circulação do bloco. Todos os partidos adotaram posições mais restritivas sobre a imigração, e David Cameron prometeu reduzir o saldo migratório para menos de 100.000 entradas por ano (Cameron, 2015b). É em 2015 que o UKIP conquista o seu primeiro lugar em Westminster, tendo vencido duas eleições suplementares no ano anterior (Baldini et al, 2021). A conjuntura da época começou a mostrar que não seria mais possível ignorar e conter o sucesso dos partidos adversários em temáticas envolvendo a UE e a imigração, e a possibilidade de um referendo sobre a UE foi ficando cada vez maior. Com o UKIP se tornando uma ameaça eleitoral real, os conservadores endureceram a sua posição sobre a imigração e a integração europeia (Bale, 2018; Heppell, Crines e Jeffery, 2017). Por esses motivos, em solicitação endereçada ao Conselho Europeu, Cameron expôs que queria encontrar mecanismos que permitissem a um Estado-Membro como o Reino Unido “restaurar a sensação de justiça de nosso sistema de imigração e reduzir o atual nível elevado de fluxos populacionais da União Europeia para o Reino Unido” (Cameron, 2016a).

As decisões negociadas com a UE em fevereiro de 2016 teriam efeito apenas a partir da data em que o governo britânico informasse a decisão de permanecer como membro da União Europeia, o que, de fato, não ocorreu (Szucko, 2020). No dia seguinte ao encerramento das negociações, David Cameron anunciou que o referendo britânico seria realizado em 23 de junho de 2016. Na mesma ocasião, ao convocar o referendo, Cameron defendeu a permanência do país na União Europeia com o status especial negociado (Cameron, 2016b).

A decisão de realizar um referendo sobre uma questão tão polarizada foi muitas vezes analisada como uma decisão que colocaria os interesses partidários à frente dos nacionais e, portanto, motivo de crítica. Se alargarmos esse âmbito e associarmos esta iniciativa à forma como as decisões foram geralmente tomadas pelo governo (como em relação às políticas públicas e às mudanças partidárias) durante este período, o referendo da UE pode ser analisado como uma grande ilustração de "populismo processual" (Collier, 2015). Canovan afirma que uma ampla gama de atitudes populistas favorece a busca por algo o mais próximo possível de uma "democracia direta", o que incorpora a tomada de decisões políticas por referendo e iniciativa popular, visando a resolução rápida de questões (Canovan, 1999).

Peter Mair enfatiza quatro aspectos que coadunam com essa fase. No que diz respeito à primeira característica, envolvendo a retórica apartidária, a liderança conservadora de David Cameron pode ser entendida como uma agenda de modernização do partido (Collier, 2022). As

duas dimensões dessa modernização, ideológica e organizacional, tiveram resultados diferentes. Embora o desejo de Cameron de modernizar o conservadorismo britânico possa ser avaliado como um fracasso (Hayton 2017), sua tentativa de modernizar as instituições e o partido introduzindo inovações organizacionais e processuais teve resultados considerados mistos (Collier, 2022). Nesta perspectiva em particular, é, no entanto, fácil interpretar a sua escolha pelo uso de referendos como um dispositivo consistente com todo um pacote de reformas constitucionais e organizativas partidárias. David Cameron se vangloriava, por exemplo, de ter promovido a ascensão do que chamou de "era pós-burocrática", além de defender uma "redistribuição massiva e radical do poder" das elites para o povo. "A cada decisão que o governo toma, deveria fazer uma série de perguntas simples: isso dá poder às pessoas ou tira? Poderíamos deixar que indivíduos, bairros e comunidades assumissem o controle?" (Cameron, 2016a). Taggart (2000), em consonância com Margaret Canovan (1999), também mostra que uma das formas de evitar ou resolver os dilemas institucionais que o populismo propõe é precisamente o apoio a uma democracia nevrálgicamente mais retilínea, pois esta, além de ser uma maneira de criar um contato mais próximo com a população, também dispensaria os partidos políticos. O populismo pode ser associado à democracia direta no sentido de defender uma forma de política que, como padrão, usa as ferramentas da democracia direta. Vários movimentos populistas encontraram mecanismos democráticos diretos para atrair a atenção para seus objetivos e construir apoio para seus movimentos (Taggart, 2000).

A estratégia de Cameron revelou uma tentativa deliberada de produzir uma retórica apartidária que ele pretendia traduzir em uma forma adequada de governança. No entanto, a característica mais marcante do populismo processual de Cameron pode ser vista de fato no uso recorrente das técnicas plebiscitárias, que coaduna com a segunda característica da definição de Mair do populismo processual. Nesse contexto, parte da literatura argumenta que o referendo de 2016 foi um grande erro, principalmente por ser uma aposta que foi justificada tanto pela ambição pessoal quanto pela especulação de Cameron sobre os cenários futuros: que a promessa seria abandonada como parte do acordo de coalizão com os liberais-democratas; que Cameron garantiria condições favoráveis para o Reino Unido na UE e, por fim, que as pessoas acabariam votando para permanecer (Matthews 2017, Collier, 2022).

Podemos dizer, também, que Cameron organizou o referendo sob coação, ao mesmo tempo que estava excessivamente confuso sobre o seu resultado. Após as negociações sobre Maastricht, em 1992, encontramos profundas divisões entre os conservadores acerca da integração. O período de debates e brigas intrapartidárias, aliado à falta de legitimidade

histórica do bloco dentro do Reino Unido, acabou por deliberar no surgimento de diversas forças contrárias ao bloco europeu, incluindo o Partido da Independência do Reino Unido, o UKIP (Usherwood, 2002), que será tratado a seguir.

Em apenas cinco anos (de 2011 a 2016) foram organizados dois grandes referendos consecutivos, enquanto apenas três desse tipo haviam sido realizados antes. Um deles, o primeiro, envolvendo a continuidade da adesão ao bloco europeu em junho de 1975, já explorado no segundo capítulo. Durante os mandatos de Cameron, encontramos grandes consultas que deveriam trazer mudanças constitucionais radicais ao país: sobre a independência da Escócia em 18 de setembro de 2014 e sobre a permanência na União Europeia em 2016 (Collier, 2022). Peter Mair, assim como Taggart (2000) e Canovan (1999), pontua que as técnicas plebiscitárias, de maneira geral, ajudam a produzir uma forma de governo em que o partido é deixado de lado (Mair 2002). Ao analisarmos o mandato de Cameron, portanto, podemos dizer que ao defender a soberania popular expressa por meio de referendos, os conservadores assumiram uma postura tipicamente populista ao contrastar as “elites cosmopolitas e políticas”, entendidas como Bruxelas (ou os próprios partidos britânicos), frente ao “povo puro”, que deveria ser a voz final do processo decisório (Wellings, Vines, 2016).

A agenda de modernização e a posição socialmente liberal de Cameron não satisfizeram as expectativas ideológicas dos membros do partido e dos eleitores, e apenas uma minoria realmente as endossou. O fracasso da modernização ideológica do partido já preparava o terreno para uma mudança para um populismo substantivo, legitimado por Boris Johnson em 2019, que associaria o partido definitivamente à desvinculação da UE (Bale et al. 2020). Esse populismo substantivo, segundo Peter Mair, se concentra em três características fundamentais: protesto emergente, retórica antissistema e despolitização (Mair 2002).

O protesto emergente é vivenciado na Grã-Bretanha logo após o referendo, que abre caminho para o populismo substantivo na forma de protesto e oposição contra políticas anteriormente apoiadas por partidos tradicionais. Mas já antes, ainda dentro do primeiro governo de David Cameron, alguns indícios de protesto anti-UE já podiam ser observados na absorção de um ambiente eurocético, cristalizado pela ascensão do UKIP de Nigel Farage. No entanto, durante esse período, a própria postura de Cameron em relação à Europa não era clara e não era uma prioridade ideológica em sua agenda. Inclusive, durante o referendo, observamos uma defesa tímida do primeiro-ministro pela permanência no bloco (Szucko, 2020). Após a consolidação dos votos favoráveis à saída, Cameron sente o golpe e anuncia a renúncia, que seria o ensejo para que o Partido Conservador mudasse seu rumo definitivamente para uma

agenda peremptoriamente anti-UE, que já vinha sendo apoiada por muitos membros do partido, bem como por parte dos eleitores (Phillips et al. 2018). Após a saída de Cameron, Theresa May assume o cargo.

Sobre Theresa May, sua liderança é mais complexa do que parece em um primeiro momento. May contribuiu para o reposicionamento do partido em bases e estratégias que podemos encarar como populistas no pós-referendo, longe da agenda socialmente liberal de David Cameron e em linha com as vozes mais radicais da campanha pela saída (Brusenbach Meislova 2019). Antes de ser eleita líder do partido, May fora ministra do interior de Cameron, sendo responsável por criar um ambiente hostil contra os imigrantes. Como ato ‘célebre’, foi responsável por enviar um ônibus dizendo aos imigrantes ilegais para irem para casa⁷. Seu primeiro discurso como líder do partido, em junho de 2016, apresenta elementos interessantes para a análise, com alguns ingredientes que podemos identificar com as valências do populismo aqui trabalhado:

Quero dirigir-me diretamente a vocês. Eu sei que vocês estão trabalhando o tempo todo, eu sei que vocês estão fazendo o seu melhor, e eu sei que, às vezes, a vida pode ser uma luta. O governo que lidero será movido não pelos interesses de uns poucos privilegiados, mas pelos seus. Faremos tudo o que pudermos para lhe dar mais controle sobre suas vidas. Quando atendemos as grandes chamadas, pensamos não nos poderosos, mas em vocês. Quando se trata de impostos, vamos priorizar não os ricos, mas vocês. Quando se trata de oportunidade, não vamos consolidar as vantagens dos poucos afortunados. Faremos tudo o que pudermos para ajudar qualquer pessoa, seja qual for a sua formação, a ir tão longe quanto seus talentos puderem levar. Estamos vivendo um momento importante na história do nosso país. Após o referendo, enfrentamos um momento de grandes mudanças nacionais. E sei que, por sermos a Grã-Bretanha, estaremos à altura do desafio. Ao deixarmos a União Europeia, iremos forjar um novo e corajoso papel para nós próprios no mundo. E faremos da Grã-Bretanha um país que funcione não para uns poucos privilegiados, mas para cada um de nós. Essa será a missão do governo que lidero e, juntos, construiremos uma Grã-Bretanha melhor (May, 2016a).

Como podemos ver, há elementos arquetipicamente populistas na primeira fala de May como primeira-ministra. Ao falar que “quando atendemos as grandes chamadas, pensamos não nos poderosos, mas em vocês”, encontramos a dicotomia entre povo e elite, também visto em “e faremos da Grã-Bretanha um país que funcione não para uns poucos privilegiados, mas para cada um de nós”. Encontramos de maneira vívida duas das características pontuais do conceito de populismo aqui apresentado: o apelo ao “povo” e o enfrentamento à “elite”. É válido pontuar que May se inclui no bojo do povo, ao se imiscuir no “nós”. Além disso, coloca a saída

⁷ <https://www.theguardian.com/politics/2013/oct/22/go-home-billboards-pulled>

dos britânicos como a panaceia dos problemas nacionais, ao afirmar que “ao deixarmos a União Europeia, iremos forjar um novo e corajoso papel positivo para nós próprios no mundo”. Em um primeiro momento, classificar May como uma populista clássica é difícil, principalmente por conta da eventual discrepância entre seu posterior discurso/narrativa sobre o Hard Brexit e seu desempenho factual, especialmente no que concerne à sua incapacidade de se comunicar com o “povo”, tão evocado em seu primeiro discurso, durante o resto do mandato (Atkins, Gafney 2020). No entanto, ainda sim podemos encontrar saliências de um tom algo populista em suas falas. Uma olhada em seu discurso na conferência do Partido Conservador em outubro de 2016 mostra de que maneira o cerne de seu discurso se adequou ao populismo:

Mas a mudança também tem que vir motivada pela revolução silenciosa que ocorreu em nosso país há apenas três meses – uma revolução em que milhões de nossos concidadãos se levantaram e disseram que não estavam mais preparados para serem ignorados. Tratava-se de uma sensação – profunda, profunda e, convenhamos, muitas vezes justificada – que muitas pessoas têm hoje de que o mundo funciona bem apenas para uns poucos privilegiados. Foi um voto não apenas para mudar a relação do Reino Unido com a União Europeia, mas para pedir uma mudança na forma como nosso país trabalha – e nas pessoas para quem ele trabalha – para sempre. Mas hoje, muitas pessoas em posições de poder se comportam como se tivessem mais em comum com as elites internacionais do que com as pessoas no front, as pessoas que empregam, as pessoas que caminham na rua. Mas se você acredita que é um cidadão do mundo, você é um cidadão de lugar nenhum. Você não entende o que a própria palavra "cidadania" significa. Basta ouvir a forma como muitos políticos e comentaristas falam do público. Eles acham seu patriotismo de mau gosto, suas preocupações com a imigração algo paroquial, suas visões sobre o crime iliberais, seu apego à sua segurança no emprego algo inconveniente. Enquanto outros procuram amarrar nossas mãos de negociação, o governo continuará com o trabalho de entregar a decisão do povo britânico. (...) O resultado foi claro. Era legítimo. Os deputados e os pares que lamentam o resultado do referendo têm de aceitar o que o povo decidiu. (May, 2016b).

May recorre a um repertório populista e simplifica drasticamente as questões em torno do Brexit em uma divisão entre nós e eles. Em uma contradição típica dos populistas, ela se insurge tanto contra a imprensa e os comentaristas liberais quanto contra as próprias elites que tradicionalmente apoiam seu partido. Em outras ocasiões, May reforçou a polarização para apoiar a legitimidade de seu mandato político, seguindo a lógica de que "nenhuma ação de um governo populista pode ser questionada", dado que agem em nome do “verdadeiro povo” (Müller, 2015). May vai assumindo cada vez mais a posição de que o Partido Conservador seria o único representante verdadeiro da "vontade popular" nas negociações do Brexit. Para ela, aqueles que achavam o Brexit um equívoco, seriam deslegitimados por seu status de minoria. Num curioso paradoxo do populismo, deixariam de contar como "povo". May questionou o direito tradicional do Legislativo e do Judiciário de opinar sobre a questão da saída e, no final de 2016, membros proeminentes do governo tentaram bloquear o debate parlamentar sobre os

termos do Brexit, apelando para o status da importância da democracia direta do referendo (Guderjan, Wilding, 2018).

Nesse momento, o debate versava sobre o tipo de acordo de saída, se a opção pelo Soft ou pelo Hard Brexit, como já mostrado no segundo capítulo. A escolha pelo Hard Brexit ocorreu de modo centralizado primeiramente na figura de May, conforme mostra seu discurso de 17 de janeiro de 2017, no qual apresentou seu plano para a saída e os doze objetivos que guiariam as negociações sob sua condução (May, 2017a). Não se observou no momento, por exemplo, um debate parlamentar ou público nem sobre as alternativas para a saída do bloco europeu nem sobre o futuro do relacionamento entre os britânicos e a UE. A tentativa de controlar o processo do Brexit por meio da centralização no poder executivo dava pouca margem para a manifestação dos debates que existiam entre os diversos agentes do sistema, particularmente dentro do Reino Unido (Szucko, 2020).

May continuou em sua toada baseada em uma espécie de populismo difuso. Ao longo das negociações, demonstrou impaciência com as instituições que poderiam bloquear a saída, para ela a “expressão da vontade popular”. Seu governo reiteradamente ameaçou não esperar pela aprovação do Parlamento para invocar o artigo 50º do Tratado de Lisboa. Em 2017, ao convocar eleições antecipadas, alegando que os trabalhistas, os liberais-democratas e o resto da oposição votariam contra o Brexit, declarou:

O país está se unindo, mas Westminster não. Nas últimas semanas, os trabalhistas ameaçaram votar contra o acordo final a que chegamos com a União Europeia. Os liberais-democratas disseram que querem paralisar os negócios do governo, a oposição diz que votará contra a legislação que revoga formalmente a adesão do Reino Unido à União Europeia e os membros não eleitos da Câmara dos Lordes prometeram lutar contra nós a cada passo do caminho (...) Subestimam a nossa determinação em fazer o trabalho, e não estou disposta a deixá-los pôr em risco a segurança de milhões de trabalhadores em todo o país, porque o que estão a fazer põe em causa o trabalho que temos de fazer para preparar o Brexit internamente, e enfraquece a posição do Governo na Europa. Se não realizarmos agora eleições gerais, o seu jogo político continuará e as negociações com a União Europeia atingirão a sua fase mais difícil no período que antecede as próximas eleições previstas (May, 2017b).

Nessa passagem, May coaduna sua causa com a causa de um povo moralmente justo, afirmando que o povo se unificou, além de condenar as elites e declarar a oposição ilegítima. Posteriormente ela repetiria essa retórica antiparlamentar durante as discussões sobre o acordo de saída.

No entanto, a trajetória de May é breve. Após a terceira recusa de um acordo, a primeira-ministra anuncia sua renúncia ao cargo, em 24 de maio de 2019, saindo efetivamente em 7 de junho. Seu mandato, além de marcado por quase três anos de desgastes causados pelos

sucessivos fracassos na condução do Brexit⁸, também pode ser identificado como calcado por uma retórica populista difusa. May ficou marcada por suas incongruências, como no fato de sempre deixar no ar a possibilidade de extensão do prazo para retirada do país do bloco europeu (que era previsto para acontecer inicialmente em 29 de março de 2019), bem como por ameaçar a possibilidade de uma saída sem acordo, de modo a forçar os parlamentares britânicos a aprovarem os textos apresentados à União Europeia. Com essa estratégia, desconsiderava também outras possíveis alternativas para o Brexit, como um novo referendo, eleições gerais ou, ainda, a revogação unilateral do pedido de saída do bloco europeu. A resposta linear e centralizadora do governo de May, em uma estratégia para lidar com um ambiente doméstico de alta politização e de embates parlamentares, aliada à postura da União Europeia, no sentido de desincentivar movimentos eurocéticos similares nos demais Estados-membros, acabou por impossibilitar a construção de uma solução mais argumentativa para as negociações (Szucko, 2020). Portanto, se talvez não possamos considerar May uma populista clássica, ao menos podemos dizer que sua liderança incorporou aspectos do estilo populista em sua prática política e em seus discursos por algumas vezes (Margulies, 2019).

A saída de Theresa May culmina com a consolidação da figura de seu sucessor, Boris Johnson, que assume o cargo em 2019, e passa a ser visto como a personificação clara da preferência do povo por um Hard Brexit, após dois anos de parlamento travado. A chegada de Johnson é vista como a grande solução para o partido. Em 2019, 95% dos eleitores conservadores e 49% de todo o eleitorado achavam que Johnson seria um melhor primeiro-ministro que seus antecessores (Ashcroft, 2019).

A popularidade de Boris Johnson entre os membros do partido é corroborada por sua vitória esmagadora como líder conservador, em 23 de julho de 2019. Boris Johnson, que foi um dos cabeças de chapa durante o referendo, e depois ministro das Relações Exteriores entre 2016 e 2018 no governo May, é frequentemente mencionado na literatura atual sobre a onda de populismo que acometeu as democracias ocidentais. Aqui temos, inclusive, a coadunação e corroboração da associação entre euroceticismo e populismo (Collier, 2022). Na literatura de política comparada, o nome de Boris Johnson é frequentemente visto ao lado dos nomes de Donald Trump, Viktor Orban e Marine Le Pen. Schoor (2019) argumenta que a marca de populismo de Johnson poderia ser melhor rotulada como uma mistura paradoxal de populismo e elitismo. A autora argumenta que a mistura de populismo e elitismo coaduna com o

⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48396721>.

nacionalismo utilizado por Johnson em seus discursos, fazendo uma união entre povo e elite no processo. Nessa toada, coalizões são criadas entre o povo e uma elite “boa”, visando combater uma elite “má” (Schoor, 2019).

Antes de seu papel como primeiro-ministro, podemos analisar sua trajetória como defensor da saída, que começa um pouco antes, ainda em 2016. O então prefeito de Londres diz, na entrevista em que anuncia que apoiará a campanha pela saída, que: "quando se fala em soberania, isso não é algo que pertença aos políticos. A soberania é a capacidade das pessoas, a capacidade do público de controlar suas vidas" (Johnson, 2016a). Para Boris Johnson, portanto, o povo britânico seria capaz de controlar suas próprias vidas e tomar suas próprias decisões, sem necessitar de nenhum outro poder supranacional. Podemos identificar aqui, mais uma vez, os postulados por Canovan (1999) e Taggart (2000) acerca da procura, por parte da prática populista, de uma forma de política mais direta, sem a intervenção partidária. Johnson, assim como May, apelaria com frequência ao “povo”, mostrando ter plena confiança na vontade geral. Ainda em seu discurso de anúncio à adesão da campanha, Boris aborda as alegações de que estaria sendo um oportunista para aumentar suas credenciais para uma eventual liderança conservadora. "Os grandes donos da discussão são inquestionavelmente contra pessoas como eu. Somos retratados como loucos, debochados e todo o resto" (Johnson, 2016a), afirmou, incorporando uma atitude outsider, contra uma elite que dominaria o debate. Durante um discurso em 11 de março de 2016, Johnson afirma que: “poderíamos fechar acordos de livre comércio com os Estados Unidos, com a China, com as grandes economias em todo o mundo. Utilizando nossos funcionários, os funcionários administrativos do Reino Unido” (Johnson, 2016b). Curiosamente, neste caso, podemos entender que os funcionários do Reino Unido são classificados como "o povo", enquanto em outros momentos, o quadro político administrativo é visto como "a elite". Podemos interpretar que a razão pela qual os "funcionários do Reino Unido" são classificados como "o povo", nesse caso, seria porque aqui são comparados aos funcionários da UE. Em comparação com potências estrangeiras e supranacionais, os funcionários do Reino Unido seriam vistos como "nativos". Durante um discurso poucos dias antes da votação, Johnson afirma: "Eles dizem que não temos escolha a não ser nos curvar a Bruxelas, mas nós dizemos que estão subestimando o povo deste país e o que ele pode fazer" (Johnson, 2016c). Mais uma vez, mostra uma crença no povo britânico e em sua capacidade de gerir seu próprio caminho. Visto que a campanha é por um referendo, uma situação em que "o povo" realmente tem poder, a "crença no povo" nos mostra que o mesmo pode tomar a decisão

sobre permanecer ou sair da UE, e que além disso pode dirigir o próprio país sem o bloco europeu, a “elite inimiga”.

Johnson, ao longo da campanha, sempre se mostrou contrário à “elite”, representada pela União Europeia. Durante seu discurso de 11 de março, afirmou que: "se sairmos das amarras de Bruxelas, seremos capazes de começar imediatamente com as oportunidades de livre comércio há muito negligenciadas" (Johnson, 2016b). Aqui ele retrata a UE como um órgão que está impedindo o Reino Unido de lograr oportunidades econômicas. Durante uma entrevista em junho de 2016, também aponta como o bloco seria uma organização que controlaria a economia do Reino Unido de maneira desonesta, ao afirmar que parte do orçamento do país é gasto pelos “burocratas de Bruxelas”, “e gasto de uma forma extremamente esquiva,” muitas vezes sendo “marcado pela corrupção” (Johnson, 2016d). A União Europeia é retratada por Johnson como uma entidade estrangeira que não beneficia o povo britânico, uma entidade corrupta, sendo a representante de uma elite inimiga contrária aos interesses britânicos. Johnson, durante a campanha, com frequência acusou o bloco de ter controle sobre a economia do Reino Unido, não favorecendo de modo algum os interesses nacionais.

Johnson, no último discurso antes da votação, afirmou que "penso agora que a UE corre um risco real de sair do controle democrático adequado" (Johnson, 2016e). Esta afirmação pode ser vista à luz da teoria sobre o populismo como estilo político, apontando o cenário de uma crise vindoura e uma solução eventual para a mesma (Canovan, 1999). No mesmo discurso, Johnson afirmou que: "Se defendermos a democracia, estaremos falando por centenas de milhões de cidadãos da União Europeia que concordam conosco, mas atualmente não têm voz" (Johnson, 2016e). Criando um sentimento de injustiça para todos os cidadãos da União Europeia, ao retratá-los como impotentes numa situação injusta, Johnson deixa claro que "o povo" do Reino Unido pode se mobilizar e mudar a situação. Aqui ele evoca mais uma vez um sentimento de crise, ao mesmo tempo mostrando uma solução. Em ambos os exemplos, a crise estaria diretamente ligada à UE e à falta de democracia.

Ao ser eleito líder do partido em julho de 2019, Johnson foi encarregado de implementar o processo legislativo de saída, que havia chegado a um impasse no Parlamento três anos após o referendo. A implementação do Brexit foi muitas vezes descrita como um processo de impasse sem solução (Adam, 2019). Theresa May, como já mencionado, tentara três acordos de saída, veementemente rejeitados. As tratativas continuaram inconclusivas, e Boris Johnson foi igualmente confrontado com uma maioria de deputados que apoiavam um projeto de lei apresentado pela deputada trabalhista Hilary Benn, que buscava uma extensão da

data de retirada, enquanto o primeiro-ministro parecia determinado a fazer com que o Reino Unido deixasse a UE em 31 de janeiro de 2021 (Collier, 2022).

Em seu primeiro discurso como primeiro-ministro, Johnson mostra não apenas um apelo ao povo, mas também confiança na decisão popular:

Tornou-se claro que há pessimistas no país e no exterior que pensam que depois de três anos de indecisão, este país se tornou prisioneiro dos velhos argumentos de 2016, e que nesta casa da democracia somos incapazes de honrar um mandato democrático básico. E por isso estou diante de vocês hoje para dizer-lhes, povo britânico, que esses críticos estão errados. Os duvidosos, os desgraçados, os melancólicos – eles vão errar de novo. As pessoas que apostam contra a Grã-Bretanha vão perder, porque vamos restaurar a confiança na nossa democracia e vamos cumprir as repetidas promessas do Parlamento ao povo e sairemos da UE em 31 de outubro. Faremos um novo acordo, um acordo melhor que maximizará as oportunidades do Brexit, permitindo-nos desenvolver uma nova e excitante parceria com o resto da Europa com base no comércio livre e no apoio mútuo (...) Chegou a hora de agir, tomando decisões para dar ensejo à uma liderança forte, mudando este país para melhor, e embora a Rainha tenha acabado de me honrar com este extraordinário cargo de Estado, meu trabalho é servir a vocês, ao povo, porque se tem um ponto que nós, políticos, precisamos lembrar é que o povo é o nosso patrão (...) Ninguém nos últimos séculos conseguiu apostar contra a garra, o nervo e a ambição deste país. Não terão sucesso hoje. Nós, neste governo, vamos trabalhar para dar a este país a liderança que ele merece, e esse trabalho começa agora (Johnson, 2019a).

Johnson recorre ao povo e mostra não apenas confiança em seu julgamento, como se compromete a cumprir sua vontade, dado que seria o povo “o patrão” da classe política. Ao mesmo tempo, notamos um forte elemento contrário à uma ideia de “sistema”, ao vociferar contra os “duvidosos, os desgraçados, os melancólicos”. Johnson aqui se opõe radicalmente aqueles contrários à saída, os inimigos da vontade popular. Poderíamos dizer, seguindo a conceituação de Peter Mair, que Boris Johnson se adequa com a segunda característica do populismo substantivo, ou seja, uma retórica antissistema. Líderes populistas geralmente mostram uma tendência de distorção da realidade, com o objetivo de construir uma narrativa onde a verdade não seria mais uma prioridade (Mair, 2000). O populismo coaduna, portanto, com a ascensão de uma política de “pós-verdade”, resultado de uma tempestade perfeita envolvendo a expansão das mídias sociais e a crescente desconfiança em relação à política (Suiter, 2016). Boris Johnson, desde o início da campanha pela saída, se mostrou um forte opositor da UE. Como primeiro-ministro, se promoveu como defensor do Hard Brexit, que para ele seria o “verdadeiro veredito popular”. Johnson, nessa toada, se colocou no papel de representante do povo, se contrapondo ao Parlamento e às elites, que seriam os inimigos (Clarke, Newman 2017). Naquele momento, com a celeuma envolvendo os acordos de saída, os parlamentares representariam os inimigos da vontade popular (Collier, 2020). Aqui podemos identificar a estruturação do “povo” mediante a homogeneização das demandas heterogêneas,

uma condição indispensável para a formação do corte antagônico entre “nós” e “eles” (Laclau, 2013).

O discurso feroz de Johnson culmina com a prorrogação do Parlamento por várias semanas, ordenada em 28 de agosto de 2019 pela rainha, aconselhada pelo primeiro-ministro, que naquele momento vociferava que o Parlamento em impasse seria a única razão da paralisia do Brexit (Johnson, 2019b). Já em julho, em um discurso em Westminster, Johnson delineava seu ideário:

Nosso futuro será limpo, verde, próspero, unido, confiante, ambicioso – este, meus amigos, é o prêmio, mas resta a responsabilidade que cabe a nós cumprir. E, para isso, temos de tomar algumas medidas imediatas. A primeira é restaurar a confiança na nossa democracia e cumprir as repetidas promessas do Parlamento aos cidadãos, saindo da União Europeia – e fazendo isso em 31 de outubro. Eu e todos os ministros deste governo estamos empenhados em sair nesta data, independentemente das circunstâncias. Fazer o contrário causaria uma perda catastrófica de confiança no nosso sistema político. Deixará o povo britânico a interrogar-se sobre se os seus políticos poderão voltar a ser confiáveis para seguirem uma instrução democrática clara. Prefiro que saíamos da UE com um acordo. Eu preferiria muito. Acredito que isso ainda é possível mesmo nesta fase tardia e vou trabalhar para que isso aconteça. Mas certas coisas precisam ficar claras. O Acordo de Saída negociado pelo meu antecessor foi três vezes rejeitado por esta Assembleia. Os seus termos são inaceitáveis para este Parlamento e para este país. Nenhum país que valorize a sua independência e o seu respeito próprio poderia concordar com um tratado que assinasse a nossa independência econômica e o nosso autogoverno como este backstop faz (...). Pela nossa parte, iremos nos lançar nessas negociações com a maior energia e determinação e com espírito de amizade. E espero que a UE esteja igualmente pronta e que repense a sua atual recusa em introduzir quaisquer alterações ao Acordo de Saída. Se não o fizerem, teremos, naturalmente, de sair da UE sem um acordo. O Reino Unido está mais bem preparado para essa situação do que muitos acreditam. Mas ainda não estamos tão prontos quanto deveríamos estar. Nos 98 dias que nos restam, temos de turbinar os nossos preparativos para garantir que haja o mínimo de perturbações possível na nossa vida nacional. Creio que isso é possível com o tipo de esforço que o povo britânico já fez antes e voltará a fazer (Johnson, 2019c).

Encontramos aqui tanto o apelo ao povo (“creio que isso é possível com o tipo de esforço que o povo britânico já fez antes e voltará a fazer”), como as questões envolvendo a elite (representada pelo próprio Parlamento, que estaria dificultando os acordos de saída, e mais uma vez pela União Europeia, que também estaria dificultando os termos finais) e mesmo uma eventual crise, que seria ensejada pelas dificuldades em se aprovar a desintegração. Johnson mostra que os britânicos estão prontos para a luta, mas não tão prontos quanto deveriam estar.

Boris Johnson sempre fez questão de ser peremptório não apenas em suas falas, mas também nas ações. Após sua eleição como líder em 23 de julho, os últimos deputados pró-permanência no partido renunciaram ou foram forçados a renunciar, depois que Johnson expulsou 21 parlamentares do partido. A expulsão de deputados contrários à sua figura seria um

sinal do controle central e uma característica comum de líderes populistas (Collier, 2022). O desaparecimento gradual dos últimos remanescentes entre os deputados conservadores e a renovação do partido no período que antecedeu as eleições gerais de dezembro de 2019 também são fatores que podem ser vistos como uma evidência do estreitamento ideológico do partido e de sua transformação unilateral cujo foco envolveria o Brexit (Adam, 2019, Collier, 2022). A vitória em 2019 forneceu a Johnson uma ampla maioria que funcionou como salvaguardo para suas decisões pessoais e indicou uma forma mais autoritária de liderança. A estrutura buscada pela figura populista muitas vezes é altamente centralizada, caracterizada pela busca por estruturas que contrastam com o modelo burocrático do partido político de massas e que, portanto, tendem a depender da centralização e da liderança personalizada (Taggart, 2000).

Além disso, com frequência Johnson foi apontado como uma liderança carismática (Adam, 2019, Szucko, 2020). A autoridade carismática pode surgir de momentos de angústia ou dificuldade. O populismo, com frequência, aparece quando parte da população é tomada por um sentimento de crise e angústia. Nesse sentido, tanto o populismo quanto a liderança carismática são justificados em termos mais convenientes do que universais. O aparecimento de indivíduos com qualidades pessoais particulares em momentos de crise provavelmente será visto com grande alívio por seus potenciais seguidores, pois oferecem uma solução imediata para uma situação que está à beira de um desastre iminente (Taggart, 2000). Canovan fala que uma característica essencial do populismo e dos partidos populistas em momentos de crise é de fato a chegada de um líder carismático. Idealmente, um indivíduo com habilidades para uma liderança rigorosa, com uma 'aura' cativante e dotada de carisma, que personifica os interesses da nação e "encarna a vontade popular em sua persona" (Canovan, 1999). A semelhança final entre liderança carismática e populismo é que ambos são transitórios e instáveis (Taggart, 2000). Podemos encaixar assim a visão da figura de Boris Johnson nesse primeiro momento: encarnando a personificação do Hard Brexit e da resolução rápida dos impasses, seu imagético delineava a ponta de salvaguarda dos conservadores.

Além disso, embora o populismo substantivo de Boris Johnson possa ser melhor ilustrado pela prioridade dada ao Hard Brexit e a uma dura agenda anti-imigração, a redefinição das políticas sociais e econômicas no período que antecedeu as eleições gerais de 2019 permitiu que ele ultrapassasse as políticas identitárias. Com o partido conquistando o "muro vermelho" de círculos eleitorais historicamente trabalhistas nas Midlands e no nordeste da Inglaterra em dezembro de 2019 (Adam, 2019), Johnson ofereceu garantias de que os mais vulneráveis seriam protegidos e os serviços públicos deixados intocados, como ficou claro em seu primeiro

discurso (Johnson, 2019a). Esta mensagem de uma só nação poderia ser interpretada como uma compensação pela linha nacionalista e protecionista agressiva escolhida pelo novo primeiro-ministro no período que antecedeu a saída efetiva do Reino Unido da UE. Juntas, as promessas econômicas e geopolíticas tinham como objetivo satisfazer as expectativas da grande maioria dos novos eleitores que decidiram confiar em sua figura (Collier, 2022).

Johnson continuou a contrapor a classe política e o bloco europeu contra os anseios do “povo”, como em um discurso em setembro, em que afirmou que as chances de um acordo estavam aumentado, muito por conta do fato de que o bloco estava vendo como os britânicos estavam totalmente determinados a sair, independentemente do que acontecesse; no entanto, haveria um temor de que “os parlamentares encontrem alguma forma de cancelar o referendo, e se o fizerem, cortarão claramente as pernas da posição do Reino Unido e tornarão absolutamente impossível qualquer outra negociação” (Johnson, 2019c). Johnson continuaria a apelar contra a União Europeia e contra parte da classe política britânica durante o período de impasse, sempre evocando a possibilidade de uma crise decorrente das recusas e problemáticas advindas de uma força antagônica, como em um discurso em outubro, em que afirmou que “se os nossos vizinhos europeus optarem por não mostrar a correspondente vontade de chegar a um acordo, teremos de sair em 31 de Outubro sem um acordo, e estaremos prontos para isso, mas esse resultado seria um fracasso e um problema para todos, pelo qual as partes seriam responsabilizadas” (Johnson, 2019d). A emergência de uma crise é algo basilar na retórica dos populistas. A dificuldade de análise reside no fato de que a crise pode ser apenas fruto do imaginário do líder populista ou pode ser uma crise econômica e política no verdadeiro sentido da palavra (ou seja, uma situação que não pode, por definição, ser sustentada), portanto é necessário observar que o populismo surge quando um processo maior de transição dá origem a um sentimento de crise, pelo menos entre um grupo social (Taggart, 2000). A solução para a crise, nesse caso, seria resolvida apenas com o voo solo dos britânicos.

Nesse ponto, é interessante salientar que todo o processo de saída da UE foi permeado pelo slogan “retomar o controle”, dito e vociferado em diferentes estágios do Brexit (Biardeaud, 2017). Ali (2022) argumenta que esse desejo de retomar o controle contém em si a afirmação de uma soberania que pode ser entendida como confusa e não tão bem formulada, com uma noção quase arcaica de soberania austiniana formulada no início do século XIX, cujas premissas podem simplesmente não fazer sentido no mundo globalizado do século XXI (Ali, 2022). A concepção austiniana tem como premissa central, em primeiro lugar, a identificação de um indivíduo distinto, como o monarca, ou um corpo de indivíduos, como o Parlamento, a quem,

em segundo lugar, a obediência habitual é prestada pela maioria da população, em que o soberano não obedece a nada acima de si mesmo (Ratnapala, 2009). Johnson, enquanto tentava aprovar o acordo, afirmou que o mesmo seria a "maior restauração individual da soberania nacional da história parlamentar". "Retomar o controle", portanto, carregaria um forte sentimento de retomada de soberania, apelando para a vontade do povo. O Brexit marcaria uma mudança na importância do populismo e do soberanismo, em um contexto em que o endurecimento da perspectiva de "soma zero" acerca da soberania, que tem sido o nó dos discursos populistas contemporâneos em todo o mundo, sublinharia a necessidade de não apenas travar o processo de transferência de poder para longe do Estado territorial, mas de inverter completamente o fluxo. (Kallis, 2018). Há toda uma literatura que analisou importantes reivindicações de soberania que surgiram durante a campanha do referendo (Curtice, 2017; Hobolt, 2016; Jackson, Thorsen, Wring, 2016), cujo objetivo principal seria o de recuperar o controle das fronteiras e reter recursos econômicos para uso doméstico, baseada muito no ideal de soberania britânico tão forte nas décadas passadas. Johnson, portanto, tentou mostrar essa suposta restauração da soberania como um dos marcos constitucionais mais significativos que a Grã-Bretanha experimentaria por muitos anos (Johnson, 2019f). No entanto, encontramos uma reviravolta interessante no conceito de uma soberania essencialmente austínia que foi invocada como resultado do processo do Brexit, com a soberania parlamentar sendo minada e, em seu lugar, aparecendo um apelo de tom populista feito por Johnson em nome do "povo". O apelo de Johnson à sua vaga noção de "povo" seria um artifício para dar ao processo um verniz de legitimidade democrática (Ali, 2022).

Para potencializar o apelo e a evocação ao "povo", Johnson continuou a atacar o Parlamento, chegando a dizer que este seria um sabotador e destruidor da vontade popular contida no referendo (Freedland, 2019). De maneira peremptória, Johnson tentaria fechar o Parlamento por um período de 5 semanas, com a intenção de impedir a possibilidade de escrutínio legislativo. A medida foi frustrada pela Suprema Corte do Reino Unido no final de setembro de 2019, que determinou que o prolongamento feria a ordem. O Parlamento prontamente se reuniu no dia seguinte (Ali, 2022). Logo após, Johnson afirmava que preferia "estar morto em uma vala" do que se aproximar da UE para outra extensão e adiamento (Johnson, 2019f). Nesse momento, se popularizava o slogan "no deal, no problem!" (Adam, 2019).

Em 31 de janeiro de 2020, após longa labuta, o acordo de saída é finalmente assinado e concretizado. Johnson, em discurso oficial, afirma que:

Esta noite estamos saindo da União Europeia. Para muitas pessoas este é um momento surpreendente de esperança, um momento que pensavam que nunca chegaria. E há muitos, claro, que sentem uma sensação de ansiedade e perda. E depois, claro, há um terceiro grupo – talvez o maior – que começou a temer que toda a disputa política nunca chegasse ao fim. Eu entendo todos esses sentimentos, e nosso trabalho como governo – meu trabalho – é unir este país agora e nos levar adiante. E a coisa mais importante a dizer esta noite é que isto não é um fim, mas um começo. Este é o momento em que o amanhecer se abre e a cortina se levanta para um novo ato em nosso grande drama nacional. E sim, trata-se, em parte, de usar esses novos poderes – essa soberania reconquistada – para entregar as mudanças pelas quais as pessoas votaram. Seja controlando a imigração ou criando portos livres, seja libertando nossa indústria pesqueira ou fazendo acordos de livre comércio, ou simplesmente fazer nossas leis e regras para o benefício do povo deste país. E, claro, acho que essa é a coisa certa, saudável e democrática a se fazer. Porque apesar de todos os seus pontos fortes e de todas as suas admiráveis qualidades, a UE evoluiu ao longo de 50 anos numa direção que já não convém a este país. E esse é um juízo que vocês, o povo, já confirmaram nas urnas. Não uma, mas duas vezes. E, no entanto, este momento é muito maior do que isso. Não se trata apenas de um desencarceramento legal. É potencialmente um momento de verdadeira renovação e mudança nacional. Este é o alvorecer de uma nova era em que não aceitamos mais que suas chances de vida – as chances de vida de sua família – dependam de qual parte do país você cresce. Este é o momento em que realmente começamos a nos unir e subir de nível (...) vamos espalhar esperança e oportunidade para todas as partes do Reino Unido (...) em uma Grã-Bretanha que é simultaneamente uma grande potência europeia e uma grande potência global em toda gama e ambições (...) sei que vamos conseguir. Obedecemos ao povo. Retomamos as ferramentas do autogoverno. Agora é a hora de usar essas ferramentas para liberar todo o potencial deste país brilhante e melhorar a vida de todos em todos os cantos do nosso Reino Unido (Johnson, 2019e).

No discurso de cristalização do processo, encontramos todas as valências vistas anteriormente, em maior ou menor medida. Há a celebração do povo, que escolheu seu próprio caminho (e foi obedecido, como Johnson pontua ao final), e há enfim a celebração da eventual resolução de todas as crises e problemas, pois o país finalmente se libertara das amarras draconianas do bloco europeu. Por tudo isso, podemos dizer que Johnson, mais do que qualquer outro primeiro-ministro conservador do período, seria o arquétipo do ideal populista dentro do processo, assim como Nigel Farage, o líder do Partido pela Independência do Reino Unido, como será visto a seguir. Ambos coadunaram um ideal de tom extremo e populista cujas valências operaram de maneira pungente na conjuntura de 2016.

3.3 O PARTIDO PELA INDEPENDÊNCIA DO REINO UNIDO

O UKIP foi criado em 1993, e tem deputados eleitos para o Parlamento Europeu desde 1999. O partido originalmente se chamava Liga Antifederalista, e já apresentava um discurso eurocético e de direita desde os primórdios. Fundado por Alan Sked, professor da London School of Economics, desde seu início se caracterizou por uma ferrenha oposição à União

Europeia (Adam, 2019). Logo cedo o partido decidiu renomear-se como Partido da Independência do Reino Unido para se diferenciar do Partido Nacional Britânico (Ford, Goodwin, 2014). O início do UKIP foi conturbado, sofrendo com financiamento escasso e lutas internas. Nos anos 2000, enfrentou uma celeuma em relação à liderança, quando uma facção do partido, liderada por Nigel Farage, pressionou Sked a renunciar. Essa seria a guinada do UKIP para a extrema-direita radical (Tournier-Sol, 2021).

O UKIP ganhou destaque entre os anos de 2004 e 2014. Durante as eleições para o Parlamento Europeu de 2004, obteve 16,1% dos votos. O UKIP continuou a consolidar-se como um partido de uma só nota, quase como um partido de nicho (Adam, 2019). Farage, após diversas disputas, finalmente se torna líder do partido em 2006, depois de derrubar seus adversários internos, trazendo consigo ideais xenófobos e conservadores para preencher as lacunas apresentadas pelo Partido Conservador, que naquela altura parecia confuso para parte dos eleitores, descontentes com as lideranças de então. Farage entendeu o clima político da época, usando o descontentamento da maioria para construir um palanque eleitoral (Tournier-Sol, 2021).

Mas o desempenho do partido a nível regional só começa a chamar a atenção em 2009, no contexto pós-crise (Lynch, Whitaker, 2011). Seu principal sucesso eleitoral aconteceu nas eleições para o Parlamento Europeu em 2014, em que foi o partido mais votado, obtendo 24 das 73 cadeiras em disputa. Esse desempenho, no entanto, não se traduziu em bons resultados a nível doméstico: apesar do ótimo desempenho nos pleitos de segundo nível, o partido nunca obteve um desempenho expressivo nas eleições gerais, elegendo seu primeiro deputado apenas em 2015 (Smith, 2012). Podemos dizer, então, que o aumento da representação do UKIP no Parlamento Europeu estaria ligado ao contexto do pós-crise de 2008, período em que suas propostas, de tons radicais e contrários à União Europeia, ganham força. O cerne do partido, calcado em ideais de extrema direita, residiu sempre em uma radicalização contrária à presença de imigrantes, além de propostas de liberalização da economia. Nesse sentido, a proposta central do partido sempre recaiu na saída imediata do Reino Unido da União Europeia, assim como o fim da contribuição do país para a instituição, tudo isso sob os signos de uma economia liberal (UKIP Manifesto, 2014). A necessidade de restaurar o Estado nacional baseada no interesse do povo britânico também pode ser vista como um radical importante na razão de ser da política do UKIP (Tournier-Sol, 2021). Externamente, o UKIP sempre afirmou que as autoridades britânicas deveriam ter controle exclusivo sobre as leis e interações internacionais, rejeitando a influência externa da UE, descrita como uma ameaça à soberania nacional e popular

(UKIP, 2015, 2017). Um manifesto de 2015 afirma que a saída do bloco seria "a única escolha aberta para nós, se quisermos fazer nossas próprias leis e controlar nosso próprio destino" (UKIP, 2015). Além disso, o partido, pelo lado econômico, sempre apostou na globalização, no atlantismo e no livre comércio, com particular ênfase nos laços com a "anglosfera" e na adesão à OTAN (UKIP, 2015, 2017).

Nigel Farage, a personificação do partido durante muito tempo, sempre buscou se apresentar como o "homem comum britânico", em sintonia com as ideias e os interesses do "povo". Ao longo da campanha do referendo, o líder do UKIP sempre fez questão de se definir como aliado das pessoas honestas e trabalhadoras que lutam contra o controle de uma elite interesseira advinda do mundo das finanças e dos negócios, cujo caminho para a riqueza e o privilégio teria sido favorecido pelo establishment político de Bruxelas (Ferdjani, 2023). Para cultivar sua imagem pessoal de homem comum, com frequência Farage se deixava fotografar em pubs, bebendo e conversando amigavelmente com outros clientes (Buckledee, 2018).

O populismo do UKIP nos anos que antecederam o Brexit teve como cerne a articulação do nacionalismo britânico contra o bloco europeu. Essa defesa consolidou-se com a vitória do Brexit no referendo de 2016. Mas muito além de um ideal contrário à integração, a plataforma do partido sempre foi marcada pelo forte sentimento anti-imigração (Mudde, Kaltwasser, 2017). Os eleitores do UKIP após 2008 sempre foram em maioria habitantes de pequenas cidades que no passado viviam da mineração e da indústria. Entretanto, após o governo de Margaret Thatcher, essas regiões industriais foram esquecidas. Isso fez com que o eleitorado em questão, antes partidário do Partido Trabalhista, migrasse para a direita, transferindo suas preferências políticas para o Partido Conservador e para o UKIP (Rodríguez, 2018). Como já dito, Farage, como porta-voz do partido, soube capitalizar a narrativa da conjuntura da época do referendo, ao culpar os imigrantes pela perda dos empregos dos trabalhadores ingleses, em uma dupla dimensão: no campo exterior, a responsabilidade seria da União Europeia; internamente, o inimigo seria a elite financeira de Londres (Tournier-Sol, 2021). A solução para esse imbróglio seria a saída proporcionada pelo Brexit. Farage conduziu a campanha do referendo e se utilizou de estratégias e discursos facilmente encaixados com as características populistas aqui trabalhadas, principalmente ao colocar o povo contra a "elite".

O tom populista da fala de Farage é cristalizado em um discurso antes da votação do referendo, em junho de 2016:

Isso, se as previsões agora estiverem certas, será uma vitória para as pessoas reais, uma vitória para as pessoas comuns, uma vitória para as pessoas decentes. Lutamos contra as multinacionais, lutamos contra os grandes bancos mercantis, lutamos contra a grande política, lutamos contra a mentira, a corrupção e o engano. E hoje a honestidade, a decência e a crença na nação irão vencer. E vamos ter feito isso sem ter que lutar, sem que uma única bala seja disparada, com um trabalho árduo [...] E não o teremos feito apenas por nós próprios, teremos feito por toda a Europa. Espero que esta vitória derrube este projeto falho e nos conduza a uma Europa de Estados-nação soberanos, negociando juntos, sendo amigos juntos, cooperando juntos, e vamos nos livrar da bandeira, do hino, de Bruxelas e de tudo o que deu errado. (Farage, 2016a).

Farage reforça o discurso em favor das "pessoas reais, comuns e decentes" contra as elites políticas e econômicas, realizando uma retórica emocional e sanguínea, se apresentando como um líder carismático próximo do povo, bem como um agente de mudança e renovação. As palavras de Farage ilustram o argumento de Laclau de que não há uma "identidade popular original", mas que o próprio discurso populista constrói ou "convoca" um povo (Laclau, 2013). E assim como o discurso populista convoca um povo, também costuma convocar um "inimigo". Três grupos, em particular, supostamente "traíram" o "povo" britânico, para Farage: uma "elite metropolitana-cosmopolita", uma "elite europeia" (burocratas de Bruxelas, etc.) e "imigrantes" que estão ostensivamente "tomando" empregos e moradia e se tornando um "fardo" para o bem-estar e os serviços públicos (Clarke, Newman 2017).

Aqui encontramos outro indicador do populismo: sua simplificação drástica de questões políticas complexas e um uso intensificado de retórica, informações enganosas e mesmo desinformação pura e simples. A presença do populismo tem como efeito, geralmente, deslegitimar iniciativas políticas complexas ou técnicas. O populismo tende a definir o vocabulário do debate político. Dado que o populismo invariavelmente pretende falar em nome do povo, há uma congruência entre esse tipo de reivindicação e as exigências da democracia de que a política é legitimada na medida em que encarna a soberania popular. Isso significa que, embora o compromisso do populismo com "o povo" seja, na melhor das hipóteses, uma afirmação vaga, ele tem o efeito de legitimar as reivindicações. O efeito final do populismo no debate político é que ele dicotomiza questões, forçando-as a serem formuladas em termos a favor ou contra (Taggart, 2000). A campanha do referendo mostrou o poder de um debate político permeado pela polarização.

A retórica de Farage sempre fez questão de expressar os "desconfortos ocultos" do povo, adotando-os em suas políticas (Winarto, 2022). O manifesto intitulado "Acredite na Grã-Bretanha", lançado pelo UKIP antes das eleições gerais de 2015, sugere um desejo de retornar aos gloriosos velhos tempos britânicos (UKIP, 2015). Aqui, mais uma vez, encontramos a ideia

de passado como império soberano já explorada no segundo capítulo. Além disso, Farage afirmou à época que esse manifesto havia sido custeado de maneira independente (BBC, 2015). Esta estratégia tinha a intenção de criar uma camada de segurança às políticas econômicas propostas pelo UKIP, permitindo que os eleitores confiassem em suas políticas, pois as mesmas seriam corroboradas por ações práticas (Winarto, 2022). Em outro manifesto, um trecho das políticas econômicas do partido diz que: "nossa abordagem da economia gira em torno da restauração de incentivos para os trabalhadores (...) para acabar com o atual arranjo de 'portas abertas' para o trabalho europeu" (UKIP, 2016). Grande parte da posição do partido sobre a economia sempre enfatizou a luta pelos direitos dos trabalhadores do Reino Unido, pois a economia do país pertenceria ao povo britânico (Tournier-Sol, 2021). O compromisso de Farage de retomar o poder das elites dominantes para entregá-lo nas mãos dos trabalhadores fez com que ele ganhasse o título de porta-voz da classe trabalhadora descontente (BBC, 2016). Fica claro, portanto, como a construção do UKIP (e de Farage) serve como amálgama das valências aqui trabalhadas: para a defesa da saída, o partido clama ao povo (os britânicos) e alerta sobre a crise (econômica, migratória) deliberada pela elite (a UE ou a classe política britânica tradicional).

A maioria desiludida, aliada a um governo impopular marcado por políticas de austeridade, décadas de queda de renda real e aumento da desigualdade criaram o ambiente perfeito para o populismo ganhar tração na conjuntura do Brexit (Norris, Inglehart, 2019). O eleitorado se via cada vez mais cansado do governo no poder, que virara as costas para a classe trabalhadora (Adam, 2019). Suas esperanças de um futuro melhor foram confrontadas pelas poucas alternativas políticas, e os partidos tradicionais já não serviam aos interesses da maioria. Portanto, um partido populista radical como o UKIP parecia ser a opção mais convincente. O UKIP soube capitalizar a conjuntura, ao mergulhar nos meios de comunicação social, visto que os tabloides se revelaram uma ferramenta eficaz para a vazão do populismo britânico (Fieschi, 2019). Aqui também podemos colocar e encaixar a tendência populista pela busca de uma liderança carismática detentora de uma solução rápida para os problemas. Taggart (2000) afirma que isso, em alguns casos, seria indicativo de uma predileção por uma liderança forte em geral (Taggart, 2000). Com o governo patinando em incongruências, a virulência do UKIP poderia parecer convidativa. Os tabloides ajudaram nessa perspectiva, destacando o desejo britânico de retomar a soberania, ao mesmo tempo em que depositaram sua confiança no UKIP para cumprir essa promessa (Winarto, 2022). No entanto, o apoio de parte da imprensa não começa com o referendo. Na campanha das eleições para o Parlamento Europeu em 2014, o partido pôde

contar principalmente com o jornal Daily Express, um tabloide caracterizado por um euroceticismo duro (Ferdjani, 2023). Naquele ano, o jornal havia se tornado efetivamente a voz do UKIP na mídia e seu proprietário, Richard Desmond, doou quantias significativas de dinheiro para o partido. De acordo com pesquisas feitas pela Universidade de Loughborough, durante a campanha do referendo, 80% da cobertura impressa foi a favor do Brexit. Tabloides como o Daily Mail, o Daily Express, o Daily Star e o The Sun, foram favoráveis às narrativas favoráveis à saída, dando ampla destaque às políticas do UKIP, principalmente acerca da imigração.⁹

Sobre a questão da imigração, talvez a plataforma mais linear do partido, a política do UKIP sempre alimentou e explorou um clima hostil para com os imigrantes, particularmente da Europa Oriental e do Oriente Médio, mas também para as comunidades não brancas que vivem no Reino Unido há gerações. A deputada trabalhista Jo Cox, assassinada por um extremista de direita na véspera do referendo, era defensora da permanência, dos direitos dos requerentes de asilo, e também representante de um eleitorado etnicamente diverso (Tournier-Sol, 2021). Uma hora antes da morte de Cox, Nigel Farage lançou o cartaz “Breaking Point”, que alertava para um fluxo de refugiados sírios. O slogan do pôster estampava: “Ponto de ruptura: a UE falhou com todos nós”. Farage, na ocasião, declarou que “temos de nos libertar da UE e retomar o controle de nossas fronteiras” (Farage, 2016b). O cartaz anti-migrante foi denunciado à polícia com uma queixa de ódio racial, pois violaria as leis raciais do Reino Unido. Em poucas horas, usuários do Twitter apontaram a semelhança inadvertida da imagem em questão com imagens de propaganda nazista de migrantes mostradas num documentário da BBC de 2005.¹⁰

Mais uma vez parte da imprensa teve um papel crucial, referendando o discurso do UKIP. Um estudo detalhado sobre a imprensa britânica feito pelo Kings College London mostrou que a cobertura da imigração mais do que triplicou ao longo da campanha do referendo, aumentando mais rapidamente do que qualquer outra questão política. Além disso, a cobertura dos efeitos da imigração foi esmagadoramente negativa. Os imigrantes foram responsabilizados por muitos dos problemas econômicos e sociais da Grã-Bretanha – mais notavelmente por colocarem uma pressão insustentável sobre os serviços públicos (Moore, Ramsay 2017). Essa toada continuou durante o período de votação, pois vários deputados conservadores que votaram para que o Parlamento tivesse voz em futuro acordo comercial do Brexit com a UE

⁹ <https://blog.lboro.ac.uk/crcc/eu-referendum/uk-news-coverage-2016-eu-referendum-report-5-6-may-22-june-2016/>

¹⁰ <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/16/nigel-farage-defends-ukip-breaking-point-poster-queue-of-migrants>

receberam ameaças de morte depois de serem rotulados de "amotinados do Brexit" pelo jornal Daily Telegraph (Swinford 2017). Logo após a votação, em toda a Inglaterra, foram reportados inúmeros relatos de abusos verbais contra imigrantes, comentários xenófobos nas redes sociais, panfletos racistas e uma série de ataques físicos a muçulmanos e membros da comunidade negra e asiática. Na primeira semana após o referendo, a polícia relatou 331 crimes de ódio, cinco vezes a média semanal (Parveen, Sherwood 2016).

O UKIP, no geral, sempre fez questão de usar a questão da imigração como plataforma eleitoral. Até 2009, o partido era reconhecido apenas pela sua habitual retórica anti-EU. No entanto, em 2010, altura em que Farage se tornar líder, é possível verificar que a estratégia eleitoral sofreu alterações, não se focando apenas na questão da integração europeia, mas também na questão da imigração, uma vez que percebeu que o tema estava mais saliente junto ao público (McDonnell e Werner, 2019) Usou-o como ponto de referência na campanha eleitoral de 2014, por exemplo. Manifesto do partido da época dizia que: "26 milhões de pessoas na Europa estão à procura de trabalho. E de quem são os empregos que procuram?" (UKIP, 2014) Esse tipo de mensagem emocionalmente carregada foi convencendo, paulatinamente, parte da população precarizada, ao "mostrar" como os imigrantes da UE migraram para o Reino Unido para roubar os empregos de britânicos "nativos" (Winarto, 2022). A campanha do UKIP pela saída reiteradamente vociferava que a retirada de postos de trabalho seria sinônimo de perda da soberania nacional frente a um governo supranacional confuso. Ao se concentrar em "recuperar a soberania e a autonomia sobre as decisões políticas e legais", o UKIP queria proteger os empregos para os trabalhadores nativos e, ao mesmo tempo, aliviar o país de uma crise migratória. (Donoghue, Kuisma, 2017). Ao alienar o "outro" para atrair o povo, o UKIP estaria essencialmente reforçando uma afinidade intragrupo, cuja intenção seria a de reconstruir a fé do povo na ideia de Grã-Bretanha forte, herança de seu passado como império (Tournier-Sol, 2021).

Nessa dicotomia paradoxal, em que o "povo" não seria todo o povo, mas apenas uma parte da população, Farage procurou sempre falar aos seus, apelando para a criação de uma autoimagem representativa da "vontade geral". Laclau (2013) mostra que o líder, nesse caso, incorpora a representação das demandas do "povo" não pelo fato de possuir atributos objetivos para atendê-las, mas em função de ele próprio representar a capacidade de emancipação dos discursos articulados, sendo o significante que unifica a cadeia discursiva, o que torna possível a construção de uma ideia de "povo", que não representaria um conjunto de habitantes de uma localidade, mas sim a estruturação de um discurso representado na figura do líder que torna

sujeito apenas uma parte das pessoas (Laclau, 2013). Precisamente o cerne do discurso de Farage: a defesa de um povo, mas um povo construído e demarcado por características definidas.

Moffitt (2016) escreve sobre diferentes maneiras pelas quais um populista pode apelar para "o povo". Uma das formas é distanciar-se da "elite" para provar uma proximidade com a população. Ao provar uma proximidade com "o povo", o orador pode usar isso como razão para saber o que "o povo" quer (Moffitt, 2016). Em outras palavras, visto que o orador é uma parte do "povo", ele ou ela pode falar em seu nome. Analisando os discursos e entrevistas de Farage, é possível encontrar evidências de tal comportamento. Durante uma entrevista em fevereiro de 2016, ao ser questionado sobre um certo desprezo de parte dos conservadores por sua pessoa, Farage respondeu que estaria abaixo da classe política, sendo apenas uma "pessoa comum" (Farage, 2016b). Farage, portanto, sempre fez questão de apelar ao "povo", se portando como porta-voz de uma suposta vontade geral, fomentando a criação de um sentimento de proximidade com a população e, como já exposto, uma população selecionada. Podemos apontar que Farage inclui um elemento "nativo" em seu apelo ao "povo", ao incluir palavras como "britânicos" para apontar quem está realmente incluído em sua idealização. A referência constante ao "povo" permite que os populistas reforcem suas credenciais democráticas, ao mesmo tempo em que lhes permite rejeitar a política democrática particular de representação. É uma ideia forte porque joga com a tensão na democracia entre o poder da soberania popular e a possibilidade de uma tirania da maioria (Taggart, 2000).

Na outra ponta temos a questão da elite. Farage sempre deixou claro não pertencer ao estrato político dito "clássico", ou seja, elitista. Durante um discurso no final de abril de 2016, ele afirmou que: "temos que começar a atacar o objetivo do inimigo, e o ponto mais fraco do inimigo está em toda essa questão da migração de portas abertas" (Farage, 2016c). Farage estava se referindo ao lado partidário pela permanência, mais precisamente políticos defensores da continuidade no bloco europeu. Ao atacar diretamente outros políticos, sua intenção seria a de se distanciar dessa classe política e se colocar ao lado da população comum, algo frequente durante a campanha. Paul Taggart (2000) nos mostra que para a figura populista, a política é sempre confusa e corruptora, e o envolvimento com ela deve se dar em circunstâncias extremas. Nesse sentido, o populista procura evitar o envolvimento político habitual, sendo relutantemente imiscuído na política, ou até mesmo "forçado", devido às circunstâncias. Superando sua relutância, os populistas se engajam na política quando percebem crises, como fica claro na retórica de Farage, ao prenunciar e categorizar crises e oferecer soluções. Ao evitar

a complexidade da política representativa, os populistas defendem a simplicidade e a franqueza em suas políticas. Os apetrechos da política representativa, incluindo partidos e parlamentos, seriam distrações e complicações desnecessárias. Por ironia, enquanto a política representativa é tratada com hostilidade, é apenas sob tal forma de política que o populismo encontra expressão sistemática e a possibilidade de mobilização como força política (Taggart, 2000).

Além de questionar a classe política, com frequência Farage questionou institutos de estatística durante a campanha do referendo. Questionar a ciência e a estatística muitas vezes está ligado ao populismo, dado que a ciência é frequentemente associada à "elite" e àqueles com educação superior (Moffit, 2016). A conjuntura pós-crise mostrou isso vivamente, na Europa, na América do Sul e na América do Norte. "Pessoas comuns" não precisariam de ciência rebuscada, somente de ação e mudança. Farage, em seu discurso de abril, diz que os números do saldo migratório estavam em níveis recordes, "apesar dos números oficiais, que parecem ser corrigidos toda semana" (Farage, 2016c). Ele indica que os números são muito altos e precisariam ser menores, e levanta a suspeita de que os números possam ser ainda maiores, já que não confia nos números oficiais.

Ainda falando em imigração, Farage afirmou que: "quando Theresa May diz que é difícil controlar a imigração como membro da União Europeia, ela está errada. Não é difícil, é impossível!" (Farage, 2016c). Sua intenção, obviamente, é a de mostrar como a imigração seria impossível de controlar com os britânicos dentro do bloco, mostrando a saída como única solução. No final do mesmo discurso, Farage ressalta que: "não há nada que possamos fazer para impedir que um número ilimitado de pessoas de países da UE se estabeleça neste país e desfrute dos mesmos direitos e privilégios que todos nós" (Farage, 2016c). Aqui, Farage cria um sentimento de desesperança e desilusão, a menos que mudanças sejam feitas. Sua fala ressalta que há uma crise acontecendo que precisa ser corrigida. O tom aumenta ao longo da campanha, e Farage, dias antes do referendo, escreve em um artigo do The Express:

Estamos a poucas horas da oportunidade de uma vida: a oportunidade de tirar o nosso país da União Europeia e, ao fazê-lo, recuperar as nossas fronteiras, a nossa democracia de volta e de embarcarmos num futuro emocionante como nação independente. É o que acontece se deixarmos a União Europeia. Sairemos de uma união política fracassada, que agora é uma zona de desastre. Vemos uma crise migratória totalmente fora de controle. Assistimos a uma crise da Zona do Euro que causa miséria humana em uma escala chocante. E vemos uma organização ultrapassada que não tem respostas quando se trata de muitos dos problemas do mundo moderno. Ouvi muito ao longo desta campanha do establishment rico sobre o PIB. Sobre a manutenção do status quo. Bem, isso pode estar tudo bem para eles com babás e motoristas mais baratos, mas não é do interesse dos trabalhadores britânicos comuns. A migração de portas abertas suprimiu os salários no mercado de trabalho não

qualificado, significando que o nível de vida caiu e que a vida se tornou muito mais difícil para muitos em nosso país. Temos que sair da União Europeia para que não só os salários dos trabalhadores britânicos possam aumentar, mas também para que o nível de vida, em vez de diminuir, possa começar a subir. O bem-estar de quem vive e trabalha em nosso país importa para mim mais do que os números do PIB (...) A adesão a esta união impede-nos a agir no nosso próprio interesse nacional, obrigando-nos a ser representados por velhos não eleitos em Bruxelas (...) acredito neste país e em seu povo. Somos bons o suficiente para prosperar no cenário mundial representando a nós mesmos, nossos interesses e nossas crenças como uma nação autônoma (Farage, 2016d).

Mais uma vez Farage apela para uma linguagem populista, mostrando as mazelas da imigração, que estaria suprimindo os empregos do “povo britânico” nativo. A crise, ensejada pela União Europeia, estaria prestes a se revolver, graças à vontade popular. Farage, ao afirmar falar em nome da democracia, estaria tentando lucrar com a promessa de poder da democracia ensejada pelo povo, um aspecto tipicamente populista (Canovan, 1981).

Após o resultado favorável do referendo, Farage, em discurso no Parlamento, mostra mais uma vez o cerne das valências da retórica utilizada durante toda a campanha:

Quando cheguei aqui há 17 anos e disse que queria liderar uma campanha para que o Reino Unido saísse da União Europeia, e todos vocês riram de mim – bem, eu tenho que dizer, vocês não estão rindo agora, não é? A razão pela qual você está tão chateado, você está tão zangado, ficou perfeitamente clara, de todas as trocas raivosas esta manhã. Você, como projeto político, está em negação. Você está negando que sua moeda está falhando. Basta olhar para o Mediterrâneo! Como política para impor a pobreza à Grécia e ao Mediterrâneo, você se saiu muito bem. O senhor nega o apelo de Merkel para que o maior número possível de pessoas cruze o Mediterrâneo – o que levou a enormes divisões entre países. O maior problema que você tem e a principal razão pela qual o Reino Unido votou da maneira que votou é porque você tem, por discricção e engano, e sem dizer a verdade ao resto dos povos da Europa, você lhes impôs uma união política. Quando, em 2005, os cidadãos dos Países Baixos e da França votaram contra essa união política e rejeitaram a Constituição, simplesmente os ignoraram e introduziram o Tratado de Lisboa pela porta traseira. O que aconteceu na quinta-feira passada foi um resultado notável, foi um resultado sísmico. Não só para a política britânica, para a política europeia, mas talvez até para a política global também. Porque o que o povo comum fez, e o que as pessoas comuns fizeram – pessoas que foram oprimidas nos últimos anos e que viram seu padrão de vida cair – foi rejeitar as multinacionais, rejeitar os bancos mercantis, rejeitar a grande política, mostrando que queremos nosso país de volta, queremos nossas águas de pesca de volta, queremos as nossas fronteiras de volta. Queremos ser uma nação independente, autogovernada e normal. Foi isso que fizemos e é isso que tem de acontecer. Ao fazê-lo, oferecemos agora um farol de esperança aos democratas de todo o resto do continente europeu. Vou fazer uma previsão esta manhã: o Reino Unido não será o último Estado-membro a sair da União Europeia. A questão é o que faremos a seguir? Cabe ao governo britânico invocar o artigo 50 e não acho que devemos gastar muito tempo para fazê-lo. Concordo plenamente que o povo britânico votou, temos de garantir que isso aconteça. O que eu gostaria de ver é uma atitude adulta e sensata em relação à forma como negociamos uma relação diferente. Sei que praticamente nenhum de vocês nunca fez um trabalho adequado em suas vidas, ou trabalhou em negócios, ou trabalhou no comércio, ou de fato criou um emprego. Mas ouça, apenas ouça (...) O UKIP costumava protestar contra o establishment e agora o establishment protesta contra o UKIP. Alguma coisa aconteceu aqui (Farage, 2016e).

Aqui, em seu discurso de “vitória”, Farage nos mostra com clareza as raízes apresentadas e discutidas ao longo deste trabalho. O Brexit, segundo Farage, seria a vitória do “povo comum”, do “povo” britânico, uma vitória cuja deliberação seria a solução dos tempos tempestuosos e das crises advindas da elite inimiga, a UE. Farage também ataca a política britânica, ao dizer que “praticamente nenhum de vocês nunca fez um trabalho adequado em suas vidas, ou trabalhou em negócios, ou trabalhou no comércio, ou de fato criou um emprego”. Ou seja, a elite política, representada pela classe dirigente, seria equidistante do “povo” comum, cuja vontade acabara de ser refletida nas urnas. É interessante salientar aqui mais uma vez o dilema enfrentado pelos populistas em relação aos partidos políticos: grande parte do apelo inicial do populismo se baseia em uma crítica à política criada e operada pelos partidos políticos dominantes. À medida que os populistas ganham em apoio e impulso, eles tentam construir esse apoio enfatizando o quão diferentes eles são, e ainda assim a lógica institucional da política representativa, na qual eles operam, os obriga a adotar a forma do partido político que tanto criticam (Taggart, 2000). Temos um curioso amálgama entre a “vontade do povo” e a política institucional.

Isto posto, para Low (2016), o Brexit não seria a vontade genuína do povo. Tal conclusão coaduna com o fato de que a política, particularmente na Grã-Bretanha, muitas vezes é uma vocação de elite, o que tornaria paradoxal o cerne do discurso populista clássico, se aplicado ao caso. Nigel Farage, por exemplo, simbolizaria uma continuação do elitismo por outros meios (Guderjan, Wilding, 2018). O apoio do UKIP rapidamente se enfraqueceu após a vitória do Leave, fazendo com que os eleitores do UKIP mudassem em grande número para os conservadores nas eleições locais em 2017, o que fez o partido perder mais de 10% de seus votos e seu único assento parlamentar. Como veículo para a ira populista, o UKIP cumpriu o seu propósito no momento em que o populismo do Brexit se tornou “mainstream” (Guderjan, Wilding, 2018). Descontente com os rumos do partido, Farage se desfilia e funda, em novembro de 2018, o Brexit Party, que defendia um euroceticismo duro e um Brexit sem acordo. Com o Brexit Party, conquistou 29 assentos e a maior parcela dos votos nacionais nas eleições para o Parlamento Europeu de 2019¹¹. Após a saída definitiva em 2020, o partido é renomeado para Reform UK, em janeiro de 2021, com pautas que mais uma vez poderiam ser encaradas como populistas, como as contrárias ao lockdown durante a pandemia de COVID-19. Posteriormente,

¹¹ <https://www.electoralcommission.org.uk/political-registration-and-regulation/political-party-registration/party-registration-decisions>

em Dezembro de 2022, começou a fazer campanha sobre temáticas populistas de direita mais amplos, geralmente versando sobre a economia¹².

3.4 CONCLUSÃO

Em suma, no século XXI, dadas as circunstâncias absolutamente singulares, uma das intenções do capítulo foi a de mostrar como o papel do Partido Conservador é marcado fundamentalmente pelas figuras de David Cameron, Boris Johnson e, em menor escala, Theresa May, os três líderes do período que marcou a saída dos britânicos do bloco europeu. Podemos encaixar seus mandatos pela arena populista por três caminhos. Enquanto Johnson se apropriou do populismo substantivo dentro da seara da desconfiança popular, a ambição de Cameron seria a de dar nova legitimidade aos processos democráticos em um contexto de apatia política generalizada. Através dos artifícios do populismo processual, principalmente na utilização de referendos, Cameron procurou obter um acesso mais direto aos cidadãos. Fazendo isso, deu ensejo ao princípio da soberania popular que seus sucessores, Theresa May e Boris Johnson, capitalizariam para justificar a escolha pelo Hard Brexit. Theresa May, por sua vez, é marcada por um populismo vago e difuso, em que discurso e ação não se coadunaram de maneira direta.

A mudança costuma ser difícil para partidos políticos, que levam tempo para se adaptar a novos cenários. Os conservadores inverteram a sua posição sobre a integração europeia três vezes desde a década de 1950: defenderam a adesão em 1961, desenvolveram uma posição eurocética conflituosa a partir do final da década de 1980, e apoiaram o Brexit após um referendo em que o próprio representante do governo fez campanha pela permanência. As duas primeiras mudanças foram graduais, mas trouxeram intenso debate, dissidência e deserção (Lynch, Whitaker, 2017). Podemos dizer que o choque da mudança política forçada pelo referendo não deixou com que os conservadores tivessem tempo e espaço para se adequar as novas realidades apresentadas pela conjuntura, o que acabou por solidificar discursos e estratégias populistas, com promessas de soluções rápidas e pungentes.

Já sobre o UKIP, podemos dizer que o partido herdou um terreno fértil para atingir seu apogeu, encontrando um eleitorado desiludido que há muito sofria com queixas econômicas generalizadas. O papel populista de lançar dúvidas sobre as instituições nacionais efetivamente

¹² <https://www.thetimes.co.uk/article/tories-fear-nigel-farage-and-reform-uk-could-deliver-a-red-wall-rout-v0r9pnjt6>

ganhou o apoio público das populações subalternas. Nigel Farage, a voz e rosto do partido, não se furtou em empregar narrativas xenófobas e nativistas para propagar a alegação de que os imigrantes estavam tirando empregos do povo britânico. Ao colocar a culpa em cidadãos estrangeiros e instituições externas, como a UE, o UKIP capitalizou o descontentamento econômico público, usando-o como munição para isolar o país com a esperança de retomar o poder nas mãos do povo britânico. De maneira sucinta, podemos dizer que a retórica de Nigel Farage se enquadra no esquema dos discursos eurocéticos e populistas, construídos por uma figura que recebeu a sua educação numa altura em que o antigo Império Britânico ainda era um tema proeminente nas escolas britânicas, e para quem o oportunismo político através de crises funcionou bem para promover a sua agenda (Tuominen, 2020). Farage, mais do que qualquer outro, talvez seja o exemplo mais bem delineado do populismo intrínseco ao euroceticismo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos a dissertação fazendo um apanhado geral das ideias trabalhadas e analisando os resultados colhidos ao longo dos três capítulos, para um melhor aprofundamento analítico das perguntas e respostas ensejadas no início. A dissertação trabalhou com a hipótese de que o ideal de soberania britânica, reavivado com ênfase após a Segunda Guerra, conjuntamente com a não participação dos britânicos no Plano Schumann em 1950, seriam a gênese do Brexit, pois teriam dado o ensejo a todo o processo subsequente. A recusa dos britânicos, baseada no ideal de soberania, teria servido como efeito contingente (Schutte, 2018) influenciando todo o relacionamento dos britânicos para com o bloco. Isso, aliado com a ideia ainda viva do Reino Unido como grande potência mundial, marcaria toda a trajetória vindoura. Como já dito no primeiro capítulo, o conceito de path dependence trabalha com o fato de que, numa sequência temporal de eventos, aqueles que ocorrem no início exercem um impacto causal maior sobre o resultado do que os eventos subsequentes (Perissinotto, Nunes, 2023) ou seja, as escolhas feitas no início da trajetória têm um peso enorme, se pensarmos em todo o processo. Ao aplicarmos o conceito no presente caso, podemos entender, portanto, que essa recusa dos britânicos acabou por influenciar sobremaneira o restante da trajetória. Essa recusa deliberaria, por exemplo, em uma falta de legitimidade do bloco para com a opinião pública do país, que talvez não enxergasse a integração como positiva ou mesmo importante, e um entrelaçamento institucional fraco por parte dos britânicos perante a comunidade europeia. O alheamento e a idiosincrasia dos acordos e tratados assinados pelo Reino Unido ao longo dos anos seria o resultado dos fatores acima expostos: o ideal de soberania, reavivado no pós-guerra, e a recusa em participar da Declaração Schumann.

Utilizando o process tracing para mapear o restante do processo, identificamos seis condições causais preponderantes para a saída dos britânicos: a não participação no Plano Schumann, a entrada tardia, o referendo de 1975, a guinada conservadora (e o discurso de Thatcher em 1988), a crise de 2008 e a conjuntura populista de 2016. A causa primordial do efeito, como já aventado na primeira hipótese do trabalho, seria justamente o ideal de soberania

britânico, sempre presente ao longo do tempo, e reavivado justamente no período de início da integração. Esse ideal iria se refletir ao longo de toda a trajetória. Procuraremos descrever melhor cada parte do mecanismo causal, bem como suas condições suficientes e necessárias, a seguir. A tabela abaixo exemplifica melhor o mapeamento e ajuda a visualizar com maior profundidade a sequência:

TABELA 1 – CONDIÇÕES SUFICIENTES E NECESSÁRIAS PARA O BREXIT

CAUSA	CONDIÇÃO SUFICIENTE	CONDIÇÃO NECESSÁRIA	CONDIÇÃO SUFICIENTE
Ideal de soberania britânico	Não participação na Declaração Schumann em 1950	Entrada tardia dos britânicos em 1973	Referendo de 1975

CONDIÇÃO NECESSÁRIA	CONDIÇÃO NECESSÁRIA	NECESSÁRIA E SUFICIENTE
Guinada conservadora com Thatcher	Crise de 2008	Conjuntura populista de 2016

EFEITO
Saída do Reino Unido

FONTE: O autor (2024)

A dissertação trabalha com a ideia de que a causa primordial do Brexit é o ideal de soberania britânico. Conforme descrito e analisado ao longo da dissertação, a memória da centralidade dos tempos de império ainda seria muito forte na opinião pública britânica. O pós-Segunda Guerra reavivaria isso, com os britânicos lado a lado com os norte-americanos e os soviéticos como redefinidores do contexto global naquele momento. Mesmo com a derrocada da influência do Reino Unido ao longo dos anos, a questão da soberania marcaria amiúde todos as partes do mecanismo causal que deliberaram no efeito aqui analisado, ou seja, o Brexit. A não participação dos britânicos no primeiro momento da integração, o cerne do euroceticismo e a conjuntura de 2016 foram diretamente derivadas do ideal de soberania no país, que acabaria por influenciar as escolhas subsequentes dos britânicos frente ao bloco.

Isto posto, a não participação no Plano Schumann em 1950 seria uma condição suficiente para o efeito. Uma condição suficiente é aquela cuja presença inevitavelmente leva à

produção do resultado, embora este possa ocorrer também por outros meios (Mahoney et al, 2009). A causa X produz o efeito Y. X é uma causa suficiente de Y quando, em todos os casos que contêm X, Y ocorre, mas nem todos os casos em que Y ocorre contam com a presença de X, pois Y pode ser produzido também por outras causas (Perissinotto, Nunes, 2023). A não participação nesse primeiro momento é suficiente, pois acabaria por alhear os britânicos do processo de integração; contudo, caso as tratativas ocorridas nos anos 60 dessem resultado, por exemplo, e o país adentrasse no bloco ainda em um primeiro momento, os efeitos do distanciamento poderiam não ser tão preponderantes no restante da trajetória. Aqui, mais uma vez, podemos encontrar vazão na formulação do path dependence, que nos mostra os custos das escolhas ao longo do tempo.

Isto nos leva à primeira condição necessária, justamente a entrada tardia em 1973. Uma condição necessária implica a afirmação de que um resultado não teria ocorrido se a causa estivesse ausente (se Y, então X), embora a presença da causa não garanta a produção do resultado (Mahoney et al, 2009). Ou seja, entendemos que a entrada tardia é necessária para a saída dos britânicos, mas somente ela não seria a garantia de que o Brexit fosse bem-sucedido. Em um contexto em que os britânicos se adequassem aos preceitos do bloco e lhe conferissem legitimidade, por exemplo, os rumos poderiam ser outros.

Já o referendo de 1975 seria uma condição suficiente. Entendemos que o referendo de 1975 é fundamental para um tom de desconfiança dos britânicos para com o bloco. Mesmo que o resultado tenha sido favorável à permanência, um plebiscito apenas dois anos depois da entrada acabaria por deliberar em um certo grau de ilegitimidade por parte da opinião pública europeia para com o bloco. Além disso, o fato de os britânicos terem renegociado alguns elementos no acordo marcaria sobremaneira o relacionamento (como, por exemplo, o fato de que David Cameron tentaria a mesma coisa em 2016). No entanto, apenas o referendo de 1975 não causaria efetivamente a posterior saída. Se o mesmo tivesse sido seguido pela defesa pró-Europa de ambos os partidos, Trabalhista e Conservador, por exemplo, e os acordos firmados tivessem sido o pontapé para uma relação mais sólida, poderíamos ter encontrado um outro cenário. Ou seja: o plebiscito de 1975 não seria condição necessária para o Brexit, pois o referendo de 2016 precisou sobremaneira dos elementos profícuos do euroceticismo britânico: entrada tardia, ideal de soberania, populismo vindouro etc.

A guinada conservadora com Thatcher, exemplificada e marcada pelo discurso da primeira-ministra em Bruges em 1988, seria uma condição necessária dentro do processo. O Partido Conservador, antes defensor da integração, acaba por adotar uma postura eurocética ao

longo dos anos 1970 e 1980, que se manteria inclusive durante o Brexit. O Brexit provavelmente não teria ocorrido caso os conservadores não tivessem adotado essa postura no final dos anos 1970, e que seria cristalizada e simbolizada com o discurso de 1988; contudo, ela por si só não garantiria o resultado. Não fosse a conjuntura populista de 2016, marcadamente influenciada por discursos extremados e por todo um contexto propício, as negociações exercidas por Cameron, mais a sua defesa pela permanência, poderiam ter dado um resultado análogo ao de 1975. O contexto, neste caso, seria preponderante.

Já a crise de 2008 seria uma condição necessária para a saída, muito por conta de seu papel como efeito catalizador para a conjuntura de 2016. A crise de 2008 teria dado o ensejo para os desdobramentos populistas do período do referendo, ao entregar um cenário marcado por crises econômicas e migratórias, temas amplamente utilizados pelos defensores da saída, que culpavam de maneira ferrenha o bloco europeu pelas adversidades. No entanto, caso as medidas de austeridade e os planos econômicos (nacionais e regionais) tivessem sido bem-sucedidas, por exemplo, em um contexto sem vazão para os discursos e atitudes populistas, o resultado final do referendo poderia não ter sido tão afetado pelas consequências da crise. A crise, portanto, é uma condição necessária, pois influencia a conjuntura de 2016, mas não suficiente, exatamente porque precisou de um contexto populista, aliada ao histórico do euroceticismo britânico, para desaguar no Brexit.

Já a conjuntura populista de 2016 seria uma condição necessária e suficiente. Uma condição necessária e suficiente poderia ser explicada como: a causa X produz Y. X é uma causa necessária e suficiente de Y quando, em todos os casos em que X ocorre, Y está presente, e em todos os casos em que encontramos Y, X também está (Perissinotto, Nunes, 2023). Seria, portanto, a condição que está presente sempre que algo ocorre, e este não acontece se ela não estiver presente. A conjuntura populista de 2016, exemplificada por vozes importantes de atores políticos da época (como do Partido Conservador e do UKIP) em discursos e atitudes contrárias à imigração e ao bloco europeu, dentro de um cenário carregado de desinformação e de uma campanha maciça por parte da mídia pela saída, acabaria por ensejar a desintegração. O cenário seria carregado de diversas valências importantes (a polarização, o euroceticismo alimentado durante anos, o pós-crise, os discursos populistas etc.). Sem essa conjuntura, a saída não teria acontecido, pois sua presença levou de fato à produção do efeito. Entendemos que sem essa conjuntura populista, o resultado do referendo não seria a saída.

Sobre a conjuntura, em suma, podemos dizer que tanto Nigel Farage, representante do UKIP, como os conservadores, se utilizaram de características e valências populistas durante a

campanha, evocando questões envolvendo o "povo", a "elite" e a "crise". Ambos utilizaram as três questões, com semelhanças e diferenças. Enquanto os conservadores evocaram o "povo" em torno de uma crença e confiança na vontade geral e em sua tomada de decisão, Farage procurou utilizar da retórica para se imiscuir como parte da população comum, falando como seu representante. Enquanto Cameron, May e Johnson expressaram, com frequência, uma confiança e crença na população, Farage se caracterizou por ser mais propenso a se incluir como parte da vontade geral. Sobre a questão da elite, os conservadores retrataram amiúde a União Europeia como o verdadeiro inimigo, enquanto Farage, além do bloco europeu, também classificava outros políticos como “parte do problema”, mostrando que o significado de elite variou entre os dois atores - com exceção de Boris Johnson, que com frequência também incluiu parte da classe política como antagonista. Ambos, conservadores e UKIP, também apontaram a crise como algo basilar em defesa da saída. A diferença mais marcante foi a crise que enfatizaram: Cameron, May e Johnson se concentraram na questão democrática e nas desvantagens econômicas da permanência no bloco, bem como nas vantagens que seriam ensejadas pela saída. Farage, por outro lado, se concentrou na imigração para falar de crise, criando uma sensação de conjuntura crítica em relação ao nível de imigração no Reino Unido, apontando para os eventuais efeitos da mesma caso algo não fosse feito. Farage se concentrou mais na problemática imediata de permanecer no bloco, apontando como única opção de solução a saída.

Outro ponto fundamental diz respeito à noção de soberania. Em primeiro lugar, podemos ver um desejo de levar à tona a restauração da soberania em relação à UE, como afirmou várias vezes Boris Johnson e Nigel Farage. Isso representaria um desejo de reafirmar a viabilidade da força do Estado-nação face à entidade supranacional representada pela UE. Isso posto, o Brexit poderia ser entendido como um esforço atávico do nacionalismo inglês, que sublinharia o raciocínio por trás da criação da UE em primeiro lugar, já que foram casos virulentos de nacionalismo no continente que deram ensejo à Segunda Guerra Mundial (Ali, 2022).

Entendemos, a partir disso, que ambas as hipóteses da pesquisa são confirmadas. A primeira hipótese, que diz que o pensamento eurocético e anti-União Europeia seria uma consequência de um ideal de soberania fomentado pela relação amiúde conturbada entre Reino Unido e União Europeia, seria confirmada pelos dados colhidos e trabalhados no segundo capítulo. Como procuramos mostrar, com o auxílio do process tracing, o ideal de soberania britânico, de um passado como grande império soberano, ainda seria muito presente na opinião

pública e em parte da classe política britânica. Tal ideal seria reavivado sobremaneira no pós-guerra, dado o status de importância do Reino Unido durante e após o confronto. Esse ideal de soberania se faz presente no primeiro momento da integração, ao incentivar a mesma, mas não participar, e ao longo das diversas tratativas durante o processo, inclusive quando membro, ao se ausentar de tratados e discutir continuamente novos termos, nunca procurando uma união estreita de fato com o processo de integração europeu. Nada poderia macular a soberania tão evocada dos britânicos. Como já formulado, essa noção de soberania seria a causa primordial do Brexit, pois agiu diretamente ao longo de todas as escolhas do processo.

Já a segunda hipótese, que diz que o resultado favorável à saída foi açodado muito por conta dos elementos da conjuntura política da época de sua realização, de razão populista, cujo foco se concentrou no euroceticismo e na anti-imigração, também é confirmada pelos dados recolhidos. Como mostrado no terceiro capítulo, os elementos da conjuntura de 2016 açodaram de maneira pungente a saída. Conforme demonstramos, a relação sempre acidentada e peculiar dos britânicos para com o bloco amiúde deu um caráter de “frouxidão” para a relação, que de fato nunca se solidificou plenamente. Isto posto, as renegociações e acordos sempre surtiram efeito. A conjuntura carregada de populismo da época do referendo, no entanto, acabou por dar um ensejo radical em um processo que talvez durasse anos, ou talvez nunca acontecesse. Os discursos e ações dos principais atores políticos do momento acabaram por talhar o cenário perfeito para a consolidação do euroceticismo gerado ao longo de décadas. Tanto os membros de um partido tradicional (o Conservador) como de um “outsider” (o UKIP) se utilizaram de retóricas populistas e radicais para fomentar o caminho para o Brexit. Como já mencionado, a desinformação e a campanha anti-UE e principalmente anti-imigração foram fundamentais para a ruptura definitiva, marcada pelo medo e pela radicalização. O “povo” britânico, em um cenário de alardeada “crise”, acabaria por desejar se livrar da “elite” dominante. Esses elementos seriam amplamente usados pelos atores de direita do período. Se a própria ferramenta utilizada para tal, o plebiscito popular, pode ser encarada como um elemento populista, conforme aventado no terceiro capítulo, podemos enfim deliberar que o Brexit se deve muito ao cenário dominado pelo populismo, em maior ou menor medida.

Em suma, a intenção dessa dissertação foi a de mostrar não apenas como se deu a saída dos britânicos do bloco, mas também procurou demonstrar os efeitos do populismo em cenários de crise, e de como ele pode operar em um processo de integração. Entendemos que o caso aqui analisado é atípico: o euroceticismo britânico sempre foi dotado de uma raiz muito particular, dado seu radical basilar residir na questão da soberania dos tempos de império. Além disso, sua

integração sempre diferenciada com frequência alimentou os ideais eurocéticos dentro de parte da classe política e de parte da opinião pública. No entanto, o fenômeno eurocético se faz presente por toda a Europa, e o avanço da extrema-direita, cujas pautas, que amiúde versam sobre anti-imigração e xenofobia, deve ser observado com detalhe e foco, a medida em que mais e mais partidos do tipo conseguem resultados expressivos. Fenômeno replicado em outros processos de integração, como observado no próprio Mercosul em tempos recentes, cuja legitimidade é posta a prova de maneira recorrente por políticos de estilo semelhante aos da conjuntura do Brexit. Exatamente por isso, o estudo de processos do tipo deve ser amiúde encorajado.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Rudolf G. *Brexit: Causes and Consequences*. Springer Cham, 2019.
- ALI, Amir. *Brexit and Liberal Democracy. Populism, Sovereignty, and the Nation-State*. Routledge, 2022.
- ALVES, Angela Limongi Alvarenga; ALMEIDA, Daniel Freire. Desglobalização, Brexit e os novos acordos entre Reino Unido e União Europeia. *Revista de Direito Internacional*, 2021.
- ANTONUCCI, Lorenza, Laszlo Horvath, Yordan Kutiyski, and Andre Krouwel. ‘The malaise of the squeezed middle: Challenging the narrative of the “left behind” Brexiter.’ *Competition and Change* 21 (3): 211–229, 2017.
- ASHCROFT, L. *How Britain Voted and Why: My 2019 General Election Post-Vote Poll*, 2019.
- ATKINS, J., GAFNEY, J. *Narrative, Persona and Performance: The Case of Theresa May, 2016– 2017*. *The British Journal of Politics and International Relations*, 2020.
- BAKER, David; SCHNAPPER, Pauline. *Britain and the crisis of the European union*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- BALDINI, Gianfranco; BRESSANELLI, Edoardo; GIANFREDA, Stella. Taking back control? Brexit, sovereignty and populism in Westminster (2015–17), *European Politics and Society*, 21:2, 219-234, 2020.
- BALE, T., WEBB, P. and POLETI, M. *Footsoldiers. Political Party Membership in the 21st Century*, London: Routledge, 2020.
- BARNARD C; SCOTT J. *The law of the single European market: unpacking the premises*. Hart Publishing, 2002.
- BASILE, Linda; MAZZOLENI, Oscar. Sovereignist wine in populist bottles? An introduction, *European Politics and Society*, 21:2, 151-162, 2020.
- BBC. David Cameron promises in/out referendum on EU. 13 jan 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-21148282>. Acesso em: 20 mai 2023.
- BBC BRASIL. Boris Johnson, o primeiro-ministro britânico que conseguiu a vitória mais expressiva dos conservadores em 30 anos e lidera o país no Brexit. 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50752734>. Acesso em: 22 mai 2023.
- BBC BRASIL. Brexit: Reino Unido oficialmente deixou a União Europeia — O que acontece agora? 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51335145>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- BBC BRASIL. Theresa May: em discurso emocionado, premiê admite fracasso com Brexit e anuncia renúncia. 24 mai. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48396721>. Acesso em 16 jun. 2023.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Ramus Brun. *Process Tracing Methods. Foundations and Guidelines*. Michigan University, 2019.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. *Process-tracing: from metaphor to analytic tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BIARDEAUD, Juliette Ringersen. 'Let's take back control: Brexit and the debate on sovereignty', *French Journal of British Studies*, Vol. XXII, No. 2, 2017.

BOGDANOR, Vernon. *The Decision to Seek Entry into the Common Market*. Gresham College, 2014.

BRANDENBURG, Heinz; JOHNS, Robert. 'The Declining Representativeness of the British Party System, and Why It Matters.' *Political Studies* 62, no. 4, 704–725, 2014.

BROWN, Harry. *English Nationalism and Brexit: Past, Present, and Future*. 2017

BRUSENBACH, Meislova M. Brexit means Brexit – Or Does it? The Legacy of Theresa May's Discursive Treatment of Brexit, *the Political Quarterly* 90 (4): 681–689, 2019.

BUCKLEDEE, Steve. *The Language of Brexit: How Britain Talked Its Way Out of the European Union*. Bloomsbury Academic, 2018.

BULLER, J. Understanding contemporary conservative Euro-scepticism: statecraft and the problem of governing autonomy. *Polit Q* 71(3):319–327, 2000.

BULMER, S. BURCH, M. Organizing for Europe: Whitehall, the British State and European Union. *Public Adm* 76(4):601–628, 1998.

BURTON-CARTLEDGE, P. The Problems of Starmerism. *The Political Quarterly*, 92: 193-201, 2021.

BUTLER, David; KITZINGER, Uwe. *The 1975 Referendum*. Second ed. London: Macmillan Press LTD, 1996.

CAMARGO, Sônia. *A União Européia: Uma Comunidade em Construção*. Rio de Janeiro, vol. 30, no 2, maio/agosto, p. 467-522, 2008.

CAMERON, David. Leader's speech, Manchester, 2015a. Disponível em: <http://www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=360>. Acesso em: 12 set. 2023

CAMERON, David. A new settlement for the United Kingdom in a reformed European Union, 2015b. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachme>. Acesso em: 12 set. 2023.

CAMERON, David. PM statement following Cabinet meeting on EU settlement, 20 February 2016a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/pms-statement-following-cabinet-meeting-on-eu-settlement-20-february-2016>. Acesso em: 17 set. 2023.

CAMERON, David. EU referendum outcome: PM statement, 24 June 2016b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/eu-referendum-outcome-pm-statement-24-june-2016>. Acesso em: 17 set. 2023

CAMPBELL, John. *Pistols at Dawn: Two Hundred Years of Political Rivalry from Pitt and Fox to Blair and Brown*. London: Vintage. p. 338, 2010.

- CANOVAN, Margaret. Populism. Harcourt Brace Jovanovich New York and London, 1981.
- CARR, Edward H. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- CASTILHO, Filipe Philipps. Uma trajetória errática: Reino Unido, União Europeia e Brexit. Desafios da Ciência Política no Brasil e no Mundo 2. Atena Editora, 2022.
- CASTILHO, Filipe Philipps. Euroceticismo em solo britânico: o discurso populista no centro do Brexit. 47º Encontro Anual da ANPOCS, 2023.
- CENTRE FOR RESEARCH IN COMMUNICATION AND CULTURE. Media coverage of the EU Referendum. Loughborough University. 27 jun. 2016. Disponível em: <https://blog.lboro.ac.uk/crcc/eu-referendum/uk-news-coverage-2016-eu-referendum-report-5-6-may-22-june-2016/>
- CHRISTIANSEN, T., JORGENSEN, K. e WIENER, A. The Social Construction of Europe. London, Sage, 2001.
- COLANTONE, Italo; STANING, Piero. ‘The trade origins of economic nationalism: Import competition and voting behavior in Western Europe.’ Carefen Working Papers 2017–49, 2017.
- COLLIER, Agnès Alexandre. David Cameron, Boris Johnson and the ‘populist hypothesis’ in the British Conservative Party. Comparative European Politics, 2022.
- CLARKE, J., and J. NEWMAN. “People in This Country Have Had Enough of Experts”: Brexit and the Paradoxes of Populism. Critical Policy Studies 11 (1): 101–116, 2017.
- CLEMENTS, Ben. The 1975 EEC referendum. The London School of Economics and Political Science, 2017. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/brexit/2017/07/31/the-referendums-of-1975-and-2016-illustrate-the-continuity-and-change-in-british-euroscepticism/>. Acesso em: 10/05/2023.
- COLLIER, David e SEAWRIGHT, Jason. Glossary. In Brady and Collier, Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, pp. 273-314, 2004.
- CONSERVATIVE PARTY. 1979 Conservative Party General Election Manifesto, 1979. Disponível em: <http://www.conservative-party.net/manifestos/1979/1979-conservative-manifesto.shtml>
- COSTA, Olivier. A União Européia e a sua política exterior. Brasília, FUNAG, 2017.
- CUNHA, Alexandre M. & SUPRINYAK, Carlos E. Political Economy and International Order in Interwar Europe. New York: Palgrave Macmillan, 2020.
- CURTICE, J. Why Leave Won the UK's EU Referendum. JCMS: Journal of Common Market Studies, 55: 19–37, 2016.
- DARVAS, Zsolt. High Inequality and Poverty Helped Trigger the Brexit Vote. Blogs.lse.ac.uk, 2016.
- DECKER, Frank. Populismus: Gefahr für die Demokratie oder nützliches Korrektiv? Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2006.
- DENNISON, Dennison; GOODWIN, Matthew. Immigration, Issue Ownership and the Rise of UKIP. Parliamentary Affairs 68, no. 1, 168–187, 2015.

DERMODY, Janin; LLOYD; Stuart; SCULLION, Richard. Young People and Voting Behaviour: Alienated youth and (or) an interested and critical citizenry? *European Journal of Marketing* 44, no. 3–4, 421–435, 2010.

DINAN, D. Europe recast: a history of European Union, vol 373. Palgrave Macmillan, Basingstoke, 2004.

DIXON, Hayley. Margaret Thatcher's famous Bruges speech was to have been much more critical before it was toned down". *The Telegraph*, 2018.

DONOGHUE, Matthew; KUISMA, Mikko. Whither Social Rights in (Post-)Brexit Europe? *Social Europe*, 2017.

DOREY, Peter; DENHAM, Andrew. 'The longest suicide vote in history: The Labour Party leadership election of 2015.' *British Politics* 11 (3): 259–282. 30, 2016.

DOREY, Peter. 'Jeremy Corbyn confounds his critics: Explaining the Labour party's remarkable resurgence in the 2017 election.' *British Politics* 12 (3): 308–334, 2017.

DOYLE, Kevin. Voto pela saída da União Europeia revela 'Reino Desunido. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/voto-pela-saida-da-uniao-europeia-revela-reino-desunido,ee8e6ce0fdace5a426e904a8caf2b788djc38mr.html>. Acesso em: 11 set. 2023.

DROLET, Jean-François; WILLIAMS, Michael C. Radical conservatism and global order: International theory and the new right, *International Theory* 10(3):285-313, 2018.

EVANS, Geoffrey; TILLEY, James. 2017. *The New Politics of Class*. Oxford: Oxford University Press

FARAGE, Nigel. Speech to European Parliament, 2016a. Disponível em: <https://www.ukpol.co.uk/nigel-farage-2016-speech-to-european-parliament/>

FARAGE, Nigel. They say I'm toxic. Quite the opposite. 20 mai. 2016b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/may/20/nigel-farage-ukip-eu-referendum-interview-vote-leave-brief-every-day>.

FARAGE, Nigel. EU referendum: Nigel Farage tells Leave campaigners to focus on migration, 2016c. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-36167329>

FARAGE, Nigel. Farage's final rallying call: 'It's us versus the Establishment - go and vote for Britain', *Express*, 2016d. Disponível em: <https://www.express.co.uk/news/politics/682304/EU-referendum-Ukip-Nigel-Faragefinal-rally-tell-Britons-vote-for-your-country-Brexit>

FARAGE, Nigel. Nigel Farage delivers first post-Brexit speech to the European Parliament – in full, 2016e. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/nigel-farage-brexit-speech-european-parliament-full-transcript-text-a7107036.html>

FERDJANI, Youssef. The Populist Dimension of Brexit. *Revue Française de Civilisation Britannique*, 2023.

FLINDERS, Matthew. *Defending Politics: Why Democracy Matters in the Twenty-First Century*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FLINDERS, Matthew. 'What Kind of Democracy is This? Politics in a Changing World.' *Political Insight* 8, no. 2, 34–37, 2017.

- FORSTER, Anthony. *Euroscepticism in Contemporary British Politics: Opposition to Europe in the British conservative and Labour Parties since 1945*. 2002.
- FREEDEN, M. After the Brexit Referendum: Revisiting Populism as an Ideology. *Journal of Political Ideologies* 22 (1): 1–11, 2017.
- FREEDLAND, J. ‘The ‘will of the people’ on Brexit was not fixed for all time in June 2016’, *The Guardian*, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/jan/25/will-of-the-people-brexit-june-2016-leavers>. Acesso em: 12 out. 2023.
- GARDENER, Nick. *A Guide to United Kingdom and European Community Competition Policy*. Palgrave Macmillan, 1990.
- GEORGE, Stephen. *An Awkward Partner*. 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- GERMOND, C. Dynamic Franco-German Duos: Giscard-Schmidt and Mitterrand-Kohl. In: Jones E, Menon A, Weatherill S (eds) *The Oxford handbook of the European Union*. Oxford University Press, Oxford, pp 193–20, 2012.
- GIFFORD, C. *The Making of Eurosceptic Britain*, 2nd ed. Farnham: Ashgate, 2014.
- GILBERT, Jeremy. Disaffected Consent: That Post-Democratic Feeling. *Soundings: A Journal of Politics and Culture* 60, 29–41, 2015.
- GOODHART, David. 2017. *The Road to Somewhere: The Populist Revolt and the Future of Politics*. London: Hurst & Company. 40.
- GOODWIN, Matthew; HEATH, Oliver. ‘The 2016 Referendum, Brexit and the Left Behind: An Aggregate-level Analysis of the Result.’ *Political Quarterly* 87, no. 3, 323–332, 2017.
- GOWLAND, David. *Britain and the European Union*. New York, London: Routledge, 2017.
- GOWLAND, David; TURNER, Arthur; WRIGHT, Alex. *Britain and European Integration Since 1945: on the sidelines*. London; New York: Routledge, 2010.
- GLENCROSS, A, TRECHSEL. *EU federalism and constitutionalism: the legacy of Altiero Spinelli*. Lexington, Plymouth, 2010.
- GRANT, Charles. *Why is Britain eurosceptic?* Centre for European Reform, 2008.
- GUDERJAN, Marius. *The Future of the UK: Between internal and external divisions*. Berlin: Centre for British Studies, 2016.
- GUDERJAN, Marius; WILDING, Adrian. *Brexit Populism: The Thick (and Thin) of It*. *POLITOLOGICKÝ ČASOPIS / CZECH JOURNAL OF POLITICAL SCIENCE*, 2018.
- HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, pp. 193-224, 2003.
- HAWKINS, Benjamin. *Deconstructing Brexit Discourses Embedded Euroscepticism, Fantasy Objects and the United Kingdom’s Vote to Leave the European Union*, Routledge, 2022.
- HAYTON, R. British Conservatism After the Brexit Vote: The Ideological Legacy of David Cameron. *The British Journal of Politics and International Relations* 20 (1): 223–238, 2017.
- HEADLEY, K. Back when Britain was banging on Europe’s door. *The Guardian*, 2012.

HENDERSON, N. Britain's decline; its causes and consequences. *De Economist* 2:29–41, 1979.

HEPPELL, T., CRINES, A; JEFFERY, D. The United Kingdom Referendum on European Union Membership: The Voting of Conservative Parliamentarians. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 55: 762–778, 2017.

HOBOLT, Sara B. The Brexit vote: a divided nation, a divided continent, *Journal of European Public Policy*, 23:9, 1259-1277, 2016.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary. Sources of Euroscepticism, *Acta Politica*, 2007.

JACKSON, D., THORSEN, E., WRING, D. EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign. Discussion Paper. Bournemouth, UK: The Centre for the Study of Journalism, Culture and Community, 2016.

JAGERS, Jan; WALGRAVE, Stefaan. Populism as political communication style: An empirical study of political parties discourse in Belgium. *European Journal of Political Research* 46, no. 3, 319–345, 2007.

JOHNSON, Boris. Boris Johnson joins campaign to leave EU. *The Guardian*, 21 fev. 2016a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/21/boris-johnson-joins-campaign-to-leave-eu>. Acesso em: 20 out. 2023.

JOHNSON, Boris. EU exit 'win-win for us all'. *BBC*, 11 mar. 2016b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-35783049>. Acesso em: 20 out. 2023.

JOHNSON, Boris. Boris Johnson's speech on the EU referendum: full text. *Conservative Home*, 9 mai. 2016c. Disponível em: <https://conservativehome.com/2016/05/09/boris-johnsons-speech-on-the-eu-referendum-full-text/>. Acesso em: 22 out. 2023.

JOHNSON, Boris. We can be the 'heroes of Europe' by voting to Leave. *The Telegraph*. 14 mai. 2016d. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2016/05/14/boris-johnson-interview-we-can-be-the-heroes-of-europe-by-voting/>. Acesso em: 23 out. 2023.

JOHNSON, Boris. The only way to take back control of immigration is to Vote Leave on 23 June. *Vote Leave*. 26 mai. 2016e. Disponível em: http://www.voteleavetakecontrol.org/boris_johnson_the_only_way_to_take_back_control_of_immigration_is_to_vote_leave_on_23_june.html. Acesso em: 23 out. 2023.

JOHNSON, Boris. Boris Johnson's first speech as Prime Minister: 24 July 2019a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/boris-johnsons-first-speech-as-prime-minister-24-july-2019>

JOHNSON, Boris. PM statement on priorities for the government: 25 July 2019b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/pm-statement-on-priorities-for-the-government-25-july-2019>

JOHNSON, Boris. Prime Minister's statement: 2 September 2019c. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/prime-ministers-statement-2-september-2019>

JOHNSON, Boris. PM's Commons statement on Brexit negotiations: 3 October 2019d. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/pms-commons-statement-on-brex-it-negotiations-3-october-2019>

JOHNSON, Boris. PM address to the nation: 31 January 2020. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/pm-address-to-the-nation-31-january-2020>

- JUDIS, John. 2016. Us vs Them: the birth of populism. *The Guardian*, 2016.
- JÚNIOR, Helvécio Jesus. O Brexit, a soberania e o globalismo. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 1, n. 2, p. 24-27, 2020.
- KAISER, W. Culturally embedded and path-dependent: peripheral alternatives to ECSC/EEC “core Europe” since 1945. *J Eur Integr Hist* 7(2):11–36, 2001.
- KALLIS, Aristotle. Islamophobia in the United Kingdom: national report 201. Enes Bayrakli and Farid Hafez (eds.) *European Islamophobia Report*, SETA, Istanbul, pg. 809, 2019.
- KEEDUS, Liisi; KERIKMAE, Tanel; CHOCHIA, Archil; TROITINO, David Ramiro. *The British Rebate and the Single European Act: Political Ramifications of an Economic Reform*. Springer, 2018.
- KEOHANE, Robert O. Compliance with international commitments: politics within a framework of law. *American Society of International Law Proceedings*, [S.l.], v. 86, p. 176-179, 1992.
- KRISTENSEN, Michelle. *Understanding the Choice of Brexit A case of Disintegration*. , Master Thesis, Development & International Relations, Aalborg University, 2019.
- LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. *Democracia, pluralização da representação e sociedade civil*. Lua Nova, São Paulo, n. 67, 2006.
- LEACH, Robert. *Political Ideology in Britain*. London: Palgrave Macmillan, 2015.
- LOW, Adrian. Brexit is not the will of the British people – it never has been. *Blogs.lse.ac.uk*, 2016
- LIDDLE, Roger. *The Europe Dilemma: Britain and the Drama of EU Integration*. London; New York: I.B. Tauris, 2014.
- LUDLOW, NP. *Dealing with Britain: the six and the first UK application to the EEC*, vol 56. Cambridge University Press, Cambridge, 1997.
- LIMA, I. A. de. *Transparência e rigor em process tracing: caminhos para a aplicação da lógica bayesiana*. 44 Encontro Anual da ANPOCS, 2020.
- LYNCH, P., and R. WHITAKER. All Brexiteers Now? Brexit, the Conservatives and Party Change. *British Politics* 13 (1): 31–47, 2017.
- MC ALLISTER, R. *European Union: an historical and political survey*. Routledge, London
Nugent N (1999) *The government and politics of the European Union*. Macmillan, Basingstoke, 2009.
- MACLAREN, Laura. *Explaining Mass-Level Euroscepticism: Identity, Interests, and Institutional Distrust*. *Acta Politica*, 2005.
- MAIR, P. Partyless Democracy. Solving the paradox of New Labour, *New Left Review*, 2000.
- MAIR, P. Populist Democracy vs. Party Democracy. In *Democracies and the Populist Challenge*, ed. Y. Surel and Y. Mény, 81–98. Palgrave: Basingstoke, 2002.
- MAHONEY, James. The logic of process tracing tests in the Social Sciences. *Sociological Methods & Research*. 41(4) 570–597, 2012.

MAHONEY, James; KIMBALL, Erin; KOIVU, Kendra. The logico f historical explanation in the Social Sciences. *Comparative Political Studies*, 2009.

MALAMUD, Andrés. Desintegração Regional – O fenômeno e seus impactos na América do Sul. *Agenda Política*, 2020.

MALLMANN, M. I., & CLEMENTE, I. Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional: O caso do Brasil e Uruguai. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 16 (3), 417–436, 2016.

MARGULIES, Bem. Falling in with the wrong crowd: linkage in the age of populism. *Canadian Foreign Policy Journal*, 25 (1). pp. 54-71, 2019.

MATTHEWS, F. Whose Mandate is it Anyway? Brexit, the Constitution and the Contestation of Authority. *The Political Quarterly* 88 (4): 603–611, 2017.

MAY, Theresa. Statement from the new Prime Minister Theresa May. 13 jul. 2016a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/statement-from-the-new-prime-minister-theresa-may>. Acesso em 20 out. 2023.

MAY, Theresa. Conservative conference: Theresa May's speech in full. 5 out. 2016b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/uk-politics-37563510>. Acesso em: 20 out. 2023.

MAY, Theresa. The government's negotiating objectives for exiting the EU: PM speech. 17 January 2017a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/the-governments-negotiating-objectives-for-exiting-the-eu-pm-speech>. Acesso em: 20 out. 2023.

MAY, Theresa. PM statement: General election 2017. 9 jun. 2017b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/pm-statement-general-election-2017>. Acesso em: 20 out. 2023.

MAYNARD, G. *The economy under Mrs. Thatcher*. Blackwell, Oxford, 1988.

MCDONNELL, D., WERNER, A. Differently Eurosceptic: radical right populist parties and their supporters. *Journal of European Public Policy*, 26(12), pp. 1761- 1778, 2019.

MOLDER, H. British Approach to the European Union: From Tony Blair to David Cameron. In: Ramiro Troitiño, D., Kerikmäe, T., Chochia, A. (eds) *Brexit*. Springer, Cham, 2018.

MOFFITT, B. *The Global Rise of Populism: Performance. Political Style and Representation*, Stanford: Stanford University Press, 2016.

MOFFITT, Benjamin; TORMEY, Simon. *Rethinking Populism: Politics, Mediatization and Political Style*. Political Studies, 2014.

MOORE, Martin; RAMSAY, Gordon. *UK media coverage of the 2016 EU Referendum campaign*, King's College London, London, 2016.

MORRIS, Brian. *The European Community 1991*. De Gruyter, 1991.

MOUFFE, Chantal. Populismo de esquerda no Reino Unido. Página 12, 2018. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/110047-populismo-de-izquierda-en-el-reino-unido>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MÜELLER, Jan-Werner. 'Parsing Populism – Who is and who is not a populist these days?' *Juncture* 22, no. 2, 80–89, 2015.

MÜELLER, Jan-Werner. Was ist Populismus? – Ein Essay. Frankfurt: Suhrkamp. / What is Populism? Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

NORRIS, Pippa. British Parliamentary Constituency Database 2010–2017, V1.2. www.pippanorris.com/data/; Einar Thorsen, Daniel Jackson, and Darren Lilleker. Eds. UK Election Analysis, 2017.

NORRIS, P., and R. INGLEHART. Cultural Backlash. Trump, Brexit and Authoritarian Populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

OLIVEIRA, O. M. Relações internacionais: estudos de introdução. União Europeia: processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 2002.

PALMER, J. Euroscepticism: More than a British phenomenon. Euractiv , 2015.

PARDO, Sharon; GORDON, Neve. Euroscepticism as an Instrument of Foreign Policy. Middle East Critique, 2018.

PARR, Helen. Britain's Policy Towards the European Community Harold Wilson and Britain's World Role, 1964-1967. Routledge, 2006.

PASSETTI, G. Os britânicos e seu Império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. História (São Paulo), 35, e77, 2016.

PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippe. Política Comparada: Tradições, Métodos e Estudos *de Caso*. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, n.2, 2014.

PERISIC, Bojana. Britain and Europe: a history of difficult relations. Institute for Cultural Diplomacy, Berlin, 2010.

PERISSINOTTO, Renato; NUNES, Wellington. Introdução aos Métodos Qualitativos. Edusp, 2023.

QVORTRUP, M. Democracy by Delegation: The Decision to Hold a Referendum in the United Kingdom. Representation 42: 59–72, 2006.

PARVEEN, N., SHERWOOD, H. Parveen, N. Police log fivefold rise in race-hate complaints since Brexit result. The Guardian, 30 jun. 2016.

PHILLIPS, D., J. CURTICE, M; PERRY, J. British Social Attitudes: The 35th Report. London: The National Centre for Social Research, 2018.

RAMOS, Cláudia Toriz. Teorias da Integração Europeia: uma breve perspectiva. UFP, 2005.

RAMOS, Cláudia Toriz; MAIOR, Paulo Vila. Perspectivas teóricas sobre a integração europeia. Relações Internacionais, Lisboa, 2007.

RATNAPALA. Suri, Jurisprudence, Cambridge University Press, Cambridge, pg. 42, 2019.

RIEDEL, R. Great Britain and Differentiated Integration in Europe. In: Brexit, History, Reasoning and Perspectives in Troitino, D.R., Kerikmä e, T. and Chochia, A. (eds.) Brexit, History, Reasoning and Perspectives. Cham, Switzerland: Springer Publications, pp. 99–112, 2018.

RODRIGUÊS, Theófilo Machado. Populismo de Esquerda versus Populismo de Direito no Início do Século XXI: o Conflito Político nos EUA, Inglaterra, França e Alemanha. Revista Estudos Políticos: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 9 | N.1, pp.70 -85, julho de 2018

- RODRIGUEZ-AGUILERA DE PRAT, C. Euroscepticism, Europhobia and Eurocriticism: The Radical Parties of the Right and the Left Vis-À-Vis the European Union. Brussels, Belgium. 2013.
- RODRIK, Dani. Populism and the economics of globalization, Harvard, 2017.
- ROSAMOND, B. Theories of European Integration. Houndmills, Macmillan Press, 2000.
- ROSS, Tim; MC TAGUE, Tom. Betting the House: The Inside Story of the 2017 Election. London: Biteback Publishers; Nicholas Allen and John Bartle. Eds. 2018. None Past the Post: Britain at the Polls 2017. Manchester: Manchester University Press, 2017.
- RYDGREN, Jens. Class Politics and the Radical Right, Routledge, 2015.
- SATO, E. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. Revista Brasileira De Política Internacional, 46(2), 161–176, 2003.
- SCHMITTER, P. C. A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (80), 9–44, 2010.
- SCHOOR, C. Where the Real People Meet the Real Elite: Exploring Mixes of Populism with Elitism. Populism. 2019
- SCHUTTE, Giorgio Romano. Brexit na perspectiva do Path Dependency, Plural - Revista de Ciências Sociais, vol. 24, núm. 2, , Junho-Dezembro, pp. 114-134, 2017.
- SCHNAPPER, Pauline. La Grande-Bretagne et l'Europe - Le grand malentendu. Paris: Presses de Sciences Politics, 2000.
- SCOFIELD, Ana Clara Balda. As especificidades da relação entre o Reino Unido e a União Europeia: desde a adesão ao bloco às suas futuras relações após o Brexit. FGV, Rio de Janeiro, 2018.
- SEYD, Benjamin. 'Exploring Political Disappointment.' Parliamentary Affairs 69, no. 2, 327–347, 2016.
- SHILS, Edward. The intelectual in the political development of the new states, in world politics, vol 12, n.3, pp. 329-368, 1960.
- SHIPMAN, Tim. 2017. Fall Out: A Year of Political Mayhem. New York: Harper Collins
- SOARES, António Goucha. Brexit: O referendo de 2016. Relações Internacionais, Lisboa, n. 61, p. 63-75, 2019.
- STARTIN, Nicholas. Have we reached a tipping point? The mainstreaming of Euroscepticism in the UK. International Political Science Review. 36 (3): 314, 2015.
- STATISTA RESEARCH DEPARTMENT. Share of votes in the Brexit referendum of 2016 in the United Kingdom, by gender. UK, 2016. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/567922/brexit-votes-by-gender/>. Acesso em: 13 maio. 2023.
- STEWART, Angus. "The social roots of populism", in the concept of populismo, in Ionescu e Gellner, populismo, Weidenfeld e Nicholson, Londres, pp. 180-196 (na trad. Pp.69-89), 1970.

STOKER, Gerry. 'Anti-Politics in Britain.' In: *Developments in British Politics 9*. Eds. Richard Heffernan, Philip Cowley and Colin Hay. London: Palgrave Macmillan, 152–173, 2011.

SUITER, J. Post-truth Politics. *Political Insight*, 7(3), 25-27, 2016.

SZUCKO, A. S. A ilha e o continente: Brexit e o relacionamento entre o Reino Unido e a União Europeia no processo de integração regional. Tese de doutorado. Brasília. Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2020.

SZUCKO, A. S. Percepções Identitárias no Reino Unido: Antes e depois do referendo Britânico. *Carta Internacional*, v. 13, n. 1, 2018.

SZCZERBIAK, Aleks; TAGGART, Paul. Theorising Party-Based Euroscepticism: Problems of Definition, Measurement and Causality. 8th Biannual International Conference of the European Union Studies Association, Nashville, 27-29 March 2003.

SZCZERBIAK, Aleks; TAGGART, Paul (Eds.). *Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SWINFORD, S. Britain preparing to scrap EU green energy targets as part of a bonfire of red tape after Brexit, *The Telegraph*, 14 abr. 2017. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/2017/04/14/britain-preparing-scrap-eu-green-energy-targets-part-bonfire/>. Acesso em: 11 set. 2023.

TAGGART, Paul. *Populism*. Open University Press, Buckingham, 2000.

TAGGART, Paul. *UK After Brexit: No Room for British Populism*. ISPI, 2020.

TAYLOR, Graham. *Understanding Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*. Emerald Publishing Limited, London, 2017.

TAYLOR, P. Consociationalism and federalism as approaches to international integration. In GROOM, A. e Taylor, P. (ed.). *Frameworks for International Co-operation*, London, Pinter Publishers, pp. 172-184, 1994.

THATCHER, Margareth. Speech to the College of Europe ("The Bruges Speech"). 20 set. 1988. Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/107332>. Acesso em: 20 dez. 2023.

THE ELECTORAL COMMISSION. Party registration decisions. 30 mai. 2019. Disponível em: <https://www.electoralcommission.org.uk/political-registration-and-regulation/political-party-registration/party-registration-decisions>. Acesso em: 20 dez. 2023.

THE GUARDIAN. 'Go home' billboard vans not a success, says Theresa May. 22 out. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2013/oct/22/go-home-billboards-pulled>. Acesso em: 21 set. 2023.

THE GUARDIAN. Nigel Farage's anti-migrant poster reported to police. 16 jun. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/16/nigel-farage-defends-ukip-breaking-point-poster-queue-of-migrants>. Acesso em: 20 set. 2023.

THE TIMES. Tories fear Nigel Farage and Reform UK could deliver a red wall rout. *The Times*. 12 dez. 2022. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/tories-fear-nigel-farage-and-reform-uk-could-deliver-a-red-wall-rout-v0r9pnjt6>. Acesso em: 12 jan. 2024.

THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual review of political science*, v. 2, n. 1, p. 369-404, 1999.

TIERSKY, Ronald. *Euro-skepticism: A Reader*. Rowman & Littlefield. p. 103, 2001.

TOURNIER-SOL, Karine. *From UKIP to Brexit: The Right-Wing Populist Surge in the UK. The Faces of Contemporary Populism in Western Europe and the US*. Palgrave, 2021.

TRAVIS, Alan. No Europeans need apply: evidence mounts of discrimination in UK. *theguardian.com*, 2017

TROITNO, David Ramiro; CHOCHIA, Archil. Winston Churchill And The European Unio, *Baltic Journal of Law & Politics*, 2015.

TUOMINEN, Eero. *Discursive Space of the European Parliament Plenary: Nigel Farage and the Continuum of Populist Eurosceptic Discourse*. Bachelor's Seminar and Thesis English Philology Faculty of Humanities University of Oulu, 2020.

TUPITS, A. The Single Currency and the UK. In *Brexit*, p. 175 – 185, 2018.

UK GOVERNMENT. Cabinet Memorandum. European Integration. Note by the Chancellor of the Exchequer. 29 June 1955.

UKIP MANIFESTO. *Create an earthquake*. 2014.

UKIP MANIFESTO. *Believe in Britain*. 2015.

UKIP MANIFESTO. *Britain Together*. 2017.

USHERWOOD, Simon; STARTIN, Nick. Euroscepticism as a Persistent Phenomenon. *Journal of Common Market Studies*, v. 51, n. 1, p. 1–16, 2013.

VOLLARD, Hans. *Explaining European Disintegration*. JCMS, 2014.

VOLPI, Almir. *Desafios políticos da União Europeia*. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

YOUNGOV. *How Britain voted at the EU referendum, 2016*. Disponível em < <https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2016/06/27/how-britain-voted> > Acesso em 20 de abril de 2021.

WALDNER, David. *Process Tracing and qualitative causal inference*. *Security Studies*, 2015.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: UnB, 2004.

WELLINGS, Bem; VINES, Emma. *Populism and Sovereignty: The EU Act and the In-Out Referendum, 2010–2015*, *Parliamentary Affairs*, Volume 69, Issue 2, Pages 309–326, 2016.

WESTLAKE, M. *The inevitability of gradualness: the longer-term origins of the 23 June 2016 'Brexit' referendum*. *Bruges Political Research Papers*, 2017

WHITAKER, Richard; LYNCH, Philip. *Explaining support for the UK Independence Party at the 2009 European Parliament elections*. Working Paper, março 2011. Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Leicester. Disponível em: . Acesso em: 22 jan. 2016.

WINARTO, Ferren. *The Facilitated Rise of UKIP and How Economic Discontent Ignited the British Populist Flame*. Boston University, 2022.

WILLIAMS, Zoe. Think the north and the poor caused Brexit? Think again. [theguardian.com](https://www.theguardian.com), 2016.